

# Diário do Legislativo de 22/12/1999

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

## LIDERANÇAS

### 1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Mauro Lobo

### 2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Andrade

Vice-Líderes: José Henrique e Dimas Rodrigues

### 3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Bené Guedes

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

### 4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

### 5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

### 6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Olinto Godinho

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

### 7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Rogério Correia

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

### 8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

### 9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: José Milton

Vice-Líder: Sargento Rodrigues

10) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

Vice-Líder: Márcio Kangussu

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líderes: Eduardo Hermeto, Maria José Hauelsen e Rêmoló Aloise

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Paulo Pettersen

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Ivo José PT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Eduardo Brandão PMDB Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTES:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado José Milton PL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTES:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado José Milton PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ronaldo Canabrava PMDB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputada Elaine Matozinhos PSB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

SUPLENTES:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputada Maria José Haueisen PT

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

##### EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Irani Barbosa PSD

##### SUPLENTE:

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Cabo Morais PL

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

##### EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB Vice-Presidente

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado José Milton PL

##### SUPLENTE:

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Agostinho Silveira PL

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

##### EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTE:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José Haueisen PT Vice-Presidente

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

SUPLENTE:

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Wanderley Ávila PPS

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Batista de Oliveira PDT Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

SUPLENTE:

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Elmo Braz PPB Presidente

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado João Paulo PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Miguel Martini PSN

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende PSB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Ronaldo Canabrava PMDB

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amílcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PMDB

SUPLENTE:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Eduardo Hermeto PFL

#### COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Wanderley Ávila PPS

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

#### COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Pastor George PL

SUPLENTE:

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 59ª Reunião Especial

1.2 - 60ª Reunião Especial

1.3 - 60ª Reunião Extraordinária

1.4 - 61ª Reunião Extraordinária

1.5 - 62ª Reunião Extraordinária

### 2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

### 3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

### 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

## 7 - ERRATAS

### ATAS

#### ATA DA 59ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 6/12/99

Presidência do Deputado Luiz Tadeu Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. José Vicente da Silva Filho - Palavras do Cel. Mauro Lúcio Gontijo - Palavras do Secretário Mauro Ribeiro Lopes - Palavras do Dr. Márcio Decat de Moura - Palavras da Sra. Valdete da Silva Cordeiro - Palavras do Desembargador Murilo José Pereira - Palavras da Secretária Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis - Palavras do Dr. Carlos Victor Muzzi - Palavras do Dr. José Roberto Gonçalves de Rezende - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Silveira - Alberto Pinto Coelho - Ambrósio Pinto - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Elaine Matozinhos - Elmo Braz - Fábio Avelar - João Leite - José Henrique - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Márcio Cunha - Mauri Torres - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Sargento Rodrigues - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Tadeu Leite) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Marcelo Gonçalves, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Desembargador Murilo José Pereira, 2º-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, representando o Presidente, Desembargador Sérgio Lellis Santiago; Márcio Decat de Moura, Procurador-Geral da Justiça; José Vicente da Silva Filho, professor do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial; Deputado Federal Mauro Ribeiro Lopes, Secretário da Segurança Pública de Minas Gerais; Sra. Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis, Secretária da Justiça e de Direitos Humanos; Cel. Mauro Lúcio Gontijo, Comandante-Geral da PMMG; José Roberto Gonçalves de Rezende, Ouvidor de Polícia do Estado; Carlos Victor Muzzi, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG; e Valdete da Silva Cordeiro, representante do Centro de Ação Comunitária Vera Cruz.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Senhoras e senhores, esta reunião tem a finalidade específica de debater o seguinte tema: A Segurança Pública Que Temos e a Segurança Pública Que Queremos.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, das seguintes autoridades: Vereador Paulão, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; José Francisco da Silva, Secretário Adjunto de Direitos Humanos, da Secretária da Justiça do Estado; Reinaldo Magalhães, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado; Victor Hugo Moreira Resende, Presidente da Associação dos Delegados de Carreira da Polícia Civil do Estado; Fábio Alves dos Santos, da Pastoral Carcerária do Estado; Marcos Terrinha, que representa a Associação dos Servidores da Secretaria da Justiça do Estado; Maria Caiafa, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos do Estado; o popular "nega vieira", Prefeito Municipal de São Lourenço; Roberto Sá de Noronha, Diretor da Associação Comercial e Industrial de Minas Gerais; Jefferson Ney Amaral, Vice-Presidente da Câmara de Diretores Lojistas de Belo Horizonte.

#### Palavras do Sr. Presidente

No instante em que a segurança pública passa a ser artigo de primeira necessidade, tanto quanto saúde, educação e emprego, a Assembléia Legislativa toma a iniciativa, sai na frente e propõe esse debate. Os diversos segmentos aqui representados, as autoridades presentes, tudo isso é o esforço da Assembléia para que o assunto segurança pública seja convenientemente discutido, sem exagero, sem radicalização, buscando-se encontrar alternativas para termos uma segurança melhor, mais realista, mais eficiente, mais bem preparada e, evidentemente, mais respeitosa para com a população-alvo, que, afinal de contas, é o objetivo de todo esse trabalho.

Neste momento, caberia a Presidência desta reunião a S. Exa. o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anderson Aduato, e ele me conferiu a responsabilidade de coordenar os debates. S. Exa. não teve condições de chegar da sua região eleitoral a tempo, e nos pediu que fizéssemos a leitura do seu discurso, em que ele marcaria o ritmo do que pretende relativamente a este encontro.

Disse uma vez o parlamentar e astronauta norte-americano John Glenn que o homem não pode simplesmente sentar-se, à espera de que o destino decida por ele. Ao contrário, o que dele se espera é que procure, na justa medida, influenciar esse destino.

Tais palavras poderiam servir de orientação para os brasileiros, no tocante ao problema da segurança pública. De fato, o equacionamento da matéria, que se torna, a cada dia, mais premente, em parte depende de como a assumimos.

Não adianta limitarmo-nos a criticar as autoridades por sua ineficiência na prevenção e no combate ao crime. Isso equivaleria a que nos sentássemos, sem tentar influenciar o destino. Em vez disso, devemos fazer nossa parte, identificando as causas e - dentro do respeito à lei - encaminhando as soluções.

Não há dúvida de que a escalada da violência e da criminalidade tem raízes na crise econômica. A recessão que estamos vivendo, o desemprego e a ausência de investimentos na área social vieram agravar a intranquilidade.

Hoje, os serviços públicos - mesmo os essenciais, como educação e saúde - estão falidos. Os órgãos policiais se ressentem dessa mesma carência de recursos, ao cumprir sua missão.

Se o problema só não está pior devido à índole naturalmente pacífica e ordeira dos brasileiros, devemos convir que é amplo e complexo. Por essa razão, é que posições imediatistas, como a crítica gratuita ao sistema policial, não se sustentam. Por outro lado, soluções alternativas, como a instituição de sistemas paramilitares e de policiamento privado, contrariam a própria doutrina do Estado moderno.

Com efeito, trata-se de ponto pacífico entre os construtores da nacionalidade que a segurança pública é dever estatal. Nesse aspecto, a Constituição Federal em vigor - secundada pela Constituição Estadual - não deixa dúvida quanto à obrigação do Estado, ao mesmo tempo em que define tratar-se, também, de direito e responsabilidade de todos.

A busca de novas diretrizes para a política econômica e a retomada de investimentos na área social irá possibilitar o reforço das estruturas de segurança, com a valorização das Polícias Civil e Militar.

Nesse contexto, como municipalistas, lembramos a conveniência de se destacar o disposto no § 8º da Constituição Federal: os municípios poderão constituir guardas municipais, destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Isso nos leva a lembrar que o fortalecimento das entidades municipais - hoje submetidas, em tudo e por tudo, ao Governo Federal - irá viabilizar o funcionamento dessas guardas.

O título do ciclo de debates que estamos abrindo sintetiza o questionamento a ser feito. Será que a segurança pública que temos é a que queremos? Se a resposta é negativa, como fazer, então, para chegar ao ideal que exigimos e a que temos direito?

Responder à questão é o objetivo de nosso encontro. Ouviremos a palavra do Secretário da Segurança Pública, Sr. Mauro Ribeiro Lopes; da Secretária da Justiça e de Direitos Humanos, Sra. Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis; do Cel. Mauro Lúcio Gontijo, Comandante-Geral da Polícia Militar; dos Srs. Roberto Gonçalves de Rezende, Ouvidor de Polícia; Carlos Victor Muzzi, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, e da Sra. Valdete da Silva Cordeiro, representante do Centro de Ação Comunitária Vera Cruz; do Procurador de Justiça do Estado, Sr. Márcio Decat de Moura. Contaremos, também, com a colaboração muito especial do Sr. José Vicente da Silva Filho, professor do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.

Declarando abertos os debates, apresentamos os agradecimentos aos nossos colaboradores. A todos os participantes, a mensagem de boas-vindas e os votos de bom trabalho na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. São palavras do Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduato.

#### Palavras do Sr. José Vicente da Silva Filho

Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer ao Deputado Anderson, Presidente desta Casa, pelo honroso convite e de saudar as autoridades que compõem esta Mesa, da qual muito me honra estar participando, e, em especial, ao Deputado Luiz, que preside a sessão.

Gostaria de mencionar, já que não foi citado, que sou Coronel aposentado da reserva da PM de São Paulo; venho me dedicando a pesquisar e a estudar a questão da segurança pública no Brasil e tenho alguma experiência internacional também. Gostaria de fazer uma menção oportuna. No Japão, mata-se meia pessoa por ano a cada 100 mil habitantes. Na Inglaterra, é quase o dobro; mata-se 1 pessoa a cada 100 mil habitantes por ano. Na França, também é uma, ou seja, nos países da Europa, de um modo geral. No Brasil, são 25. Quando vamos ver alguns detalhes, observamos que esse 1 que morre a cada 100 mil na Inglaterra, no Rio de Janeiro, em Pernambuco, Espírito Santo, são mais de 50. No Rio de Janeiro, são 59 por 100 mil.

Será que o Brasil é 25 vezes pior que a Inglaterra ou a França? Não pode ser. É importante que se mencione que Minas Gerais é um dos Estados mais pacíficos do Brasil, felizmente. É importante que se mantenha assim. Se a média brasileira é 25, a de Minas Gerais é 8 a cada 100 mil. As regiões metropolitanas apresentam os quadros mais graves de violência no País. A região mais violenta do País é a de Vitória, no Espírito Santo, onde se matam 84 pessoas a cada 100 mil habitantes por ano. Há uma tragédia no Espírito Santo. Depois, Recife, com 62, e Rio de Janeiro, com 59. Para vocês terem uma idéia: Salvador, 36; e a Região Metropolitana de Belo Horizonte, 18.

O que estamos percebendo é que os índices de violência no Brasil, com uma exceção possível de Minas e do Piauí, estão todos muito altos e crescendo bastante. De 1997 para 1998, Belo Horizonte teve um agravamento de homicídios de 16%, aproximadamente. Isso já é uma luzinha vermelha, para se prestar atenção. Homicídio não é coisa tão relacionada, como

se imagina, a policiamento. É policiamento também, mas isso está denotando uma clara deterioração social. É preciso voltar muito a atenção para isso.

Muitas vezes, imagina-se que a questão da violência seria colocar mais polícia na rua. Essa é uma falsa idéia. É verdade que Minas Gerais precisaria ter, pelo menos, 20% a mais de policiais, pois tem um contingente, relativamente, pequeno. Faltam de 20% a 25%, de acordo com os padrões internacionais razoáveis. Pelo padrão de São Paulo, precisaria de 30% a mais, em termos de quantidade de efetivos. A maior polícia do mundo, talvez, seja a de Brasília, que tem 1 policial para cada 90 habitantes. Em Minas, deve haver 1 policial para cada 500 habitantes, aproximadamente, para se ter uma idéia, somadas as Polícias Civil e Militar. No entanto, existem cidades-satélites em Brasília que têm coeficientes de causar injeção ao Rio de Janeiro, como Ceilândia, Nova Bandeirante, Planaltina.

No Estado de São Paulo, desde 1995, o Governo fez grandes investimentos na área de segurança, contratou mais 13 mil policiais, comprou 7 mil viaturas, 30 mil armas, dobrou salários, comprou coletes à prova de balas. Em consequência disso, os assaltos cresceram 120% durante sua gestão; os homicídios, 26%. Antigamente, furtavam-se muitos veículos. Hoje o furto de veículos caiu. Por quê? Porque estão roubando veículos à mão armada. Enquanto os furtos de veículos cresceram cerca de 25%, o assalto à mão armada cresceu 130%.

Esse fenômeno não é só de São Paulo. Em Brasília, reduziu-se em 33% o furto de veículos, mas aumentaram em 31% os roubos. A ousadia está crescendo de maneira assustadora. Os latrocínios, ou seja, matar pessoas em assalto, cresceram 48% em São Paulo, em 1999. Esse é um panorama que vem crescendo muito, nos grandes centros. As regiões metropolitanas brasileiras têm uma tragédia adicional, isto é, 55% dos jovens de 15 a 24 anos morrem de forma violenta, incluídos os acidentes de trânsito. Isso significa 48% a mais que as mortes violentas ocorridas na Espanha, por exemplo. É uma tragédia para cuja solução ninguém está fazendo nada. Nossos jovens continuam matando e morrendo. É uma tragédia nacional.

Por que chegamos a esse ponto? Evidentemente, problemas complicados demandam respostas complicadas. Mas o que observamos é que uma bomba-relógio foi sendo montada ao longo do tempo, ou deixou-se que ela fosse acontecendo, porque a nossa legislação penal, principalmente a processual penal, é do começo da década de 40. Ela vai fazer 60 anos daqui a pouco. A legislação penal foi sendo remendada, pelo menos. Ainda hoje, não se distingue um batedor de carteira de um chefe de crime organizado. Não temos previsão para isso.

Não é preciso nem falar na demora do sistema judiciário. Numa pesquisa feita em São Paulo, com 204 casos de adolescentes e crianças assassinados, no final, chegou-se à conclusão de que menos de 2% cumpriram pena. O nosso Judiciário, com as provas que a polícia apresenta à justiça, não está conseguindo condenar. O pouco que consegue nesse sentido não é posto em prática, porque não há vagas nas prisões. É um conjunto complexo. Pouco se fez para atualizar e melhorar o sistema de justiça criminal. Podemos dizer que há um sistema de impunidade. O bandidinho ou o bandidão percebem rapidamente, até conversando nos botecos de periferia, que não acontece nada, é muito fácil praticar crime.

Há uma pesquisa feita com matadores da periferia, em que se pôde observar que há pessoas que matam 50, 60, 70 vezes. Durante esta semana, mataram 18 em 3 chacinhas, numa briga de quadrilha de favela. Estamos calculando que 30%, 40% dos homicídios em São Paulo são marcados. As pessoas já são marcadas. São todas mortes marcadas. Mais ou menos, 25% são decorrentes do uso de cachaça. Estamos numa cultura de periferia de violência. Marcam-se as pessoas que vão morrer. Quem estiver junto vai pagar o preço por estar junto, para evitar que o agressor seja identificado. Esse é o sistema de certeza de impunidade, e não adianta virem as leis de crimes hediondos, aumentando a pena, porque isso não intimida o delinqüente. O que o intimida é que ele vai ser pego. E hoje há a certeza absoluta de que não vai ser pego.

Usa-se, cada vez mais, o expediente da violência, da mão armada, do tiro, da intimidação. Lamentavelmente, as nossas instituições, as que têm o controle social, polícia e justiça, não estamos nem falando das outras questões socioeconômicas que influenciam a violência, não funcionam e não sabemos quando vão funcionar. Alguns especialistas falam que vai demorar 20 anos para que o Estado tenha condições de fazer bons investimentos socioeconômicos. E não sabemos se vai dar certo. O que temos à mão são a polícia e a justiça. Nossa polícia tem um sistema organizacional fundado na proteção do Estado, vem do século passado. Estamos passando para o século XXI, estamos terminando o milênio com uma estrutura antiga, de proteção do Estado. Esse sistema de polícia e justiça já não está voltado para a liberdade do cidadão, o direito individual. Trabalhamos muito na atualização dessas entidades institucionais.

A nossa polícia não é um corpo profissional de polícia, tanto assim que, quando se pensa em aperfeiçoar a polícia, sentam-se várias pessoas para discutir o problema, não é chamado nenhum policial. Esquecem-se que aquele corpo profissional deveria ser chamado. Vêm os juristas, é ótimo que participem; vêm os militares; mas por que não os policiais? Estamos percebendo que o que temos de resposta mais grave para o controle da criminalidade ainda é esse binômio da polícia e da justiça.

Quero abrir parênteses para dizer que a Polícia Militar de Minas é a melhor do País. Os senhores têm vantagem, porque é o Estado que tem menor índice de violência e a melhor polícia. Talvez uma coisa decorra da outra. Em todos os lugares, o que estamos vendo é que a polícia está desperdiçando recursos preciosos. Se tem menos efetivo em comparação à população, seria importante que se reduzisse o desperdício. Em São Paulo, a Assembléia Legislativa tem 150 PMs. Aqui, vocês têm uma meia dúzia, porque há segurança própria. O Tribunal de Justiça tem 250. O Tribunal de Justiça de Maceió tem 300. Por muito tempo, percebemos que a polícia perdeu a velocidade para acompanhar o aumento da criminalidade, porque perdeu sua vocação profissional de fazer prevenção. O trabalho policial básico, dos bairros, da patrulha, do distrito policial tornou-se castigo para quem está na polícia.

Então, em muitos lugares do Brasil, e sei que, em Minas Gerais, até pouco tempo, acontecia, filho de Coronel você não acha no policiamento, fica em unidades especializadas, na Polícia Rodoviária, no trânsito, na Polícia de Choque ou coisa assim. Quer castigar alguém? Manda para o policiamento. Um policial desmotivado, justo na estrutura que segura a segurança pública, que é o policiamento distrital, você não pode ter uma segurança funcionando bem. A polícia foi perdendo o gosto para fazer esse trabalho preventivo.

A Polícia Civil, no Brasil, foi se burocratizando, de tal sorte que a Polícia Militar começou a ficar esperando o rádio chamar, no Centro de Comunicações, para se deslocar até o local onde um crime tinha ocorrido, e a Polícia Civil ficava na delegacia esperando que alguma vítima aparecesse, ou seja, a Polícia, no Brasil, de uma maneira geral, está funcionando depois que o bandido atacou. Isso não é fazer polícia preventiva, é correr atrás do prejuízo. Não adianta falar que fez não sei quantos mil inquéritos, o que já é um processo demorado, de difícil apresentação de provas para a justiça, quando os números que interessam para a população é quanto foi reduzido de crimes, e não quantas prisões foram feitas, quantas armas apreendidas. O que foi reduzido, afinal de contas?

Para encerrar essa primeira participação, depois precisamos dialogar um pouco mais sobre o sistema, o que temos sugerido e precisamos corajosamente atualizar nossa legislação penal, processual penal e leis de execuções penais. Precisamos de um Poder Judiciário mais rápido, e que garanta a punição dos delinqüentes. Acho que a única maneira de tornar a polícia mais eficiente é ter uma polícia única. Precisamos de que, em todos os Estados desenvolvam, já que o assunto é importante para toda a sociedade brasileira, programas de prevenção e redução da violência, que congreguem os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a sociedade civil organizada ou desorganizada, mas todas as entidades precisam participar, porque esse é um problema de todos, e cada um desses atores tem um papel muito importante nesse processo.

O problema é que esses programas, quando envolvem pessoas de muitas origens, é preciso haver muita cooperação, muita liderança, e o problema é escolher a liderança que vai conseguir chamar as demais pessoas, para que possam juntas distribuir esse grande trabalho. Acho que Minas é um exemplo para o Brasil em termos de tranquilidade, temos uma excelente polícia, mas precisamos tomar cautela para não perder o privilégio que ainda temos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos a brilhante participação do Sr. José Vicente da Silva Filho, professor do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.

Palavras do Cel.PM Mauro Lúcio Gontijo

Sr. Deputado Luiz Tadeu Leite, Presidente destes trabalhos; Secretário da Segurança Pública, ilustre Deputado Federal Mauro Lopes; Sr. Márcio Decat, Procurador-Geral de Justiça; Cel. José Vicente, companheiro da co-irmã Polícia Militar do Estado de São Paulo, a quem devemos agradecimentos pela presença; já agradecemos as informações inerentes à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Sr. Carlos Victor Muzzi; demais ilustres autoridades da Mesa; Deputados; demais representantes de entidades; caros companheiros da Polícia Militar e da Polícia Civil; boa-tarde a todos.

É verdade que ouvimos dizer que, "de médico e de louco, todo o mundo tem um pouco", e, mais do que nunca, hoje, também de segurança pública, cada um entende um pouco, e nós, como integrantes da Polícia Militar, temos a obrigação de estar fazendo um trabalho assentado em profissionalismo e na vontade de realizar. Não seremos nós diferentes das

demais corporações da Federação. O Cel. José Vicente nos trouxe informações valiosas, e não poderíamos também deixar de citar algumas outras. Belo Horizonte está situada na quarta grandeza, entre as demais Capitais do País, com o menor índice de violência, e isso é, para nós, um ponto de tranquilidade e satisfação. Esse foi o resultado de uma pesquisa, e foi realizada outra pelo jornal "Folha de S. Paulo": as 100 cidades mais violentas do Brasil são Recife, São Paulo e o nosso Rio de Janeiro. Então, Minas Gerais ainda não está figurando nesse contexto, e esperamos não chegar lá. Para isso, estamos fazendo um mutirão contra a criminalidade, fazendo um chamamento, principalmente através de nossa sociedade, da comunidade de bem, da comunidade ordeira.

Existem alguns pontos que são interessantes para que façamos uma reflexão. Temos, por exemplo, na Constituição do Estado, no art. 134, § 2º, que uma lei disporá sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Social. Essa Constituição há dez anos vigora, e o Conselho de Defesa Social, até hoje, não foi regulamentado; o Vice-Governador seria Presidente do Conselho, com a missão importante de formular as políticas de segurança pública para o Governo do Estado. Então, esse poder maior está ainda por ser feito. Temos outro aspecto interessante, que é a Constituição Federal, em seu art. 144, que dispõe sobre a segurança pública, sobre os diversos órgãos que compõem esse sistema. Então, o § 7º também precisaria ser regulamentado, depois de 11 anos, nada se fez no Congresso para sua regulamentação, o que iria estabelecer a organização e o funcionamento desses órgãos.

Assim, ficamos nós, a Polícia Militar, a Polícia Civil, trabalhando, no caso de Minas Gerais, temos de fazer considerações também sobre um trabalho harmônico, integrado. Ficamos sentindo falta de regulamentação, que poderia, de fato, trazer para nós maior tranquilidade para a harmonia desses órgãos. Existe o Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros. Esse Conselho se reúne, ordinariamente, duas vezes por ano, e, nessas reuniões, formulamos as políticas. Assim como existe o Conselho de Segurança Pública, onde tem assento também a Polícia Militar, do qual o Secretário da Segurança Pública, Mauro Lopes, é Presidente do Conselho do Sudeste, estamos tratando das políticas dos Estados, buscando fazer as operações e ações integradas, não deixando que haja vulnerabilidade nessa proteção que temos a obrigação de fazer.

Assim, nesse Conselho, ao término de cada reunião, formulamos cartas, ou seja, as intenções, o que concluímos de cada trabalho, e gostaríamos de fazer a leitura de três tópicos, brevemente, para os senhores e as senhoras. Esta carta formulamos em Curitiba, em abril de 1999, e é uma declaração ao povo brasileiro - em especial, às autoridades responsáveis pela segurança pública do País. Tem um preâmbulo e vem o primeiro item, que diz o seguinte: "Urge o estabelecimento de uma política nacional de segurança pública e a elaboração de um plano nacional de segurança pública, com a participação dos subsistemas policial, Defensoria, Ministério Público, Judiciário e penitenciário, em face da interdependência das atividades neles desenvolvidas". Naquela linha que foi considerada pelo Cel. José Vicente, que foi bastante enfático, não temos dúvida de que há que se fazer essa participação global.

O segundo item diz o seguinte: "O respeito aos direitos humanos e à dignidade das pessoas é compromisso das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, como agências de defesa e proteção da vida e integridade dos cidadãos".

Terceiro: a segurança pública, quando não é a primeira, normalmente, está entre as três principais aspirações do povo brasileiro. Essa realidade exige que, de forma correspondente, haja investimentos que permitam valorizar o policial militar e o bombeiro militar, possibilitando-lhes melhor responder à crescente e quase excessiva demanda por serviços de segurança pública, o que ameaça superar a capacidade de atendimento desses órgãos especializados.

Não gostaríamos de ficar tecendo comentários sobre números que trouxemos, dizendo quantas ocorrências a Polícia Militar atende por dia, mês ou ano. O certo é que a decadência ou a dificuldade de alguns órgãos, em nosso Estado ou nos municípios, em atender à demanda gera uma sobrecarga muito grande para a Polícia Militar no atendimento de ocorrências a que daríamos o título, entre aspas, de "atípicas de polícia", com as quais gastamos mais de 40% de nosso tempo no radiopatrulhamento: por exemplo, conduzindo parturientes - não raras vezes, fazendo partos dentro da radiopatrulha -, conduzindo doentes mentais, resolvendo problemas de fiação elétrica exposta na rua ou de esgoto a céu aberto, entre outras. Então, a Polícia Militar, estabelecida em 853 municípios e em mais de 150 outras localidades, tem uma atividade bastante intensa, e estamos, a cada 24 horas, envolvidos em nossa tarefa. Somos, acima de tudo, muito sensíveis às reuniões e às sugestões de mudança. Hoje, a Polícia Militar é uma instituição séria e uma empresa que tem de trabalhar para o povo: origina-se do povo e a ele deve uma prestação de serviço com qualidade e bastante eficiência. Queremos, portanto, mais uma vez, abrir o coração e as portas dos quartéis, colocando nossa instituição acessível a todos, para que, juntos, possamos crescer e nos modernizar.

O Sr. Presidente - A Presidência deseja parabenizar o Cel. Mauro Gontijo não só pelo conteúdo de suas palavras, mas também pela observância do tempo: S. Exa. terminou no prazo estabelecido, restando-lhe, ainda, 35 segundos.

#### Palavras do Secretário Mauro Ribeiro Lopes

Para ganhar tempo, quero saudar o Sr. Presidente dos trabalhos e, em seu nome, todos os componentes da Mesa, as autoridades, os representantes de sindicatos, entidades de classe e associações e os Deputados. Falando da segurança que temos em Minas, quero dizer ao Cel. José Vicente que, se Minas é considerado um dos Estados com menor índice de criminalidade, isso ocorre pela integração das polícias. Fui da Polícia Rodoviária Federal, trabalhei muitos anos aqui e sei que, neste Estado, as Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil e Militar trabalham integradas. É por isso que realmente temos eficiência em nosso trabalho. E não posso deixar de acrescentar o Poder Judiciário e o Ministério Público, que realmente têm trabalhado muito.

Mas ainda estamos nessa situação em Minas Gerais - onde temos, hoje, 47 mil mandados de prisão para serem cumpridos -, porque não temos cadeias. Essa é nossa dificuldade, nosso problema: não temos penitenciárias. Na CPI do Narcotráfico, vimos que 40% desses 47 mil mandados são de pessoas condenadas pelo art. 12, que trata do tráfico de drogas; quer dizer, são, mais ou menos, 18 mil mandados, muitos dos quais de pessoas condenadas pela segunda ou terceira vez, que ainda não foram presas. Assim, em Minas Gerais, temos de 9 a 10 mil traficantes - pequenos, médios e grandes - que estão soltos. Tenho certeza de que, se estivessem presos, o problema do tráfico e do uso de drogas em Minas seria combatido em muito.

Há, ainda, o problema da Polícia Civil, a incumbência de ficar cuidando de presos. Acho que isso é um erro tremendo, mas é algo que vem de muitos anos. Há uma lei que teríamos de cumprir, cujo prazo, de dois anos, expira agora, em julho, pela qual teríamos de passar todos os presos para a Secretaria da Justiça. Mas esta não tem condições de fazê-lo; não há nenhuma vaga nas penitenciárias que administra. E estamos com presos nos distritos, nas delegacias e cadeias, todos sob a responsabilidade da Polícia Civil. O certo seria outra coisa, mas vou deixar para falar posteriormente sobre a segurança que queremos.

Então, estamos com grande parte da polícia cuidando de presos, mas trabalhando muito e de forma integrada com a Polícia Militar. Como o senhor disse, às vezes, a Polícia Militar fica aguardando notícia pelo rádio, para atender um caso de agressão, homicídio ou qualquer outra coisa, e a Polícia Civil fica no aguardando. Aqui, em Minas, não. Aqui, a Polícia Civil trabalha, tanto é que temos a Operação 2000, agora, no fim do ano, e estamos fazendo um trabalho em todas as regionais do Estado. Em Belo Horizonte, no Hipercentro, vemos a Polícia Militar nos quartéis, ostensiva, e a Polícia Civil à paisana, no meio do povo, trabalhando. Aliás, fazendo um trabalho espetacular - temos recebido, a todo o momento, manifestações parabenizando as ações da Polícia Civil, inclusive coordenadas pelo Sr. Nilton Ribeiro, trabalhando junto a essas áreas de maior movimentação, cuja região mais crítica é o Hipercentro. E isso está dando um resultado excelente.

Mas nós precisávamos ser mais eficientes, porque, como o senhor disse, a nossa Polícia Militar é uma das melhores do País. Também a Polícia Civil é uma das melhores. Posso dizer isso porque conheço as polícias do Brasil inteiro. Fui Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal e agora, como Presidente do Conselho do Sudeste, tenho feito reuniões com Secretários de Estado de todo o Brasil e conheço a tradição da Polícia Civil de Minas Gerais. Por isso, acho que este é um Estado feliz. Estamos preocupados em diminuir o número de crimes porque, como disse o Governador, Minas Gerais vai vencer todas as dificuldades. E, para vencer as dificuldades e fazer com que o Estado cresça, precisamos começar pela segurança pública. Com uma segurança pública desejável, os investimentos externos virão para cá, para gerar mais empregos, mais riqueza e melhor qualidade de vida para o povo.

Fui duramente criticado porque estou construindo cadeias. Por que faço isso? Porque os lugares que abrigam os presos hoje, delegacias de polícia e distritos, são impróprios. Os presos de Minas Gerais - e estão aí as pessoas da área de direitos humanos, que podem atestar isso - são tão maltratados, que um animal que tiver dono é mais bem tratado do que eles. Temos distritos e delegacias especializadas em Belo Horizonte, que, enquanto a Lei nº 7.210 determina que são necessários 6m² para cada preso, têm, talvez, 60cm. Além disso, de um lado, existe um aidético; de outro, um tuberculoso ou um portador de outra doença transmissível. Hoje, por exemplo, não temos onde colocar nenhum preso. Não existe nenhuma vaga em Belo Horizonte.

Houve um tumulto no Departamento de Investigações esta noite, e as celas foram quebradas. Então, tivemos que retirar os presos dali, mas não tínhamos onde colocá-los. O único local onde existiam algumas vagas era um presídio de mulheres que ainda está em reforma - onde estão os meninos - e no DEOM, que é a Divisão de Menores. Tivemos que levar 46 presos para lá. Estão ali todos misturados: menores infratores e outros criminosos perigosos. Esta é a situação que estamos vivendo em Minas Gerais.

Acho que precisamos realmente é de construir cadeias. Todos os dias, recebo em meu gabinete Prefeitos e Deputados. Muitos dos Deputados que estão aqui vão me pedir para construir cadeias, porque elas não existem, acabaram, deterioraram, caíram. A situação no Estado é lastimável. Então, o que precisamos fazer? Construir cadeias. Cada comarca, no mínimo, precisa ter uma cadeia. Por isso, estamos ajudando a construir essas cadeias com a verba da taxa de segurança pública, para que possamos, até julho, transferir esses presos que estão em dependências da Polícia Civil ou em delegacias. Temos que tirar os presos dessas delegacias para passá-los para a Secretaria da Justiça.

Mas eu acho que nem lá é o local certo. Acho que é o caso de os Deputados refletirem melhor sobre a criação, como aconteceu em São Paulo, da Secretaria do Sistema Penitenciário. É uma Secretaria especializada, cuida dos recursos do sistema penitenciário, das verbas e realmente cumpre a lei carcerária. Seria o caso de deixar os casos que envolvem menores e adolescentes, bem como os direitos humanos, para uma Secretaria especializada. O sistema carcerário precisa ser específico e não pode ficar como se encontra hoje, cuidando de uma série de atividades: direitos humanos, menores, detentos e penitenciárias. Acho que precisamos mudar, tirando da Polícia Civil a incumbência de ficar com os presos.

Temos três situações que envolvem presos. Temos aquele que é preso em flagrante e entregue à delegacia. Ele tem que ficar com a Polícia Judiciária até que o inquérito seja concluído. Terminado o inquérito, quando esse vai para o foro, tem que ir para uma cadeia pública e, depois de condenado, para uma penitenciária. O preso só deverá ficar com a Polícia Civil o tempo necessário para que sejam feitas a triagem e as investigações para completar o inquérito, para que os depoimentos sejam colhidos e, posteriormente, seja feito o seu encaminhamento. Isso é o que desejamos: ter uma polícia judiciária para cuidar do sistema judiciário criminal, da parte da polícia judiciária e para que possamos ter um sistema penitenciário independente. É isso que desejamos.

Também é ideal que exista a Polícia Civil, como existe a Polícia Militar, que tem o seu Comandante-Geral e independência administrativa e financeira. A Polícia Civil também deveria ter essa independência administrativa e financeira e um comando exercido por um Diretor-Geral ou por um Chefe de Polícia, em que o Secretário da Segurança Pública ficasse na coordenação, fazendo a política de segurança pública. Acho que esse é o ideal a ser alcançado por Minas Gerais. Como Deputado Federal, não sou nem Delegado de Polícia nem oficial da Polícia Militar. Sou um parlamentar e estou aqui a convite do Governador do Estado, fazendo segurança pública. Pretendemos fazer o melhor, porque o Governador tem nos dado realmente todo o apoio para que possamos reestruturar o sistema de segurança pública de Minas Gerais.

#### Palavras do Sr. Márcio Decat de Moura

Exmo. Deputado Luiz Tadeu Leite, Presidente, demais Deputados, senhores e senhoras, o tema segurança pública é bastante atual e nos atinge a todos, sobretudo devido ao aumento assustador da violência neste final de milênio. Basta dizer da realidade nua e crua do crime organizado nas instituições e na sociedade, que a CPI do Narcotráfico vem revelando. Por isso, o tema segurança pública, ao mesmo tempo em que é difícil, é fascinante.

O ilustre palestrante nos trouxe o exemplo interessante do Japão, onde só há meio morto por ano, o que me fez lembrar de um artigo que li a respeito da cultura desse povo. O japonês que comete um delito e vai preso não pode conversar na cadeia. A rigidez do sistema prisional no Japão é intensa, e aquele que sai da cadeia é, por vezes, banido da família e do seu meio, tamanha a vergonha que causa às pessoas de seu convívio.

Além dos estudos que estamos fazendo para promover maior interação entre os órgãos de segurança, uma legislação melhor, a construção de mais cadeias, Polícias Civil e Militar mais eficientes, estamos tomando consciência de que o Ministério Público precisa sair do seu gabinete para dar ajuda efetiva aos órgãos de segurança, em vez de ficar, comodamente, sentado na poltrona, esperando que as provas sejam apresentadas. Não temos que tomar competência da Polícia Militar nem da Polícia Civil, mas podemos perfeitamente somar a ela nossos esforços e nossa inteligência.

Precisamos passar por todos os sentimentos do povo, para mudar nossa cultura. Sem a mudança da cultura de um modo geral, vai ser muito difícil atender ao desiderato de diminuir a violência.

O palestrante falou da dificuldade da legislação processual penal brasileira, e isso data de 1940. Quando os Deputados Federais têm que modificar um texto constitucional, como foi o caso da reeleição do Fernando Henrique Cardoso, eles o fazem. Por que, então, agora, alertados pela inquietação da população, pela notícia do aumento do narcotráfico estampada na primeira página de todos os jornais, os Deputados não agilizam essa modificação processual de que tanto necessitamos?

Ontem, li, no "Jornal do Brasil", o que um ilustre americano disse sobre o problema da "lavagem" do dinheiro. Estancar os recursos do criminoso significa atingir de morte o crime. Prender o traficante é essencial, mas, se estancarmos o seu dinheiro, aí, sim, estaremos matando a célula criminosa.

Onde está a lei que pune e criminaliza a lavagem do dinheiro? A solução desse problema monstruoso, que se deixou criar, depende, agora, da vontade política geral do povo brasileiro.

Li também, ontem, a respeito do que dizem os motoristas cariocas ao policial militar que lhes baixa uma multa. Ora, é preciso mudar a cultura do povo para que ele volte a respeitar a autoridade que está, no dia-a-dia, cumprindo seu dever.

Essa é uma coisa educacional, familiar, social, que vai passar por esse Conselho de Defesa Social tão importante, tão intenso, do qual todos os segmentos da sociedade, Juízes, Promotores, políticos, Polícia Militar, Polícia Civil, Defensoria Pública, irão participar, para dar uma melhor diretriz a fim de atenuar o problema da violência social.

Nós, do Ministério Público, queremos somar esforços, ter um Ministério Público mais efetivo, mais ativo, para reprimir a violência e atuar em outras formas de cidadania. O povo precisa que o Ministério Público organize-se para melhor servir.

Em São Paulo existe uma coordenadoria que trata dos loteamentos clandestinos. Não existe um loteamento em São Paulo que não passe pelo crivo do Ministério Público. Hoje, quando o povo é iludido por um loteamento clandestino, as providências são tomadas depois. Mas já houve o prejuízo. O Ministério Público deve estruturar-se melhor para atuar na ponta do sistema para evitar a violência. Posteriormente, caso ela aconteça, puni-la. Precisamos crescer e nos organizar.

Estamos constituindo uma comissão para propormos mudanças na Lei Orgânica do Ministério Público e vamos submetê-la à Assembléia Legislativa e ao Governo do Estado. Se o Ministério Público atuar mais na área do crime organizado, do direito agrário, do direito imobiliário, e do atendimento ao consumidor, poderemos dar a nossa parcela para que essa violência diminua.

O Ministério Público cumprimenta todos os debatedores e a Assembléia Legislativa, dizendo que somos companheiros e partícipes de todas as preocupações. Estamos sempre abertos a ouvir, a debater e trazer a nossa modesta contribuição. Muito obrigado.

#### Palavras da Sra. Valdete da Silva Cordeiro

Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa-tarde a todos. Estou ouvindo palavras bonitas, discursos bonitos, mas vamos falar da segurança que temos em nossa periferia. Falou-se de São Paulo, do Japão, dos Estados Unidos, e compará-los com o Brasil é difícil.

Falou-se sobre a construção de cadeias. Se continuarmos como estamos, não haverá lugar para se construir cadeias no Brasil, porque não se fala em prevenção, não se fala em trabalho pedagógico, no desemprego que está cada vez pior, não se fala sobre esse sistema. Falar em violência é muito complicado. A violência está em todo lugar, não é só matar. O desemprego é uma violência muito grande, falta de escola, falta de moradia é uma violência maior ainda.

Enquanto estivermos nessa miséria, enquanto a periferia estiver como está, enquanto não houver uma reforma agrária para diminuir as favelas, será necessário construir cadeias.

Muitos adolescentes estão nas ruas. Mas o que eles têm em casa? Se eles chegam à 8ª série, não têm condições de continuar os estudos. Moram em casas de um só cômodo, onde vivem 12 pessoas. Onde esses meninos vão ficar? Têm de ficar nos becos. A violência não é só essa. Existe também a violência policial. Essa nós temos de ver.

No meu bairro, no mês passado, um garoto foi morto pela polícia. Foi um acidente, porque foi um menino da periferia. Se fosse outra pessoa, seria casual, mas, como é da periferia, é acidente. A violência está em todas as partes.

Mas quem é esse militar? É um pobre coitado que vive na periferia, tem a mesma situação dos que vivem lá e ganha um salário miserável. Não sabemos como esse policial é tratado dentro do seu comando. Se é bem tratado, se é treinado para tratar bem as pessoas, bem, ele será bom. A violência policial na periferia é muito grande. Não podemos viver sem a polícia, mas queremos uma polícia melhor.

Conversando com um comandante, ele nos disse que o policial cresceu na periferia e que foi criado com os bandidos. Mas deve haver uma seleção. Como se aceita um bandido para trabalhar no comando? A segurança deve ser feita em conjunto, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Governador do Estado, o Prefeito e nós, civis.

Enquanto não houver a união de todos, a polícia não resolverá o problema sozinha, o Governador, o Presidente não resolverão o problema sozinhos. Deve haver essa união. Nós precisamos dizer que polícia queremos. É preciso saber o que passamos na periferia, porque lá não há somente bandidos, há pessoas boas. Muitas vezes, um pai de família que volta do serviço cansado é abordado e passa por uma humilhação. Se ele diz que está vindo do serviço, eles dizem: cale a sua boca. Quer dizer, é uma violência.

Acho que temos de ver o que causa a violência. Dizem que é a droga, o álcool, mas será que é só isso que está causando a violência? Primeiro, temos de saber a causa para depois nós a combatermos. Falaram do tráfico de drogas, que se prendeu a maioria dos traficantes, que o consumo de drogas vai diminuir. Será? De onde e como vem essa droga? Na periferia não temos plantação de maconha, não temos refinaria de cocaína. Como chega essa droga? Ela vem de avião, de navio e chega na periferia de carrão. Como é que acabam os traficantes? Acabam os peixinhos pequenos, mas ninguém vai atrás dos grandes. E todo o mundo sabe de onde ela vem, mas ninguém vai atrás.

Acho que o que está faltando é saber qual a causa da violência, falam do álcool, por que um homem, às vezes, está num boteco bebendo, está desempregado, desesperado, a mulher doente, os filhos pequenos, ele vai para o boteco e já está violento, isso acontece.

A garotada anda nos becos, servindo de "aviãozinho", usam droga. Eles traficam, sim, pois não têm emprego e precisam sustentar a família. Há meninos de 10, 12 anos, que sustentam uma família. Se eles não têm emprego, vão traficar, vão vender a droga, porque não têm outro meio de viver. Eles estão quietos em um canto, desempregados, chega um e oferece para eles R\$300,00 por semana para entregar "isso" aqui. Eles vão, pois estão necessitando. Esses é que são presos, os que ganham esses R\$300,00 para sustentar a família. O difícil é ir lá em cima.

Acho que os Deputados, já que estamos aqui na nossa Casa, devem pensar mais um pouco lá fora, nesses adolescentes. Queremos saber que projeto os Deputados têm para esses adolescentes da periferia. O que vemos são cadeias cheias, não há trabalho para esses presos, e trabalho é dignidade. Tanto o Estado quanto a Prefeitura têm depósitos cheios de cadeiras quebradas, coisas estragadas. Por que não põem esses presos para consertar esses móveis que estão lá no canto estragados, em vez de estar comprando novos? É só arrumar uma oficina, e pôr os presos para trabalharem. O Estado tem muita terra, muita fazenda, pode pôr os presos para plantar. Eles gerariam riqueza para o Brasil enquanto estão plantando. Agora, ficam enchendo delegacia de preso, até eles não terem como se mexer. Façam com que eles trabalhem para ver se não melhoram e se não saem de lá com dignidade. Às vezes há um preso que matou uma pessoa porque estava com raiva; está na prisão, mas é uma pessoa digna; ponham-no para trabalhar, para plantar, para criar galinha, porco; vai dar dinheiro. Se vai uma firma construir uma escola, cobra um absurdo. Nas delegacias há pedreiros, mestres de obra, dê serviços a eles; já diminui custo para o Estado e para a Prefeitura.

Acho que segurança é muito mais do que isso: não é polícia no meio da rua, não é polícia dentro de Delegacia; segurança é uma questão muito complexa. Acho que temos de estudar juntos, as três esferas e nós, povo. Aí vamos conseguir ter a segurança que queremos. Porque a que temos ainda deixa muito a desejar. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Esta Presidência quer agradecer as palavras aqui proferidas pela Sra. Valdete da Silva Cordeiro, que representa a comunidade, no caso, o Centro de Ação Comunitária Vera Cruz, parabéns, D. Valdete.

#### Palavras do Desembargador Murilo José Pereira

Sr. Presidente da Mesa, Deputado Luiz Tadeu Leite, a quem agradeço essa nímia deferência em nos conceder a palavra, embora nosso nome não figurasse como debatedor, demais componentes da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, o Poder Judiciário, que aqui eu tenho a honra de representar, como sabido, é uma peça insubstituível e necessária no combate, na prevenção e na repressão do crime. Para isso, precisamos de instrumentos legais, que são vários, porque os Juízes, como sabemos, são servos da lei. "Servus sumus legus uti libiri est possimus". Somos servos da lei para que possamos ser livres. De sorte que o Judiciário limita-se a cumprir a lei.

Ao falar em lei, nós logo direcionamos nossas atenções para o Poder encarregado de elaborá-las, o Poder Legislativo. E aqui está uma primeira colocação que eu gostaria de fazer, que é uma forma que o Judiciário apresentaria para o combate, a prevenção e a repressão do crime e que diz respeito à questão aqui assinalada da impunidade do delinquentes.

Sabemos e os maiores penalistas brasileiros, a começar de Hungria, que foi chamado príncipe dos penalistas pátrios, afirmam que a impunidade é fator criminógeno, gera realmente a prática do crime. Como o Judiciário poderá colaborar com a sociedade para minimizar pelo menos essa chaga social que é o crime?

Sugeriríamos ao Poder Legislativo - e aqui, convoca-se a sociedade mineira para motivar o Legislativo nesse sentido - a elaborar leis que reduzam o número e os prazos de recursos. Sabe-se que não só o número de recursos na área penal, como os prazos, são um empecilho à agilização da justiça. Isso, porque são muitos os recursos e os prazos são vários e demorados. Muitas vezes, a sociedade desinformada critica o Judiciário em função dos atrasos nos processos criminais, quando, na verdade, deveria voltar a sua crítica para leis penais, processuais obsoletas, antiquadas, porque são leis que criaram muitos recursos e ampliaram muito os prazos processuais. Vamos reduzir uns e outros, essa é uma das propostas. Uma outra diz respeito ao problema carcerário. Sabemos que esse problema realmente implica considerações profundas que lançam as suas primeiras raízes naquelas questões sociais, aqui aventadas, da ausência de educação, de pobreza, de desemprego, de males sociais que afligem o povo brasileiro.

No que tange especificamente ao problema judiciário, das execuções penais, o que se vê é que realmente o sistema prisional carece de uma profunda alteração. Não vamos afirmar aqui, embora eu respeite a opinião do ilustre Secretário Mauro Lopes, que se faz necessária e premente a criação de novos presídios. O que eu sei a esse respeito é que há pouco tempo, na minha terra, falou-se em construir um presídio e quase houve uma revolta por parte da sociedade local para impedir essa construção. E foi impedida. A penitenciária é um mal necessário. E sendo assim, temos de ter alternativas, aquelas chamadas políticas alternativas, para que possamos buscar outros instrumentos para segregar o preso perigoso, o preso de potencialidade ativa e perigosa do meio social e levá-lo à produtividade em setores, como prestação de serviços à comunidade.

Já temos várias penas alternativas para delitos de pequena potencialidade e podemos reduzir, em grande parte, talvez em 50%, o número de presos nas penitenciárias, se exercermos a nossa imaginação administrativa e criadora, elaborando novas formas alternativas de prisão entre paredes. Aquela prisão de que "Papillon" falou. Prisão em que só de liberdade o homem tem apenas o seu sentimento, o seu pensamento.

Precisamos de condições alternativas no cumprimento de penas. E o Judiciário está sempre atento no cumprimento de sua missão constitucional. Não vamos dizer que precisamos aumentar o número de magistrados, embora sabidamente pequeno para a nossa população. Mas, vamos dizer que os nossos Juízes são trabalhadores, competentes, operosos e em condições de bem operar o direito penal, porque aqui tratamos dessa área. Mas precisamos de leis que realmente mostrem esses instrumentos ao magistrado, porque ele é servo da lei. Não temos aquele direito alternativo de alguns povos europeus, aquele que se quis implantar aqui no Brasil em que um Juiz poderia praticamente criar a lei, substituindo o legislador. Não temos isso nem queremos ter. Queremos é executar leis que o nosso legislador, constituinte, traga para nós. Precisamos de leis que nos dêem condições de um processo rápido, célere, para que possamos, realmente, exercitar a nossa missão diante daquela idéia de que o nosso maior destinatário é o homem, o ser humano. Agradeço a oportunidade que me foi concedida e parabéns aos debatedores que, a nosso ver, trouxeram questões de mais alta relevância relativos ao tema "A Segurança Pública Que Temos e a Segurança Pública que Queremos". Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Desembargador Murilo Pereira pelo brilho de suas palavras neste debate.

Palavras da Secretária Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis

Prezado Deputado Luiz Tadeu Leite, Coordenador destes trabalhos, companheiros da Mesa, prezadas senhoras e senhores, é com prazer que participo deste debate nesta Casa que aprendi a respeitar, vivenciando o dia-a-dia dos bastidores da lei.

Gostaria de iniciar minha fala lembrando que foi aqui, por meio da CPI do Sistema Penitenciário, que conseguimos ter um diagnóstico e até propostas concretas para analisar o que estamos vivenciando hoje. Na realidade, o quadro é profundamente triste, porque estamos como o sistema sucateado, esquecido durante décadas e no qual a sociedade parou de pensar.

Na verdade, o que está posto aí data da década de 70. Ficamos muito preocupados em falar em segurança, que é vital, e esquecemos o que é mais importante: que o sistema tem de ser repensado. Não existe política pública para esse setor, não existe a construção de um modelo novo feito pela sociedade, por quê? Os prédios foram feitos e datam de antes de 1970. E em todas as instituições em que houve alguma alteração ou alguma construção não houve um projeto sócio-pedagógico que levasse em consideração que estamos lidando com pessoas, com cidadãos completamente relegados, porque não existe para eles propostas de construção e de reinserção na sociedade.

O que acontece, na verdade, é que eles são colocados, sem alternativa alguma, em condições subumanas, fruto do nosso desleixo, enquanto sociedade civil. O desleixo chega a tal ponto, que percebemos uma ausência completa de proposta num sistema em que o preso, condenado há 30 anos, em um sistema fechado, convive com um preso do sistema semi-aberto, sem perspectiva alguma de qualificação profissional, de capacitação nem de reinserção na sociedade.

Na verdade, precisamos analisar, profundamente, o modelo que queremos. Entendo que Secretaria da Justiça significa justiça nos atos básicos do dia-a-dia, do amanhecer ao entardecer, comprometidos com a causa dos direitos humanos, sem esquecermos que o tecido social precisa ser protegido. Hoje, há penitenciárias onde se mistura de tudo. É um sistema que trabalha com a criança e o adolescente. Chamo a atenção de todos, porque precisamos trabalhar muito próximo tanto do Ministério Público e da magistratura, quanto desta Casa, dos políticos - que são comprometidos com o bem, quando provocados a fazê-lo, porque têm responsabilidades - esta Casa tem grandes valores -, e, principalmente, de toda a sociedade civil. Precisamos de um debate de que participe a sociedade como um todo, para que o Juiz, que não é Juiz da infância nem da adolescência, saiba o que ele está levando para essas casas chamadas de reintegração. Na verdade, tais casas são casas de condenação.

O que presenciamos, na visita ao CIA de Sete Lagoas, é que estamos transformando os nossos cidadãos em monstros. A verdade é essa. Não há critério algum. O menor infrator, que bate uma carteira, vai para o mesmo lugar que um menor que já praticou crimes hediondos, convivendo no mesmo espaço. Então, o menor que cometeu delito leve se transforma num monstro. Isso é nossa culpa. Por quê? Porque, até agora, não escolhemos um modelo. Não adianta criar uma secretaria para tratar de assuntos penitenciários. Temos, primeiramente, de criar os critérios que queremos, em respeito aos direitos humanos dessas pessoas. Que opção vamos oferecer para eles? O que vamos propor? Qual é o nosso projeto socioeducativo de inserção dessas pessoas na sociedade civil? Como querer segurança, se colocamos, num mesmo local, pessoas que, de dentro do sistema penitenciário, comandam o tráfico e a violência? Que sistema é esse?

Na verdade, precisamos repensar e propor parcerias concretas e comprometidas com um novo modelo, que transforme essas pessoas em seres humanos. Não adianta apontarmos culpa. Temos de virar essa página negra da história do Brasil, para buscarmos as soluções que vamos oferecer para esses brasileiros, que estão sob a tutela do Estado, com a responsabilidade da sociedade civil.

Vivenciamos um sistema que coloca qualquer um para ser monitor ou guarda penitenciário, sem critério algum de qualificação. Mistura-se, aí, a política, algo grande e nobre, com a politicagem. Temos de colocar, no sistema, normas, qualificação e critérios de seleção para quem vai trabalhar junto a essas pessoas, que já perderam a auto-estima, a quem estamos ajudando a empurrar, cada vez mais, para um buraco negro.

O pior é que isso está dando um retorno; lá de dentro, estão nos comandando aqui fora. Estamos enxergando a situação e encontrando soluções que, na verdade, não são propostas de um modelo novo. Portanto, venho a esta Casa para estimular a construção desse modelo. É importante que a sociedade civil participe, dando um testemunho como o do Dr. Itamar Franco, o qual, no início, pudemos presenciar. Nele se propôs um plano com todas as entidades representativas do menor infrator, e são 37 itens que iremos respeitar e tentar construir junto com a sociedade civil. Pretendemos que o que ocorre neste espaço democrático, como a CPI Carcerária, não fique simplesmente constituindo letras mortas. Temos que fortalecer a Secretaria da Justiça e de Direitos Humanos, para que deixe de ser de quinta grandeza, passando a ser respeitada e a apresentar propostas concretas para o nosso dia-a-dia. Como já dizia Goethe, "quem é firme em seus propósitos molda o mundo a seu gosto". Obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Esta Presidência deseja cumprimentar a Dra. Ângela Pace pelo brilhantismo de sua participação neste ciclo de debates.

Palavras do Sr. Carlos Victor Muzzi

Ilustres integrantes da Mesa, autoridades, senhoras e senhores, penso que a questão da violência, especificamente da violência urbana, é o maior problema de direitos humanos do mundo moderno. Nesse fim de semana, todos ouvimos as notícias sobre a morte de um poderoso banqueiro internacional, o que demonstra que a questão da segurança é muito séria em qualquer lugar do mundo. Estando na Itália, recentemente, pude notar que a maior preocupação do país é a questão da segurança.

Costumo ser curto e grosso quando falo e, assim, perdoem-me alguma irreverência. Estou aqui para falar sobre a questão das seguranças física e pública, além da criminalidade violenta, embora todos saibamos que as condições socioeconômicas contribuem para tudo isso. Não podemos nos enganar: a criminalidade e a violência fazem sofrer, drasticamente, as camadas mais pobres da população. Estou aqui com um exemplar da "Folha de S. Paulo" do dia 17 de outubro, em que se diz o seguinte: "Em São Paulo, a expectativa de vida é de 65,2 anos, enquanto, sem causas violentas, ela seria de 68,5 anos". O paulistano perde três anos de sua vida por causa da violência. Mas muito mais grave, Ângela, é o fato de que, nos Jardins, uma área pobre da periferia de São Paulo, a expectativa de vida é de 64,4 anos, enquanto, nos bairros ricos, ela é de 72,5 anos, ou seja, o rico, em São Paulo, vive 8 anos a mais do que o pobre, por sofrer menos violência. Isso é muito sério.

Tenho aqui, também, um jornal de Belo Horizonte. Como as estatísticas são precárias, uso os dados que a imprensa oferece cotidianamente. No jornal "O Tempo" de 19/10/99, mostra-se que a região campeã de assassinatos, em Belo Horizonte, é o complexo do Cafezal, na região da Serra, onde ocorrem 12% dos assassinatos de Belo Horizonte. Isso demonstra que a violência criminal sacrifica muito mais o pobre, o excluído, o habitante da periferia. Não falo apenas de homicídios, pois temos dezenas de outros delitos graves, inclusive os sexuais, que ocorrem com maior frequência nessa região. Portanto, defender direitos humanos é defender a vida e a integridade das pessoas.

Essa violência geral, em todo o mundo, especialmente nos países do Terceiro Mundo, extrapolou todos os limites que possamos ter como razoáveis. O Sistema Único de Saúde - SUS -, em São Paulo, forneceu os dados publicados pela "Folha de S. Paulo", ou seja, isso não é uma invenção, mas sim uma constatação do órgão de saúde de ponta, que atende aos mortos e aos feridos. Por que essa violência criminal extrapolou, de forma tão drástica, qualquer limite que se pode ter como razoável? Penso que isso tem tudo que ver com o crime organizado e, nesse ponto, busco as experiências de outros povos. Busco um dado do governo norte-americano: a agência que combate às drogas, a qual dispõe de recursos fantásticos, constatou que só o tráfico de drogas gira US\$1.000.000.000,00 por ano. Só na Colômbia, o tráfico de drogas tem um movimento de US\$300.000.000,00 por ano. Isso representa mais do que a nossa dívida externa. Se somarmos ao tráfico de drogas o roubo de cargas e o tráfico de armas e de material de biodiversidade, como animais, plantas, etc., chegaremos, facilmente, à constatação de que a mais poderosa atividade econômica do mundo atual é o crime organizado. O tráfico de drogas constitui a terceira atividade econômica, perdendo apenas para a indústria do petróleo e da informática.

Sendo assim, para combater uma atividade tão difusa, que permeia toda a sociedade, pois nenhum setor da sociedade brasileira está alheio a essa atividade, precisávamos de um aparato mais bem-estruturado que o aparato policial de que dispomos. Se fizermos uma remissão histórica, constataremos que jamais houve uma política pública de segurança nem uma política de segurança pública no Brasil. As instituições policiais existentes são fruto do puro acaso. Se analisarmos a história do Brasil, nos tempos da Colônia e do Império, verificaremos que a segurança pública era eminentemente municipal, provida pelas Câmaras Municipais, que eram o centro da vida comunitária e política do País.

Com a proclamação da República, criou-se um modelo federativo artificial, e os Estados passaram a incrementar as suas forças públicas transformando-as em verdadeiros exércitos que participaram, nas décadas de 20 e 30, da era das revoluções, quando os exércitos estaduais derrubavam Governos ou os defendiam ao seu bel-prazer. Esse modelo militarizado, absolutamente contrário às nossas tradições político-sociais fortemente municipalistas e centralizadores, continuou. Hoje, temos duas polícias desunidas, por mais que seus líderes se esforcem em propalar uma união e uma coordenação; não é nada disso. Ao contrário, há um espírito de emulação e uma grande descoordenação. Temos uma Polícia Militar cujo estamento militar só prejudica a sua atividade policial. Não há um benefício que o caráter militar da PM traga à atividade de policiamento. Pelo contrário, a tendência do militar é ocupar um espaço: o País. Qualquer pesquisa que se faça na periferia vai mostrar verdadeiramente a Polícia que temos hoje - seja civil, seja militar. Temos uma Polícia Civil superdimensionada em termos de polícia judiciária e profundamente desvinculada do Ministério Público, o que é um absurdo. Estou colocando fatos, não me estou referindo a pessoas. Todo esse modelo policial é anacrônico e absurdo. É claro que uma polícia melhor não vai resolver o problema da violência, mas contribuirá para oferecer maior segurança. A perspectiva animadora que há é o que está ocorrendo hoje, com grande comparecimento de Deputados, de autoridades e do povo num debate sobre a segurança pública. Não nos iludamos, a segurança pública diz respeito a qualquer um, seja um Edmundo Safera em Monte Carlo, seja um pobre José da Silva na periferia de Belo Horizonte; todo o mundo está sujeito a sofrer a violência. Portanto, todos têm que se portar de forma democrática na discussão desses problemas.

Quero deixar bem claro que existem centenas de outros problemas que interferem na questão da violência, mas quero debater apenas o problema da segurança pública de um Estado que jamais pensou em qualquer tipo de política de segurança pública. O nosso modelo policial é defasado e não encontra uma justificativa para sua existência. Jamais vi uma razão séria para a manutenção dessa dualidade de sistemas, que prejudica todo o trabalho a partir da ponta.

Quando uma viatura da Polícia Militar autua alguém em flagrante, o policial militar lavra uma ocorrência e conduz o preso a uma delegacia onde outra ocorrência será lavrada. Normalmente - o Deputado Sargento Rodrigues, que já foi policial, sabe - toma-se um chá de cadeira na delegacia. Há todo tipo de interferência. Existem dois sistemas de informações, dois sistemas de manutenção de veículos. Há uma situação de duplicidade num Estado literalmente falido. Enquanto isso, uma perversa lógica globalizante prega hoje a substituição da segurança pública por uma segurança privada, o que também é uma coisa muito ambígua, na medida em que muitos operadores da segurança pública provêm da segurança privada. Evidentemente, não têm o menor interesse em prover uma boa segurança pública.

Assim, espero que esse debate nos conduza para resultados mais concretos, como, por exemplo, a discussão desse modelo policial e a luta pela unificação das polícias, preservando, naturalmente, as suas características, com braços de policiamento ostensivo, com braço de polícia técnica e braço de polícia judiciária. Mas que se faça alguma coisa de concreto e não se faça de conta que tudo está bem.

Perdoem-me os companheiros, ouvi vários deles que participam do Governo se queixando da situação, mas a bola está com eles. Não conosco, que participamos da sociedade civil. Eram essas as minhas considerações iniciais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Queremos agradecer a fecunda participação do Dr. Carlos Muzzi, que aqui representa a OAB-MG.

Palavras do Dr. José Roberto Gonçalves de Rezende

Exmo. Sr. Deputado Luiz Tadeu Leite, tomo a liberdade de, na sua pessoa, cumprimentar todos os ilustres colegas da Mesa, as autoridades civis e militares presentes, as senhoras e os senhores. Tenho participado de discussões e mais discussões a respeito do tema ora em estudo. Fica redundante? Não, não é redundante. Vamos continuar discutindo, participando de debates, encontros e seminários, até que a nossa voz seja ouvida, até que a nossa posição, se a sociedade entender correta, passe do discurso para a prática.

Vou repetir mais uma vez o que tenho falado por diversas vezes. Eu já estou cansado de me ouvir, mas alguns aqui presentes ainda não, então me perdoem aqueles que já me ouviram repetir o mesmo discurso. No meu entendimento, a segurança pública, independentemente da matéria ou situação específica a que se vincule, a segurança social, a segurança jurídica e a segurança nacional têm o sentido de proteção, garantia e estabilidade. Segurança pública é a manutenção da ordem pública interna. Nesse sentido, consiste em ação que visa a determinado resultado.

Numa outra acepção, é o próprio resultado, ou seja, uma situação de manutenção ou de reestabelecimento de condições favoráveis ao exercício dos direitos individuais e coletivos, com a definição de deveres e responsabilidades, ou seja, condições de pacífica convivência social. Os conceitos de ordem pública e paz social, todavia, precisam ser depurados, despidos de uma certa carga ideológica que os mascara e obnubila, transformando-os em simples escusas do poder ou mesmo em metas obscuras de significado impreciso, em nome das quais já se praticaram e ainda se praticam as maiores atrocidades e toda uma sorte de abusos e arbitrariedades.

Qualquer tentativa de definição de ordem pública corre o risco de alargar-se demais, tornando-se flexível. Por isso mesmo, é preciso firmar bases mínimas como ponto de partida para sua compreensão, o que pode ser exposto através de marcos principais. O que diz respeito à organização e à vinculação da segurança pública com outras políticas públicas e o que concerne aos seus aspectos negativos e excludentes. Ou seja, o que deve estar fora do âmbito dessa definição. Assim, tem-se que a segurança pública é sistema, ação e situação, resultado, ou seja, exige organização, através de estrutura própria, com repartição de funções e responsabilidades. É o conjunto de atividades desenvolvidas pelos órgãos componentes dessa estrutura. Como situação, já foi visto que a segurança pública é a preservação ou a recuperação de condições favoráveis à convivência social. A segurança pública manifesta-se através de atividades de vigilância, prevenção, repressão de condutas delituosas. Orienta-se segundo as definições jurídicas penais.

A segurança pública, portanto, delinea-se desde a opção político-legislativa, por um determinado modelo penal. Não há legitimidade numa política de segurança dissociada de outras políticas públicas que componham a pauta social de Governo. Não há segurança pública viável e eficaz sem segurança jurídica e segurança social. A segurança pública não pode pretender esgotar os meios de ação contra a violência ou a criminalidade, pois representa a última intervenção do Estado nesse sentido. A segurança diz respeito à cidadania e é dever do Estado, direito e responsabilidade de todo cidadão, segundo o art. 144 da Constituição Federal. A segurança pública não é um privilégio de classe. Desde a escolha legislativa, é preciso ter em conta o caráter geral da proteção. Não há bens de classe, mas bens públicos. Independentemente de seu estado social, o cidadão deve ser respeitado na condição humana, de sujeito, com direitos e deveres. As ações que visam à segurança pública não dizem respeito à esfera privada ou íntima do cidadão, de modo que apenas os comportamentos socialmente relevantes devem interessar às políticas de segurança. A segurança pública não é ação de combate, guerra, defesa nacional, mas serviço público relevante. A paz pública, por sua vez, não deve ser entendida como ausência de controvérsia ou de divergências, mas como Estado, exemplo de ameaça, violência, ação ou medo, ou seja, condição para manutenção da vida em sociedade, para o desenvolvimento do homem, para a sua felicidade. De acordo com a Constituição Federal, a segurança pública deve ser exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através das Polícias Federal, Rodoviária Federal, Rodoviária Estadual, Ferroviária, Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros.

Ensina o Prof. José Afonso da Silva que o termo "polícia" vem do grego "politeia", que significa ordenamento político do Estado. Depois o termo assumiu o significado de atividade e manutenção da ordem, ou mesmo órgão estatal ao qual compete tal atividade. Segundo Tornaghi, é inegável que a polícia, sem mais qualificativos, designa, hoje em dia, o órgão a que se atribui, exclusivamente, a função negativa, a função de evitar alteração da ordem jurídica. Não obstante essa definição genérica da atividade policial, em nossos dias, tem acolhida a divisão da polícia em dois tipos: polícia administrativa e polícia judiciária. Uma é responsável pela intervenção ostensiva, pela manutenção da ordem, pela prevenção das infrações penais. Outra, pela condução das investigações do crime, com a consequente coleta de provas. Essa divisão da atividade policial remonta ao código de Brumário, na França revolucionária. João Mendes Júnior informa que a missão policial já foi definida pela Assembléia Nacional Constituinte Francesa de 1791.

A polícia judiciária investiga os delitos que a polícia administrativa não conseguiu evitar que fossem cometidos. A polícia é, sem dúvida, o órgão mais importante e mais visível do controle da criminalidade. É ela que, na ponta do sistema, dá o arranque do processo da lei em ação. Para Figueiredo Dias, a polícia é não só a instância que processa o caudal mais volumoso de Devians, mas também a que o faz em condições de maior discricionariedade. A polícia, em geral, exerce sua atuação em cenário povoado por vítimas ou suspeitas, portanto, em situação de absoluto domínio ou superioridade, imune a qualquer tipo de controle. Pode selecionar o crime e o criminoso, ignorando ou não a prática do ato legal ou ilegal.

Acabamos de ouvir aqui, na fala do ilustre secretário, que além dessas seleções, outra seleção que a polícia vem sendo obrigada a fazer, é a seleção de quem prende e de quem não prende. Então, vivemos um momento gravíssimo da nossa estrutura, da nossa malha de segurança social. Então, como dizia, pode-se selecionar o crime e o criminoso, ignorando-se ou não a prática de um ato legal, transgindo ou não com suspeito, efetuando ou não qualquer prisão, abordando ou não qualquer pessoa, escolhendo o momento, o lugar e a vítima. Não se faz presente nenhum dos demais personagens do procedimento legal quais sejam: Juizes, Promotores Públicos. É oportuno lembrar que a polícia é o único órgão do Estado da administração, que possui autorização legal para usar a força.

Na realização dessa atividade, marcadamente discricionária, a polícia orienta-se pelo mesmo estereótipo, que justifica um medo social difuso, em relação ao crime. Põe em prática o

funcionamento e os procedimentos tradicionais da lei, abordagem e prisão, em relação aos indivíduos que possuem maior probabilidade de delinquir. A chance de a polícia optar por outros meios de atuação, que não os tradicionais, aumentam à medida que os envolvidos se distanciam do estereótipo do delinqüente.

Ana Sofisme de Oliveira nos informa que uma pesquisa feita na Alemanha revelou que, ocorrendo essa situação, ou seja, sendo o autor do crime diferente do estereótipo, apenas 29% dos casos foram colocados na cadeia. Buscou-se para o restante outras soluções, legais ou não. Estudos científicos, desenvolvidos sobre a atividade policial, demonstram que a polícia, mais do que detectar a criminalidade, pode selecionar ou criar o delito.

Está esgotando o meu tempo e gostaria de mais 1 minuto, Sr. Presidente, para terminar. Então, verificamos que a segurança pública, como sistema, a ação ou situação, é questão que respeita, não só à própria polícia, mas à sociedade civil. O policiamento é atividade civil que deve obedecer aos princípios que regem a administração pública em geral: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade.

A eficácia, o rendimento, o policiamento, não dependem de táticas nem de treinamento militares, ao contrário o princípio da responsabilidade pessoal no lugar da tese da obediência devida. Carlos Magno Cerqueira nos dá essa informação. É necessária a prestação de contas à população. São conformadores de uma polícia subordinada ao poder civil e orientada conforme os valores éticos sociais. Não haverá perda de regimento ou de legitimidade se a disciplina e a hierarquia militares forem substituídas por um código de ética policial, conforme a proposta de Carlos Magno. Evidentemente, são indispensáveis a seleção, a formação, a reciclagem, a qualificação e o profissionalismo. O controle interno é necessário por meio do conselho de ética e outros canais de responsabilização, encaminhamento de queixas da população em geral e dos próprios policiais. No estado democrático de direito, contudo, não há lugar para uma polícia imune ao controle institucional e social. O controle externo é uma exigência imprescindível para a consolidação de uma polícia a interesse dos serviços gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Queremos agradecer ao Dr. José Roberto, por sua eficaz participação nesta fase inicial.

#### Esclarecimos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Agora, passaremos à fase dos debates. Queremos pedir, encarecidamente, aos participantes que, durante a participação oral, usem o menor tempo possível. O tempo é de 3 minutos, mas não precisa, obrigatoriamente, ser totalmente utilizado. Aqueles que responderão às perguntas que o façam também dentro da menor brevidade, a fim de dar maior dinâmica aos debates que serão empreendidos.

#### Debates

O Sr. Fábio Alves dos Santos - Sr. Presidente, o tema da segurança pública é muito amplo. O Prof. Carlos Muzzi fez colocações muito pertinentes. Gostaria de me ater a alguns aspectos abordados pelo Secretário da Segurança Pública e pela Secretária da Justiça sobre a situação caótica do sistema carcerário, pois até parece que o Estado não é responsável por essa área. A situação é caótica, porque o Estado contribuiu para que isso acontecesse, não o Governo atual, é claro, embora tenha também a sua responsabilidade. Temos, por exemplo, uma lei que dispõe sobre a transferência de todos os presos para a Secretaria da Justiça. O Governador Itamar Franco, durante sua campanha, fez grandes alusões à questão carcerária. Por ocasião da moratória também o fez, pois uma das justificativas era o pagamento da alimentação dos presos. Contudo, até hoje, o Governador Itamar Franco não apresentou uma vírgula de proposta para que essa transferência dos presos se efetivasse. Pelo contrário, pois V. Exa., enquanto Secretário da Justiça, informou-me que, no orçamento do próximo ano, a Secretaria da Justiça não dispõe de R\$1,00 sequer para a construção de presídios que possam acolher os presos oriundos da Secretaria da Segurança Pública. Então, o Governador Itamar Franco caminha na direção contrária à da solução de um problema de segurança do Estado, que é o problema carcerário.

Embora conheça as sérias intenções da Secretária Ângela Pace, as palavras do Secretário da Segurança são preocupantes, pois, quando tenta justificar a construção dos cadeiões amedronta ainda mais, porque os cadeiões continuam sendo uma vergonha, inclusive pelo superfaturamento. É um absurdo a construção de um cadeião para 170 presos custar R\$3.700.000,00, conforme foi dito no debate anterior, de que participei. É um absurdo, pois isso representa R\$27.500,00 por vaga. Enquanto isso, V. Exa., Sr. Deputado, e a Secretária estão com uma proposta de construção de um centro de recuperação com 170 vagas, muito mais completo do que o cadeião da Secretaria da Segurança, por apenas R\$2.500.000,00, demonstrando a ausência de políticas de segurança pública e carcerária por parte do Governo Itamar Franco. Após essas considerações, gostaria de ouvir os comentários da Sra. Secretária da Justiça. Muito obrigado.

A Secretária Ângela Pace - Na realidade, temos de reconhecer que estamos trabalhando com o objetivo de acabar as obras necessárias e emergentes no que diz respeito à Secretaria da Justiça e de Direitos Humanos. São as obras do CIA, de Sete Lagoas, as obras da PIEP e as outras obras alocadas, inclusive a construção da penitenciária de Carmo do Paranaíba e outras que estavam em situação emergencial. Vimos hoje a esta Casa para conversar com o Poder Legislativo sobre o orçamento do ano que vem. Já fizemos um apelo ao Deputado Luiz Tadeu Leite, por intermédio do Deputado Saraiva Felipe, e também ao relator, Deputado Márcio Cunha, para que recursos sejam alocados no orçamento do ano que vem. Apelamos a todos os Deputados presentes e aos não-presentes, pois sabemos de suas responsabilidades para a solução destes problemas. Estamos numa época propícia, em que esta Casa recebe o orçamento do Estado e, se isso for vontade do povo mineiro, tenho certeza de que não faltará ao Executivo, que ainda não enviou a proposta orçamentária para esta Casa, nem aos Deputados, a sensibilidade para perceber que suas colocações são precisas e corretas. Muito obrigada.

O Sr. José Vicente da Silva Filho - Gostaria de acrescentar uma informação. O Ministério da Justiça tem a obrigação de administrar o Fundo Penitenciário Nacional, que, em 1998, tinha R\$287.000.000,00 para investir na construção de presídios estaduais e federais, o que estava previsto em legislação, mas até hoje isso não aconteceu. Em 1999, esses R\$287.000.000,00 caíram para R\$87.000.000,00 dos quais, até agosto, só haviam sido liberados 3%. É importante observar a cobrança da participação do Governo Federal na questão da segurança pública, inclusive nesse item. O art. 144 diz que a segurança é dever do Estado, e o Governo Federal, que também é Estado, fica, confortavelmente, repassando muitas de suas obrigações para os Estados. Essa é uma observação importante.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Queremos ressaltar que, do orçamento enviado a esta Casa, foi feita uma proposta, quando estivemos na Secretaria da Justiça, de um orçamento de R\$23.000.000,00. Mas, na proposta enviada a esta Casa, não havia nem um real destinado a investimento, a construção. Foi-nos prometido, pelo Secretário Manoel Costa, que na época da execução orçamentária seriam feitas suplementações. Mas, agora, na condição de Deputado, fico muito à vontade para atender ao apelo de V. Exa., Sra. Secretária, e aqui nesta Casa fazer um trabalho de apresentação de emendas junto ao relator, Deputado Márcio Cunha, que é colega nosso, Deputado de grande sensibilidade social, para que tenhamos verbas na Secretaria de Justiça para dar prosseguimento àquelas obras que tínhamos projetado e que, por sinal, V. Exa. tem se disposto a dar prosseguimento, porque eram obras essenciais, inadiáveis e necessárias.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros e companheiras da Polícia Civil, autoridades presentes, quero dizer, caro Deputado e prezado amigo, Luiz Tadeu Leite, que esta Casa, hoje, que promove esse grande debate sobre segurança pública, precisa tomar o rumo certo para tratar da questão da segurança pública. Não é possível continuarmos tratando de segurança pública na Comissão de Direitos Humanos; na realidade, ao longo da história, a segurança pública está sempre muito atrelada à violência policial e à questão carcerária. Onde estão as políticas de segurança pública?

É importante lembrarmos que a questão é muito maior e precisa ser trabalhada firmemente, porque o art. 133 da Constituição do Estado estabelece a questão da segurança pública, o qual se reporta ao Capítulo II, que trata da organização dos Poderes, Seção V, da defesa da segurança do cidadão e da sociedade. "Art. 133 - A defesa social, dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, organiza-se de forma sistêmica visando a: I - garantir a segurança pública, mediante a manutenção da ordem pública, com a finalidade de proteger o cidadão, a sociedade, os bens públicos e privados, coibindo os ilícitos penais e as infrações administrativas". E hoje esta Casa, no meu entendimento, está na contramão da história, mesmo porque a nossa própria Constituição já estabelece, dentro do que implantou como conceito de segurança, entre os membros, o Presidente da Comissão de Segurança Pública. Nossos desafios são muitos. Ouvimos nossa querida Secretária de Justiça, Ângela Pace, falar que o modelo todo precisa ser reformulado. E precisa mesmo. Ouvimos, aqui, o Dr. José Vicente colocar, com muita sabedoria, que a questão da segurança pública precisa ser discutida por quem entende de segurança pública. E as questões, aqui, algumas vezes, têm sido discutidas com a ausência dos profissionais e das pessoas que estão fazendo a segurança pública. Acredito que neste momento histórico, em que sabemos que o maior clamor da sociedade é por segurança pública, que os Deputados mais ligados à área da segurança, o Sargento Rodrigues e o Cabo Moraes, que também têm esse desejo, consigam sensibilizar a Mesa desta Casa para criar a Comissão de Defesa Social, e a partir daí, sim, estaremos fazendo um belo programa, como foi colocado aqui, o programa estadual sobre a redução da criminalidade e a discussão da violência e tantos outros que, tenho certeza, por intermédio dessa comissão, poderá ser discutido e viabilizado. Muito obrigada.

O Deputado João Leite - Coordenador deste trabalho, Deputado Luiz Tadeu Leite, debatedores deste encontro, gostaria de, rapidamente, parabenizar nosso Prof. José Vicente da Silva Filho. Já tive oportunidade de me debruçar sobre o trabalho dele, achei muito interessantes suas propostas. Concordo plenamente com o que o senhor tem colocado e penso que a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa não é a responsável pela segurança pública. A segurança pública que temos em Minas Gerais é composta de duas

polícias, dois comandos, com dois sistemas de comunicação e um não fala com o outro. Há dois bancos de dados, e uma polícia não consegue ter acesso ao banco de dados da outra.

Temos, em Minas Gerais, na nossa Polícia Civil, mais de oito mil homens. Interessei-me especialmente por sua fala, quando se refere a estruturas inúteis, reduzindo o poder de prevenção. Gostei muito desse capítulo, quando o senhor coloca esses serviços, como o DETRAN, a guarda de presos, tudo isso que retira a força de prevenção da Polícia Civil.

Temos 8 mil homens, dos quais 500 encontram-se no DETRAN, e existem 12 mil presos, dos quais a Polícia Civil tem que cuidar, nas delegacias de Minas Gerais. Quando essa legislação repetida fala em transferência de presos, refere-se à transferência de unidades também. Temos, aqui, uma verdadeira penitenciária, a Dutra Ladeira, onde existem, aproximadamente, 400 policiais civis cuidando de presos. Esse não é um problema da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. Temos, em Minas Gerais, 41 empresas de segurança privada: 11.419 homens fazendo segurança privada, o que representa mais do que o efetivo da Polícia Civil no Estado. Refiro-me a trabalho externo, não estou me referindo a trabalho burocrático nessas empresas de segurança privada. Isso é da maior gravidade.

Gostaria de perguntar-lhe se acredita que o modelo que temos, em Minas Gerais, pode dar segurança à população. Queria, também, dizer da alegria de ver aqui a Valdete, que realiza um grande trabalho no Bairro Vera Cruz. Ela se referiu à abordagem do cidadão pela polícia. Gostaria de saber, Valdete, em relação às residências, no Alto Vera Cruz, como é o contato da polícia quando chega a uma residência para efetuar uma busca ou tentar um contato com o morador. Obrigado pela liberalidade, Sr. Coordenador.

A Sra. Valdete da Silva Cordeiro - A abordagem aos moradores das casas é feita arrebentando as suas portas. Eles chegam, chutam as portas e, após entrar, dizem: "É a polícia". Não chegam portando um mandato. Nós nos assustamos com isso, pois eles não querem nem saber que casa é. Vão chegando, arrebentando, tendo ou não criança. Só depois de arrebentarem a porta é que dizem: "É a polícia".

O Sr. Presidente - Tenho uma pergunta do Dr. Reinaldo Magalhães, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais, dirigida ao Dr. José Vicente: "V. Exa. teve considerações sobre segurança da população. O nosso sistema de segurança encontra-se falido. Por que não debatemos uma nova política de segurança pública, com a participação das polícias e dos segmentos sociais?".

O Sr. José Vicente da Silva Filho - Acho que este fórum é exatamente o que o ilustre representante dos Delegados de Minas Gerais está propondo. Estão aqui e na platéia policiais, representantes da população mineira, Deputados e representantes de entidades, como é o caso da D. Valdete. Não sei por que se deva esperar que alguma outra instância da sociedade brasileira comece a fazer isso. Por que não aqui, em Minas Gerais? O estadista do século é Juscelino Kubitschek. Terão que esperar um outro? Ou esperar que o Governo Federal tire da cartola alguma solução? Isso pode começar aqui e já, talvez nesta tarde mesmo se dê início a algo que tenha desdobramentos.

A Dra. Ângela, Secretária da Justiça, aponta uma série de soluções importantes, assim como faz o nosso Desembargador. O Deputado João Leite, assim como o Presidente da OAB, diz que precisamos investir num novo modelo de polícia, que funcione de forma mais eficiente e mais barata, que não desperdice tantos recursos, como vem acontecendo. Até agora não se pensou em levar avante um grande reclame das Polícias Civil e Militar, que é a substituição da guarda de presos por um contingente especialmente formado para tanto, e não ficar se valendo dos policiais preparados para trabalhar nas ruas com a população. As soluções estão aí, e acho que Minas poderia fazer essa proposta aos demais Governadores, aos Estados e ao Congresso Nacional. É importante dizer que temos algumas frentes amplas para trabalhar, sendo que uma delas é a redução da impunidade, o que já foi aqui mencionado. Precisamos reformar a justiça, a lei, a polícia e fazer um amplo trabalho de investimento na prevenção. Aqui quero discordar do Secretário da Segurança, Dr. Mauro, dizendo que o que muito sustenta o baixo nível de violência de Minas não é tanto o bom entendimento das polícias, mas sim a comunidade mineira, patrimônio sólido que não se pode perder. E essa comunidade, que se fortalece não só nas famílias mineiras, mas também nas periferias, no interior e, depois, nas grandes cidades, é sustentada por entidades, como a da D. Valdete, como centenas que aí estão, trabalhando nessa crise social, e têm que ser preservadas. Esse é um trabalho de prevenção fundamental, que deve ser incentivado no nosso Estado.

O Cel. Mauro Lúcio Gontijo - Gostaria de fazer uma consideração sobre a manifestação da Sra. Valdete, quando comentou que os policiais militares adentram as residências com arbitrariedades, etc., dentro da consideração iniciada pelo ilustre Deputado João Leite. Temos tido uma preocupação muito grande, no nosso treinamento e na nossa formação, de levar aos nossos policiais militares essa matéria, que julgamos da maior relevância, que são os direitos humanos. Neste ano, formamos mais de seis mil militares no curso estabelecido para esse item. Queremos também falar, D. Valdete, que as arbitrariedades, os excessos, solicitamos a todos que sejam denunciados à Polícia Militar, à nossa Ouvidoria, que tem tido um trabalho de grandeza sob a presidência do Dr. José Roberto, porque temos interesse em apurar e sanear esses problemas. Para se ter uma idéia, neste ano já punimos mais de 600 militares que tiveram desvio de conduta na ação policial militar.

Queremos também falar que o infrator ou o delinqüente não têm consigo nenhuma marca registrada por meio da qual a Polícia Militar, de relance, possa identificá-los. Infelizmente, nós ainda sofremos com essas dificuldades.

Por último, gostaria de dizer que está tramitando no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição nº 613, que trata exatamente da reforma do sistema de segurança pública.

Esperamos que essa reforma, caminhando também na esfera do Estado, possa satisfazer as ansiedades da comunidade. É só isso, Sr. Presidente.

O Cel. Mauro Ribeiro Lopes - Cel. José Vicente, continuo dizendo que a integração das polícias tem dado eficiência à segurança. É claro que tenho que enaltecer a índole da comunidade mineira; porém, Minas Gerais tem a maior malha rodoviária do País e recebe uma grande população fluante, que vem de outros Estados, marginais que vêm praticar crimes em Minas. Tem que haver uma atenção especial das polícias, por exemplo, ao combate ao furto de cargas no Triângulo Mineiro. Criamos uma grande delegacia especializada no combate ao furto de cargas no Triângulo Mineiro. A estatística da eficiência das duas polícias é de entusiasmar qualquer um. Temos hoje a Delegacia Especializada em Furto de Cargas também no Sul de Minas.

Temos aqui um grande pólo produtor e exportador de café com uma Delegacia Especializada. Trabalhamos com as polícias integradas. Realmente, Minas está nesse patamar de eficiência, mas precisamos melhorar. Precisamos fazer mais investimentos. Estamos, neste momento, reunidos com o Presidente da Assembléia com a preocupação de estabelecer, no orçamento do ano que vem, mais recursos para a segurança pública. Volto a dizer que o Estado, com uma segurança pública eficiente, terá crescimento, receberá investimentos externos e poderá proporcionar melhores condições de vida para o povo.

O Sr. Presidente - Temos uma pergunta de Roberto Soares, Secretário-Geral do Sindicato dos Delegados de Polícia de Minas, para o Desembargador Murilo Pereira. Desembargador, a Lei nº 6.368, de 1976, dispõe que os bens usados na prática dos crimes nela definidos - aeronaves, embarcações, veículos, terrenos para cultivo de plantas alucinógenas, etc. - serão, após regulada a apreensão e transitado em julgado o respectivo processo, integrados ao patrimônio dos órgãos encarregados da repressão. É sabido o grande número desses bens apreendidos que estão apodrecendo nos depósitos do Governo à espera de decisões judiciais, sempre procrastinadas. Não seria o caso de se fazer um mutirão da justiça, para desimpedir esses bens e dar-lhes destinação apropriada?

O Desembargador Murilo José Pereira - Estamos de pleno acordo com esse mutirão. Se há atrasos debitados à morosidade da justiça, em primeiro lugar, esses atrasos deverão ser denunciados à nossa Corregedoria-Geral de Justiça. Temos uma Corregedoria-Geral de Justiça, como todas as polícias do mundo têm, exatamente para tomar conhecimento e providências com relação a esses atrasos danosos ao patrimônio público. De sorte que nós até fazemos um apelo aos senhores policiais: que denunciem à nossa Corregedoria de Justiça esses fatos, para que não haja prejuízos dessa ordem. Muito obrigado.

A Sra. Gilse Cosenza - Parece-me que o tema que estamos discutindo aqui, na realidade, é a continuação de um debate histórico que se tem feito em recintos como este ou nas lutas de rua em nosso País. Na realidade, estamos discutindo o caminho que o País deve seguir para conseguir uma democracia política, uma democracia econômica e social. Gostaria de dizer que há inúmeros aspectos. Não tenho dúvidas de que já tenham sido levantados pelos debatedores, mas temos que levar em conta o fato de que, se é necessário, imediatamente, um trabalho profundo de reforma da segurança pública, um trabalho de estabelecimento de uma política de segurança pública, parece-me que há um ponto que me chama a atenção.

Como bem colocou o Dr. José Roberto, o conceito, a concepção de segurança pública é justamente a garantia de uma situação que permita o exercício dos direitos individuais e coletivos, a segurança como um direito de todos e um dever do Estado. Nesse sentido, temos sido tremendamente prejudicados no Brasil, quer no que se refere à política de segurança, à legislação ou à organização da segurança, quer por uma marca tremendamente autoritária dentro da concepção do nosso País. Primeiro, pela eleição da concepção de segurança como, na realidade, a defesa de interesses de determinadas minorias em certos momentos, os quais mudam de características, e por não encarar o conjunto da população com direito a essa segurança, colocando o aparelho de segurança sempre como algo que se superpõe à população, e não como cidadãos servidores públicos da segurança. Parece que

é esse o conceito que temos que concluir, e nesse sentido há uma série de propostas: desmilitarização, unificação e várias outras.

Eu queria aqui, como membro do Movimento Tortura Nunca Mais, dizer que a impunidade é algo que gera sempre uma bola de neve. No nosso País, temos visto que a punição existe para uma maioria que comete crimes pequenos, e aqueles que cometem os grandes crimes geralmente têm a defesa assegurada pelo seu "status" social, político e econômico. A impunidade também fica garantida quando se refere àquelas figuras que estão dentro do próprio aparelho de segurança. Cito isso porque no Brasil, com relação à preservação dos direitos humanos e dos direitos do cidadão, a luta contra a tortura tem sido permanente. Eu pediria licença, apesar de o tempo ter se esgotado, para, em nome do Movimento Tortura Nunca Mais, ler aqui um protesto e uma denúncia de algo ocorrido hoje, para que se pense como é que podemos ter um sistema de segurança pública - do conjunto e para o conjunto da população - quando, na realidade, se garante a impunidade e até mesmo prêmios são concedidos àqueles que cometem crimes atrozes em nosso País. Pediria à Mesa licença para ler, rapidamente. (- Lê:)

"Foi com enorme perplexidade que, ao acompanhar o Jornal CBN, na manhã de segunda-feira, dia 6/12/99, deparamo-nos com uma reportagem da jornalista Paula Rangel sobre a entrega de certa comenda da Polícia Civil de Minas Gerais, cujo patrono é um senhor de nome Luiz Soares da Rocha. Esse senhor é denunciado no Projeto Brasil Nunca Mais, tomo II, vol. 3, p. 33, como torturador de presos políticos durante a ditadura militar. Foi Superintendente da Polícia de Minas Gerais em 1969, quando atuou na Delegacia de Furtos e Roubo, um dos mais importantes centros de tortura da época e também hoje. O seu nome aparece cinco vezes no citado projeto, dito por denunciantes: José Adão Pinto, Lúcio Dias Nogueira, Nilo César Menezes e Afonso Celso Lana Leite.

O Projeto Brasil Nunca Mais foi editado em 1985, pela Arquidiocese de São Paulo, e é considerado a documentação mais completa sobre a repressão no País durante a ditadura militar. É composto por 6.891 páginas, divididas em 12 volumes, cuja fonte básica é constituída pelos autos dos processos restaurados para apuração dos crimes de natureza política. O ponto de partida para a localização desses processos foi a jurisprudência do Superior Tribunal Militar, publicada inicialmente no "Diário Oficial" da justiça da Guanabara e, depois, no "Diário da Justiça". O processo reúne as cópias da quase totalidade dos processos políticos que tramitaram pela justiça militar brasileira entre abril de 1974 e março de 1979".

A tortura é crime de lesa-humanidade, imprescritível, inafiançável e não anistiável. Não podemos tolerar que torturadores notórios sejam louvados e contemplados dessa forma, procedimento rotineiro neste País, campeoníssimo mundial em concentração de renda e exclusão social e um dos campeões, também, em violação de direitos humanos.

Pela vida e pela paz, tortura nunca mais. Fica o nosso protesto por estar sendo, hoje, dado um prêmio, uma comenda, cujo patrono é um torturador de vários presos políticos. Não podemos respeitar um sistema de segurança que seja composto por torturadores.

O Sr. Presidente - Sra. Gilse, permitimos que ultrapassasse o tempo por uma questão de respeito à sua palavra. Vamos passar a palavra, para fazer pergunta oralmente, ao Deputado Sargento Rodrigues, que tem 3 minutos para isso. Gostaria de pedir aos participantes que se ativessem ao tema abordado. O tema, para os que ainda talvez não saibam, é: "A segurança que temos, a segurança que queremos". Alternativas, sugestões, propostas para melhorar a segurança em Minas Gerais. É um debate de altíssimo nível, por isso, pediríamos que fizessem sugestões completas e perguntas aos participantes.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Deputado Luiz Tadeu Leite, gostaríamos de dirigir a pergunta, primeiro, ao Cel. José Vicente da Silva Filho. Antes de fazer a pergunta, entendemos todas as dificuldades do nosso aparelho policial como resultado da falta de políticas públicas na área de segurança pública. Sabemos de todo o esforço dos nossos policiais que estão nas ruas, na área operacional, trabalhando dia e noite para proteger a sociedade. Entendemos, como o nosso Secretário da Segurança Pública e o Comandante-Geral da Polícia Militar, quanto à integração das duas polícias, que há demonstração de boa-vontade entre o Comando da Polícia Militar e o Secretário da Segurança Pública. Entendemos isso perfeitamente. Gostaria que o Cel. José Vicente da Silva Filho explicasse o que exatamente é, ou o que seria, para que a população entendesse melhor.

Vou dar um pequeno exemplo, Sr. Presidente: se um cidadão vir hoje, na porta da sua casa, um indivíduo suspeito, parado, aguardando ali para a prática de algum crime, e discar o 190, chamando uma viatura da Polícia Militar, pode ser dada uma busca, o indivíduo pode ser identificado, e será verificado se está com armas ou com drogas. Caso não haja nada disso, será liberado. E por que será liberado? Porque a PMMG sequer tem acesso ao arquivo criminal. Às vezes, aquele cidadão pode estar condenado a 200 anos de cadeia, mas, após a saída da viatura, poderá praticar os seus crimes. Então, reafirmo: há boa-vontade por parte do Secretário da Segurança Pública e do Cel. Mauro Lúcio.

Gostaria, Cel. José Vicente da Silva Filho, depois de ter lido o seu trabalho, que V. Exa. explicasse o que é exatamente essa integração entre as duas polícias. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradeço a participação do Deputado Sargento Rodrigues. Temos duas perguntas para a Secretária da Justiça e de Direitos Humanos, Dra. Ângela Pace. A primeira é do Sr. José Vasques de Miranda Neto, do Movimento Popular de Venda Nova: "Secretária, como está a Secretaria da Justiça hoje, quanto à segurança que queremos na justiça e nos direitos humanos no Estado de Minas Gerais?".

A outra é da Profª. Iasca Fernanda de Lima Campos, da Divisão de Assistência Judiciária da Faculdade de Direito da UFMG: "Secretária, será que o Estado age com responsabilidade ao imputar à Polícia Civil o ônus de exercer uma função para a qual não foi criada nem treinada, ou seja, o ônus de guardar presos já condenados? Esse desvio de função não pode gerar riscos, não só para os presos como também para os policiais?".

A Secretária Ângela Pace - Gostaria, inicialmente, de deixar claro que, quando falei que havia uma página negra, referia-me a uma página preta. Quero deixar claro que foi apenas um adjetivo. Tenho o maior respeito pela questão da raça. É importante que isso fique claro antes de chegar à resposta.

Partindo do ex-Secretário e atual Deputado Luiz Tadeu a pergunta formulada pelo Plenário, podemos, com tranquilidade, reforçar tudo o que falamos na apresentação inicial. O sistema, realmente, tem que ser repensado. Há disponíveis, hoje, 4 mil vagas no sistema penitenciário. Sabemos que há mais de 6 mil condenados com sentença nas cadeias.

A responsabilidade real é do poder público, mas quero dizer que o modelo que é compartilhado hoje com a sociedade civil é a única saída que enxergamos para essa proposta de construção de um Brasil mais responsável, mais solidário e mais cidadão. Na verdade, estamos vivendo, sim, em cima de um barril de pólvora. A situação é perigosa. Ninguém pode desconhecer isso. A responsabilidade é do poder público, mas tem que haver uma parceria muito presente e muito construtiva entre todos os segmentos da sociedade civil. Muito obrigado.

O Sr. José Vicente da Silva Filho - A questão que o Deputado coloca é: afinal de contas, como é essa idéia de existir uma polícia só? Realmente, é uma irrationalidade pensarmos que o único policiamento preventivo é uniformizado e que é tão diferente da polícia que faz investigação; que essas duas funções da polícia merecem duas organizações completamente diferentes, com treinamento, seleção, regulamento, centro de operações, banco de dados, valores, salários totalmente diferentes. Cada um pode atuar à parte, mas esses dois vão ter que se entender.

Duas entidades, no mesmo espaço, disputando a preferência da população, vão entrar no processo de rivalidade, mas vão ter que fazer manobras, piruetas para poder se entender. Pode ser que o Comandante-Geral e o Superintendente da Polícia Civil se entendam às mil maravilhas, mas é difícil levar isso ao longo de toda a cadeia hierárquica, no Estado inteiro, com cerca de 800 municípios. É impossível.

Estive, no final do mês passado, com o ex-Chefe da Polícia de Nova Iorque que implantou uma polícia que trouxe resultados, como sabemos. Fiquei uma semana com ele. Fomos visitar um posto policial no Jardim Ângela, que é um dos lugares mais violentos do País. Ele conversou com um jovem soldado de 23 anos de idade, 2 anos de serviço, muito consciente, muito preparado. Esse Chefe da Polícia de Nova Iorque depois me falou: "Este rapaz está pronto para trabalhar em Nova Iorque amanhã. Vocês têm ótimos policiais aqui. Só que, do jeito como vocês estão organizados, o sistema não funciona".

Como disse, o conceito de polícia, no mundo todo, é: um lugar, uma polícia. Imaginem o Bairro Cafezal, que é um lugar problemático. A população local vai reclamar de quem para quem com relação à redução da violência? A quem se deve dirigir? É complicado, e a população precisa ter uma referência clara quanto a quem é o responsável, para que possa dar uma "bronca" ou apenas uma sugestão. Isso é muito importante. Dois chefes têm dois padrões de motivação, de liderança diferentes. Isso é complicado.

Vou tentar ilustrar outra questão. Em São Paulo, por meio de uma metodologia moderna, constatamos que vamos mantendo os crimes acontecendo numa área. A polícia, hoje,

trabalha em área, porque não se reduz a criminalidade de uma cidade inteira sem dividi-la em pedaços, e cada um reduzindo o seu.

Foi constatado um conjunto de roubos em farmácias abertas 24 horas, cujos autores eram os mesmos. Dois grupinhos assaltaram uma mesma farmácia dez vezes num semestre. Como vamos reduzir esse tipo de crime? Quando são vários os autores, o trabalho é para o policiamento uniformizado; quando um grupinho está assaltando as mesmas farmácias e aproveitando para assaltar postos de gasolina de madrugada, o trabalho é de investigação. Roubo em ônibus não é para policial militar, mas para policial civil, que deve fazer prevenção. É o policial civil que vai pegar o bandidinho que, sozinho, assalta 40 ônibus por mês na mesma linha, na mesma avenida, no mesmo horário.

Então, é uma questão pura e simplesmente prática. É mais fácil, mais eficaz e mais barato.

O Sr. Presidente - Dr. Luiz Carlos, de Belo Horizonte, ao Secretário da Segurança, Deputado Mauro Lopes: "A eficiência da polícia mineira está comprovada e é um fato importante. Pergunto: com o orçamento da Secretaria para o ano 2000, que está muito aquém das nossas necessidades, essa eficiência não será comprometida? Já se comenta a necessidade de se instituir uma nova taxa para equipar e modernizar a Polícia Civil de Minas Gerais. V. Exa. confirma essa informação? É necessário esse novo imposto no nosso Estado? Existem outras soluções para aparelhar melhor a nossa polícia? Quais são os planos para melhorar os salários dos policiais civis de Minas?"

O Secretário Mauro Ribeiro Lopes - Precisamos fazer essa reorganização. Já temos a taxa de segurança pública e, com grande parte dela, estamos pagando a alimentação de presos. Então, deveria haver outro sistema penitenciário para cuidar de presos, com mais eficiência da Polícia Civil, trabalhando na sua atividade de polícia judiciária. Isso tem de acontecer. Faremos essa proposta, agora, de reorganização da Polícia Civil. Esse projeto é muito avançado. Ele será entregue ao Sr. Governador e passará pelo Conselho Superior, a fim de que dele tomem conhecimento. Gostaríamos que as associações e os sindicatos de classe tomassem conhecimento, também, desse projeto, para poder aprimorá-lo. Depois, ele será entregue ao Sr. Governador.

Temos de modernizar, porque tudo neste mundo evolui. Há a Lei Orgânica da Polícia, de 1969, que não sofreu nenhuma alteração. Teremos de aumentar o quadro da Polícia Civil e temos de melhorar os seus conhecimentos, com cursos de aperfeiçoamento. O orçamento para o ano que vem não é ruim. Ele é bom. Foram feitas emendas a esse orçamento para o próximo ano. Ele resolverá o problema. Precisamos de reequipar a polícia. Com a taxa de segurança pública, já estamos instalando, nas 104 cidades que fazem limite com os outros Estados, um sistema "on line" de comunicação, para que possamos ter um melhor sistema de comunicação para essa polícia. Estamos investindo em viaturas novas e admitiremos novos policiais em janeiro. Gostaria de adiantar que existe um curso de aperfeiçoamento, mas com planilhas que são encaminhadas para o servidor que trabalha no interior. Ele virá reciclar-se na Academia. No próximo ano, serão construídos os alojamentos, para que os policiais possam, na Academia, fazer o seu curso, a sua reciclagem com melhoria de entendimentos. Tenho certeza de que, com relação à segurança pública de Minas, neste Governo Itamar, teremos uma melhoria significativa.

O Sr. Reinaldo José de Magalhães - Gostaria apenas de dizer a V. Exa. e a este Plenário que, como representante dos Delegados de Polícia de Minas Gerais, lamento que não estava no contexto essa manifestação no momento oportuno. O Dr. Luiz Soares da Rocha foi um Delegado respeitado. Apesar de falecido, ele tem o respeito dos Delegados de Minas Gerais. Sessenta por cento dos Delegados de Minas Gerais, na época da revolução, não faziam parte da Polícia. A anistia é para todos, não apenas para a Polícia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não pretendíamos transformar em acusação e defesa assuntos específicos. Em todo caso, os dois lados tiveram a oportunidade de se pronunciar. Há uma pergunta do próprio Reinaldo, que ainda faço, porque é pertinente e está de acordo com o assunto da unificação das Polícias, que aqui foi levantado pelo Sargento Rodrigues. Ele pede a opinião do Cel. Mauro Gontijo, para que participe, também, desse assunto: "Coronel, a segurança da sociedade pode estar bem quando as Polícias se confrontam: a Polícia Militar, fazendo investigação criminal, e a Civil, um policiamento ostensivo uniformizado? Por que não se implanta um comando único, instalando-se, também, um conselho de defesa social, previsto na Carta mineira?". Há outra pergunta ao Cel. Mauro Gontijo, do José Vasques, do Miranda: "Falta segurança nos bairros da região de Venda Nova. Por que só há policiamento no centro dessa região?". Daremos uma oportunidade para que o Comandante da Polícia Militar nos esclareça a respeito desses assuntos.

O Cel. Mauro Lúcio Gontijo - Senhoras e senhores, gostaria de cumprimentá-los quando retornamos daquela missão junto com o Presidente desta Casa. Ouvia o término das considerações da ilustre Deputada Elaine Matozinhos, quando falava da criação da comissão de defesa social. Gostaria de considerar isso, porque está na linha da minha abordagem. Na Constituição do Estado, há este instrumento tão importante, que é o Conselho de Defesa Social. Ele, até hoje, não foi regulamentado, ou seja, o § 2º do art. 134 não dispôs, ainda, ou seja, não veio a ter a sua consolidação na organização e no funcionamento desse conselho. Gostaria de falar, não discordando, da consideração final do nosso ilustre Secretário da Segurança, quando diz que o Secretário da Segurança deveria ficar em uma posição superior, para coordenar essa política. A partir do momento em que esse conselho existir, funcionando plenamente, não haverá a necessidade dessa linha de raciocínio manifestada por S. Exa. O Conselho de Defesa Social é um órgão consultivo do Governador do Estado na definição política de defesa social do Estado. Defesa social é muito superior, com uma abrangência bem maior do que, especificamente, a segurança pública, porque integra a segurança pública, a defesa civil e faz funcionar essa tão sonhada ordem pública. Então, se tivermos esse conselho funcionando, a tarefa maior será do Vice-Governador, de fazer essa integração. De acordo com esse espírito, não temos dúvida de que, no caso de Minas, temos procurado trabalhar harmoniosamente em ações, em operações e em cursos que já temos realizado em parceria com a Polícia Militar e a Civil. Acreditamos que há como se fazer funcionar a segurança pública desses dois órgãos, sem considerar os demais que integram o sistema, e sem que haja a necessidade de ter um comando superior, a não ser no caso do Vice-Governador, estabelecendo as políticas. Com relação às considerações da senhora do Bairro Venda Nova, gostaríamos de dizer que a Polícia Militar está estruturada, ou está disposta, no Estado, em regiões. Então, cada batalhão e cada companhia têm a sua extensão geográfica de responsabilidade. Verificaremos, especificamente, qual seria o local para o qual a senhora estaria clamando pela presença de PMs, porque os militares estão todos trabalhando. Em Belo Horizonte, neste final de ano, há uma operação que se chama natalina, em que acrescentamos mil militares, durante o dia, nas atividades em ruas, para prestarem socorro e proteção ao cidadão e aos seus bens. É só, Sr. Presidente.

O Sr. Evaristo Garcia de Matos - Combater as causas - é o que devemos ter como princípio. Constatar efeitos não leva a lugar nenhum. A causa maior, Prof. Roberto Rezende, está na cláusula que o acordo do FMI impôs: a obrigação de o Estado aumentar a arrecadação e gastar menos com as chamadas despesas não financeiras. Com os Bancos, pode-se gastar à vontade; com as questões sociais não se gasta nada. Segurança é uma questão social. É preciso que fique claro isso também. É o que está acontecendo. Isso está empobrecendo muito o povo, para pagar uma dívida de 143 bilhões ao ano. Combater as causas é um programa ligado diretamente ao Governador Itamar Franco, através do CONFEA. Estamos oferecendo aos mineiros, pelo Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, a segurança que queremos. É defesa social, não é segurança. Transformar o combate à fome, à miséria, ao desemprego e à violência em questão política, e não deixando aumentar essa violência - e temos aqui uma fotografia de Venda Nova, onde cabem 33 pessoas, e temos 102. Lá em Sete Lagoas é pior ainda.

Hoje, vender droga é um mercado de trabalho. Devemos priorizar ações preventivas, educacionais em detrimento de propostas repressivas, e apoiar projetos comunitários, mobilizando a sociedade através de trabalhos voluntários para a consolidação do estado democrático de direito. Se não tomarmos essa medida, se cuidarmos de constituir segurança, fazer briga, fazer essas discussões que não levam a caminho algum, porque não leva e não está levando. Então, o nosso princípio é educação, em vez de cadeia. Muito obrigado.

O Deputado Cabo Moraes - Sr. Presidente, autoridades que compõem esta mesa, senhoras e senhores presentes neste Plenário, em primeiro lugar quero dizer da minha satisfação de estar fazendo parte deste debate público sobre segurança pública, por uma razão muito simples - nesta Casa, somos três Deputados oriundos da área da Segurança Pública: Elaine Matozinhos, da Polícia Civil, Sargento Rodrigues e eu, que compomos a base da Polícia Militar.

É importante deixar bem claro, que faço coro com a Deputada Elaine Matozinhos, no que diz respeito à criação da Comissão de Defesa Social, até porque ela já fez parte do Regimento desta Casa.

Hoje ela está anexada à política de segurança pública deste Estado e anexada à Comissão de Direitos Humanos. Quero cumprimentar publicamente o Deputado João Leite, que vem fazendo um trabalho maravilhoso à frente da Comissão de Direitos Humanos. Já lhe disse uma vez e gostaria de repetir, neste momento, que o policial também é um cidadão. Dados nos mostram claramente, que na PMMG, nos últimos 5 anos, 2.482 policiais militares sofreram agressão em serviço, conforme levantamento feito pela própria corporação. No mesmo período, 207 militares foram afastados do serviço em decorrência da violência sofrida em serviço. E mais, nesse mesmo período, 962 militares foram vítimas de ameaças. Sabemos, perfeitamente, que todos devem ter direito à segurança, inclusive o profissional da área de segurança pública.

Particularmente, acredito que, a partir do momento em que a Assembléia Legislativa vier a criar essa comissão, teremos tempo disponível para auxiliar o Poder Executivo na criação de uma política sólida para a área de segurança pública. Com isso, quem sabe, possamos diminuir essa onda de violência que vem assolando o povo brasileiro no final deste milênio.

Por outro lado, o Cel. Mauro Lúcio, Comandante-Geral da Polícia Militar, que aqui se encontra, fez uma colocação e gostaria apenas de esclarecer ao público presente, para que não haja dúvidas, que tramita na Câmara Federal, em Brasília, a Proposta de Emenda à Constituição nº 603, da Deputada Zulaiê Cobra, que busca uma alteração na estrutura pública

deste País. Sabemos que o relator desta proposta é um coronel da Polícia Militar. Entendemos que isso vai dificultar, e muito, um posicionamento com relação à mudança na estrutura de segurança neste Estado.

Mais uma pergunta para encerrar, ao Comandante-Geral da Polícia Militar: tenho acompanhado o trabalho de V. Exa. junto à Polícia Militar, é um trabalho de respeito, que vem buscando democratizar a relação interpessoal da instituição. Como o senhor está vendo isso? Daí vamos extrair um estatuto que venha diminuir essas diferenças internas, essas dificuldades de relação entre a cúpula e a base dessa corporação?

O Cel. Mauro Lúcio Gontijo - Muito obrigado, Sr. Deputado Cabo Morais, assim que assumimos o comando da corporação, assumimos um compromisso e temos procurado cumprir, inclusive com o apoio muito grande dos parlamentares eleitos pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros - Deputado Federal Cabo Júlio, nossos Deputados Estaduais Cabo Morais e Sargento Rodrigues -, que têm sido, de fato, uma alavanca muito forte para o Comando, e para que possamos cada vez mais democratizar nossos relacionamentos, nossos regulamentos, de modo a colocar nossa corporação muito unida. Designamos e solicitamos a participação de uma comissão integrada pelas entidades de classe: Centros Sociais de Cabos e Soldados e a nossa Associação de Praças, Clube dos Oficiais, a nossa união do pessoal da reserva e reformados, nosso Instituto de Previdência e todo o segmento, do soldado ao coronel da ativa, da reserva e reformados, para que, espontaneamente, pudessem colaborar conosco na elaboração desse anteprojeto, de um estatuto que queremos, de um regulamento disciplinar, um código de ética que, de fato, faça funcionar bem, como um mecanismo de freios, mecanismo de integração, de modo a permitir que os nossos policiais militares estejam escolhendo o que de fato seja melhor para todos nós.

Já recebemos cópia desse anteprojeto, na semana passada. Estamos na fase de análise final e, dentro em breve, entregaremos ao Governador. Acredito que estamos avançando muito, dando exemplos para várias outras entidades e organizações de como elaborar suas normas, a sua legislação.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Aproveitando a sua fala, Cel. Mauro Gontijo, há uma pergunta da Sra. Neila Maria Batista Afonso, do Conselho de Defesa Social de Belo Horizonte: "Será que o atual processo de formação policial é o mais adequado? Como a sociedade pode, por que acha que deve participar e contribuir nessa fase? E os processos de avaliação e reciclagem acontecem?".

O Cel. Mauro Lúcio Gontijo - Na nossa formação, a partir de 1997, passamos a exigir, para o ingresso nos quadros da Polícia Militar, que o candidato tenha o 2º grau. Estamos avançando muito. Houve uma época em que não se exigia isso do iniciante na carreira de policial militar. Estamos, para que saibam, em consonância com as diretrizes de base do MEC. Então, nossos currículos, hoje, são estabelecidos dentro da filosofia do Ministério mais forte, o da Educação.

A Polícia Militar de Minas pode se orgulhar de ter a sua formação e o seu treinamento bastante modernos. É claro que não exaurimos a nossa formação e treinamento, de modo a deixar alguma defasagem. Estamos sensíveis a sugestões, trabalhando, ampliando e melhorando. Podem nos trazer sugestões, que serão ótimas para melhorarmos ainda mais.

O Sr. Presidente - Pergunta de Vicente Lacerda para o Desembargador Murilo Pereira: "Desembargador, qual a posição do Tribunal de Justiça sobre a ampliação da competência do Tribunal Especial Criminal para os delitos punidos com penas de até 4 anos? A suspensão processual não seria um avanço também no que se refere a esses delitos?".

O Desembargador Murilo José Pereira - Realmente, o Tribunal Especial seria o nosso Juizado Especial Criminal. O Estado de Minas Gerais trouxe a lume, também através de legislação, os Juizados, que, aqui, se chamam tribunais. Temos os Juizados Especiais na área criminal - há um na direção da PUC - e os Juizados Especiais, inclusive de relação de consumo, um no Barreiro, outro no centro da cidade e outro no Gutierrez.

São chamados de tribunais, porque esses Juizados são compostos de magistrados. Temos, ali, uma turma chamada recursal, composta de Juízes da Capital ou de outras comarcas, que são a instância revisora, que julga, em última instância, as decisões desses tribunais. Daí porque os Juizados Especiais, inclusive os criminais, são rápidos, informais e decidem questões de menor potencialidade ou ofensividade à vida social.

Sabemos que o direito penal e as leis penais extravagantes capitulam crimes e estabelecem as respectivas penas ou sanções, de acordo com a gravidade ou potencialidade ofensiva dessas infrações. Assim, por exemplo, o crime de homicídio, o crime de peculato contra a ordem pública administrativa e financeira, os crimes relativos ao tráfico de drogas, os chamados hediondos, são crimes que contêm, em si, uma enorme e profunda potencialidade agressiva à sociedade, não apenas à vítima. Daí porque a pena a eles cominada é maior. Eles são apurados e decididos pela instância comum, os Juízes ou Tribunais de Alçada ou de Justiça.

O Juizado Criminal cuida das matérias mais simples, sem maior potencialidade. Assim, por exemplo, uma lesão corporal simples ou uma mera rixa são levadas hoje à apreciação dos Juizados Criminais, que decidem informal e rapidamente, sem maiores problemas, mas sempre tendo uma chamada de atenção àquele que praticou o ato. Essa extensão da competência pode vir a acontecer para crimes com mais de quatro anos, dependendo de uma opção do legislador. Também sobre essa suspensão processual a que ele se refere, seria bom que acontecesse.

O Sr. Presidente - Ao Sr. Carlos Victor Muzzi, da OAB, pergunta de Paulo Valério Cansado, advogado da Secretaria da Justiça: "A OAB e a sua Comissão de Direitos Humanos conhecem o trabalho desenvolvido pelos 50 advogados da Secretaria da Justiça, junto aos 4 mil presos do sistema penitenciário? Na sua opinião, pela ótica dos direitos humanos, é relevante esse trabalho?".

O Sr. Carlos Victor Muzzi - Conheço ligeiramente, não tenho um conhecimento muito profundo, mas sei da importância desse trabalho. A situação de desamparo em que o preso pobre se encontra, geralmente, é das mais graves. Esse trabalho que a Secretaria da Justiça exerce, através de seus advogados, é importantíssimo. O problema da nossa Comissão de Direitos Humanos é o seguinte: ela é uma comissão muito genérica, quer dizer, direitos humanos abrange toda a atividade humana. Então, geralmente, não nos imiscuímos em situações que estão resolvidas. A situação carcerária é muito complexa e é atendida por instituições específicas, como a Pastoral Carcerária, a própria Defensoria Pública e o próprio trabalho dos advogados da Secretaria da Justiça, que é um dos mais louváveis. Espero ter a oportunidade de conhecê-lo mais profundamente.

O Sr. Presidente - Muito bem. Dr. Mauro Lopes, Secretário da Segurança: José dos Reis Miranda pergunta por que a polícia só atende após o crime praticado e por que o preso não exerce alguma atividade, ao invés de só dar despesa ao Estado.

O Secretário Mauro Ribeiro Lopes - Realmente, precisávamos ter a polícia preventiva. Isso é normal em todos os segmentos. Vou até citar, rapidamente, o problema que vivi nas estradas. Antigamente, havia o trabalho preventivo antes das chuvas, preparando-as para as chuvas. Hoje, não: interrompe-se a estrada para, depois, ir lá consertá-la. É o mesmo caso do crime. Deveria haver um trabalho preventivo das polícias para evitá-lo. Depois que ocorre o crime é que chega a polícia para fazer a autuação. Estamos vivendo um momento difícil, em que esperamos que isso seja mudado. Deverá haver uma reestruturação, que é a proposta que estamos fazendo: que se faça a polícia judiciária específica. Hoje, ela está desviada de função, e grande parte do nosso efetivo está desviado. Então, precisamos fazer uma reestruturação na polícia, com a maior brevidade possível.

O Deputado Antônio Roberto - Sr. Presidente, demais debatedores deste ciclo de debates, quero parabenizá-los pelas colocações. Gostaria de fazer duas perguntas ao Cel. José Vicente da Silva Filho, que, realmente, é um estudioso da questão. Como o senhor idealiza a participação da sociedade na segurança pública, de uma maneira eficaz e satisfatória, se o próprio conceito de segurança pública a exclui, legalmente? Outra colocação: por outro lado, quando se fala em segurança pública - um dever do Estado e, diria, de todos -, o Estado não é a sociedade organizada? Gostaria que o senhor, que é profundo conhecedor do assunto e que se dedica a ele, tecesse alguns comentários.

O Sr. José Vicente da Silva filho - Sobre essa questão da participação da sociedade, às vezes, fazemos o discurso e, depois, não sabemos como fazê-la na prática. Um exemplo: estive uma vez na polícia na Filadélfia. Eles estavam preparando policiais para mobilizar a sociedade a fim de que participe nas questões de segurança pública. Quer dizer, estavam começando e, depois, deixariam que a sociedade trabalhasse sozinha. É muito comum nos bairros termos problemas de segurança nas escolas. Quando comandava um batalhão, uma vez, apareceu um problema desses, e foram aparecendo vários deles. Quando o policial vai se reunir com os pais, com os professores - no começo, só aparece meia dúzia, até que a coisa comece a funcionar na comunidade -, o que vai acontecendo? Vêm os moleques, à noite, invadem a escola e perturbam a aula. Quer dizer, não é nem violência, propriamente. Além disso, o caminho é muito escuro, e as crianças têm receio de ir à escola, por causa disso. Então, não estão precisando de policiamento, mas, sim, de iluminação. Então, vamos fazer uma comissão e pedir a iluminação na Prefeitura. Por que invadem a escola? Porque o muro é baixo. Então, vamos fazer uma quermesse para levantar fundos para colocar duas fiadas de blocos para não pularem o muro. Então, um conjunto de probleminhas ia sendo resolvido.

Mas, então, o pessoal entra na escola, e não é aluno. Então, precisa-se de uma carteirinha. Então, alguém as fez com xerox e plastificou-as. Mas não há porteiro para ver a carteirinha do pessoal. Combinou-se que os pais, o Seu João da Silva, o Seu José de Souza, todos, no primeiro dia útil do mês, levariam os filhos às escolas e ficariam lá, ou seja, uma panelinha de pais. A polícia daria um apoio. Com esse processo, a comunidade aprende a resolver os seus problemas e a perceber que um grande problema, na verdade, é constituído de um conjunto de pequenos problemas.

Tivemos em São Paulo, em uma região de muitos bares, um problema de turismo noturno, quando o pessoal chamou a PM para fazer um patrulhamento, por causa do barulho à noite. Isso demandou que reuníssemos a associação dos proprietários de bares, a associação dos moradores, o setor de trânsito da Prefeitura, o policiamento da PM e o setor que controla a emissão de som, para todos chegarem a um acordo sobre o conjunto de medidas para resolver o problema.

Uma questão que é importante: mencionou-se muito a questão das drogas. Há uma entidade muito respeitada nos Estados Unidos que observou o seguinte: US\$1.000.000,00 investido em cadeia para traficante reduz em 13kg a oferta de cocaína na rua por ano. Esse milhão de dólares aplicado na polícia a reduz em 30kg e, aplicado em educação e em prevenção do uso de drogas, em 100kg. Esse trabalho é feito pela própria comunidade para os seus vizinhos e para os seus membros. Não é só o Estado que faz. O Estado é feito para socorrer 'e atender a população. Ele tem que estar subordinado às necessidades e aspirações da comunidade.

O Cel. Mauro Lúcio Gontijo - Gostaria somente de, continuando o assunto abordado pelo Secretário Mauro Lopes, quando foi perguntado por que a polícia só chega depois que acontece o crime, entrar numa outra linha de raciocínio, dizendo que ninguém sabe se a polícia chegou antes que muitos outros crimes acontecessem. Quem é capaz de falar quantos crimes prevenimos? Quantos? Estamos nas ruas, nas vilas, nos lugarejos. Nenhum de nós é capaz de fazer essa afirmação. Não temos um aparelho para fazer essa dosagem, para medir, mensurar, contabilizar isso. É claro que o nosso trabalho seria nesse sentido.

Quando se fala, por exemplo, que em Nova Iorque se implantou um programa de tolerância zero, o item nº 1 foi combater o pequeno infrator, o pequeno delito. É como se tivéssemos um prédio e quebrassem a vidraça de uma das janelas. Se não fizermos a reposição imediata ou evitarmos que novas sejam quebradas, daqui a pouco todo o prédio estará depredado. Então, queremos falar que o trabalho da Polícia Militar e da Polícia Civil caminha nesse sentido. Não conseguiremos fazer isso sem que os demais organismos funcionem. Vamos fazer a prisão, mas onde vamos colocar os infratores? E os demais sistemas dessa percepção criminal? Será que estão funcionando a contento? Não estou fazendo devolução de perguntas. Deixo essa reflexão para que compreendam bem que chegamos quando há ruptura, quando há uma falha. É um sistema de conflito. São pólos de uma energia elétrica, mas estão desencapados. Não podem um olhar para o outro, porque o atrito existe. Teríamos que estar interpondo, como uma cunha, para isolar esses dois segmentos. Quando não conseguimos isolá-los, de fato, criam esse circuito.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que a ata contendo a transcrição completa desta reunião será publicada no "Diário do Legislativo", no dia 22 de dezembro.

#### Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - Nos termos do art. 21 do Regimento Interno, a Presidência prorroga esta reunião por mais uma hora, a partir das 18h15min. É o máximo que podemos prorrogar, porque haverá reunião à noite.

Temos aqui uma pergunta de Neila Batista, que poderá ser respondida pelo Dr. Márcio Decat de Moura, Procurador de Justiça. É a seguinte: "Esse assunto é mais complexo e deve merecer, por parte desta Casa, maior aprofundamento e debate. O envolvimento ou não da sociedade civil organizada deve estar presente? Ela deve envolver-se efetivamente no processo de discussão dessa questão? Há previsão para tal? Quando ocorreria?"

O Sr. Márcio Decat de Moura - A participação da sociedade é fundamental. O art. 134 da Constituição do Estado, que cria o Conselho de Defesa Estadual, diz que, além dos representantes do Comando-Geral, do Chefe da Polícia Civil, do Governador, do Presidente da Comissão de Defesa Social do Poder Legislativo, haverá três representantes da sociedade civil, dos quais um será da OAB, um, da imprensa, e um, indicado na forma da lei. Isso é a sociedade compoendo o Conselho de Defesa Social. Na hora em que isso for normatizado, sair do papel, a sociedade civil estará representada em um conselho, que gerará as diretrizes da segurança estadual. Acho muito importante a participação da sociedade. Seria nesse conselho que ela se efetivaria de uma forma mais clara e consistente.

O Sr. Presidente - Como a pergunta se refere à própria Assembléia, posso responder a Neila Batista que esta Casa faz um primeiro debate, está chamando a sociedade para dele participar. Ela quer ouvir sugestões, receber críticas, pois deseja aprofundar esse debate chamado segurança, que é fundamental para o funcionamento do cotidiano das nossas comunidades. Seguramente, teremos o desenvolvimento desse debate em outras oportunidades. Estamos fazendo o primeiro, mas pela importância do que se viu, haverá novas oportunidades para aprofundarmos e concretizarmos hipóteses aqui levantadas.

O Sr. Vanderley Fonseca - Srs. Deputados, Comandante da Polícia Militar, representantes da Polícia Civil, meus cumprimentos. Eu, Vanderley Fonseca, simples cidadão mineiro, empresário da construção, 72 anos, a pedido de amigos e da sociedade mineira de Belo Horizonte, já tendo sido assaltado por diversas vezes nas ruas da nossa Capital, resolvi entrar também na luta contra essa violência que aqui impera. Já participei de todos os simpósios e debates promovidos por esta Assembléia e pela Polícia Militar, tendo até recebido diploma de participação concedido pela Polícia Militar.

Venho acompanhando o comportamento das nossas polícias e de suas atividades no combate à criminalidade. Passei a ser analista desse sistema, dando sugestões para que uma nova segurança pública seja implantada em nosso Estado e que haja mais efetivos para as duas polícias. Minha sugestão é que haja 10 mil homens para a Polícia Civil e 10 mil para a Polícia Militar. Devem ser homens preparados para serviços ostensivos secretos e nas ruas.

Nesta oportunidade, pergunto ao Comandante: por que não há mais o Corpo de Guarda nas delegacias de polícia, policiamento de 24 horas nas escolas, policiamento nos órgãos públicos, na Imprensa Oficial, nas penitenciárias? Com o policiamento alternativo das duas polícias e seguranças secretos, os resultados serão positivos no combate de todos os tipos de crimes. Só assim a sociedade mineira terá palavras de entusiasmo para nossas polícias, porque, desse jeito, o povo não está dando crédito a elas. Muito obrigado. Estarei aqui presente sempre que houver debates sobre segurança pública. Estou à disposição do Sr. Secretário da Segurança Pública, para uma nova segurança pública a ser implantada em nosso Estado.

O Sr. Presidente - Pergunta dirigida ao Secretário da Segurança Pública, Deputado Mauro Lopes, do Sr. Júlio César Pereira de Souza, Diretor do CAC: "Qual o conceito de segurança para vocês, enquanto política pública, e qual o papel do Estado e o papel da sociedade para que isso seja cumprido?"

O Secretário Mauro Ribeiro Lopes - O conceito de segurança pública é que ela é direito do cidadão e dever do Estado e temos de cumpri-lo com eficiência.

Estamos procurando, neste governo, corrigir as irregularidades e deficiências, mas para fazer tudo isso dependemos de recursos financeiros e precisamos realmente reorganizar o sistema de segurança pública. Repito: a Polícia Judiciária faz os seus inquéritos e depois os manda para o Poder Judiciário, para fazer os julgamentos e apenar os criminosos, mas não tem seqüência o processo, porque esses criminosos ficam soltos, voltando a cometer crimes, o que gera a impunidade. Precisamos de cadeias. Até acho que devemos mudar o nome "cadeia"; falo "cadeia", mas seria "centro de recuperação". Não adianta jogar um ser humano, que teve um desvio de comportamento, na cadeia, condenando-o a ficar ali determinado tempo. Ele tem é que ser recuperado, reintegrado à sociedade. Temos de ter centros de recuperação de cidadãos; é o que estamos tentando fazer e vamos tentar fazer neste Governo Itamar Franco.

O Sr. Antônio Ribeiro da Silva - Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, demais presentes, serei muito breve e vou trazer aqui um caso concreto. É o que aconteceu com o Sr. Joaquim Carlos Vieira Rios, preso em casa, torturado e jogado da pirâmide de um rio, na cidade de Teófilo Ottoni, a cerca de 10m de altura. O caso chegou ao meu conhecimento há cerca de dois anos, quando passei a buscar formas legais de conseguir a punição dos algozes desse jovem, que hoje se encontra tetraplégico e condenado a permanecer, enquanto viver, na cadeira de rodas. Quando tomei conhecimento do caso, procurei a Promotoria de Direitos Humanos e, mais recentemente, o Dr. José Roberto Rezende, na Ouvidoria de Polícia, onde encontrei apoio irrestrito. Apresentada a representação junto à Corregedoria de Polícia, lamentavelmente, foi concluído o inquérito - que entendendo ser altamente tendencioso e fruto de um corporativismo -, isentando de culpa mais ainda o delegado relator, que chega ao ponto de, na conclusão do inquérito, afirmar que "in dubio pro reo". Minha pergunta é dirigida ao ilustre Procurador-Geral de Justiça, Dr. Márcio Decat de Moura, para que o caso fosse reaberto, se necessário, com a colaboração, mais uma vez, da Corregedoria de Polícia, para que aqueles que assim procederam com o Sr. Joaquim Carlos não se tornassem os beneficiários de mais um caso de impunidade em nosso Estado.

O Sr. Márcio Decat de Moura - Li com atenção as peças que me foram enviadas e realmente lamento o que ocorreu com esse cidadão. Os direitos humanos terão em nossa administração todo o apoio, para que o cidadão seja resguardado. Conversei com o nosso Ouvidor, Dr. José Roberto, e ele me disse que esse assunto já é do seu conhecimento, e já o levou ao operoso Promotor da Capital Dr. Antônio Aurélio, da área dos direitos humanos, de modo que, se houver novas provas, apesar de esse inquérito ter demorado oito anos, foi um processo muito longo, e nada justifica um inquérito demorar todo esse tempo, se houver fatos novos, se o caso não estiver prescrito, o Ministério Público agirá. Gostaríamos que essas novas provas fossem trazidas para o Dr. José Roberto e para o Promotor Antônio Aurélio, para que o Ministério Público tome as devidas providências.

O Sr. Presidente - A Presidência por liberalidade permitiu que esse tema fosse colocado, mas está um pouco fora do assunto da segurança. Sugerimos ao Dr. Antônio que procure a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, pois esse é um assunto típico de direitos humanos, para averiguar e tomar as providências necessárias.

Passo a palavra ao Dr. José Vicente que deseja fazer uma consideração final.

O Sr. José Vicente da Silva Filho - Gostaria de agradecer a gentileza do convite de participar da Mesa e conviver com os mineiros, porque é um privilégio, porque na cidade onde resido, São José dos Campos, vivem muitos mineiros. Dizem que lá é uma estância hidromineral, porque há muita água debaixo da terra e muito mineiro em cima. Aprendi a conviver com os mineiros. Acredito que não haja nenhuma razão para que Minas não dê mais outro exemplo nem um forte encaminhamento nas soluções para essa questão tão complexa, mas há condições plenas de sair daqui um bom conjunto de soluções, que possa ter uma continuação de trabalho.

É muito importante que toda a população participe desse processo e cobre duramente das autoridades resultados que ela merece. O que ela merece não são desculpas, não são explicações; ela merece resultados mesmo. Nós que cumprimos carreira na Polícia não temos de ficar explicando que é pobreza, que é desemprego, temos de mostrar resultados, o problema da Polícia é administrar os recursos que tiver e mostrar o que conseguiu fazer.

Eu mencionei um ponto que é importante: uma sociedade não vai muito longe se ela não aprender - e isso na área de segurança pública é vital - a ampliar a sua capacidade de solidariedade. Eu lembraria a todos que, em São Paulo e na maioria dos Estados, ocorre esse fenômeno, não sei como está em Minas Gerais, mas em São Paulo ocorrem 5 mil homicídios por ano, mas morte em assaltos são 250 aproximadamente, e no trânsito são 2.500 mortes por ano. A população que tem carros mata 10 vezes mais que os bandidos. Assim, somos também provedores da violência. Esse exame de consciência tem de ser feito, porque a violência não é só do bandido armado, ela caminha em todos sentidos.

Enquanto a gente não consertar a casa, que deve ser de cidadania e respeito ao próximo, fica difícil ficar cobrando de outras entidades que façam a sua parte. Acredito que em Minas isso vai muito bem obrigado, graças a Deus! Espero que o povo de Minas saiba preservar esse patrimônio de segurança que tem ainda hoje. Como diz o mineiro, "de nós para nós". Isso é uma lição que Minas está dando. Só não percam, por favor, o rumo de casa. Obrigado mais uma vez, Sr. Presidente, pela oportunidade de conviver com o povo mineiro. Agradeço a todos.

O Sr. Presidente - Neste debate foi imposta a participação do Dr. José Vicente, que tem longa experiência na área da segurança pública, e foram profícuas as suas informações, e não prescindimos de sua participação em debates futuros, em que V. Exa. com mais tempo, terá a oportunidade de nos instruir mais sobre o aperfeiçoamento desse tema chamado segurança. Muito obrigado pela sua participação.

O Sr. Cícero Milton Martins de Oliveira Filho - Sr. Presidente demais componentes da Mesa, o questionamento que gostaria de fazer já foi feito, e aproveito a oportunidade para parabenizar a Assembléia por esta iniciativa. Muito obrigado.

O Sr. José Maria de Almeida - Primeiramente gostaria de parabenizar a Assembléia, na pessoa do Presidente Anderson Adatauto, por esta iniciativa, e minha pergunta é dirigida à Dra. Ângelo Pace, ao Deputado Mauro Lopes, Secretário da Justiça, e ao Comandante-Geral da Polícia Militar. Estivemos em Caxambu no dia 23 de outubro. No palanque estava o Governador em exercício, Dr. Newton Cardoso, mas não foi possível fazer o encaminhamento. A violência, sem emprego, sem salário e sem alimentação, não será reduzida facilmente no País, e acho que a tendência é o agravamento. Temos uma saída para isso e temos de apelar para os direitos humanos.

Está aqui o Deputado João Leite. Direitos humanos é o direito à vida à alimentação, à segurança, ao trabalho, ao pão do dia-a-dia. Seria investir nas agrovilas de nossos distritos, não temos estradas, não temos segurança lá. Consegui com o então Secretário da Justiça, Dr. Tarcísio Henriques, a construção de um local para um subdestacamento para a polícia, mas não temos recursos. Essa seria uma maneira de aliviar a pressão nos grandes centros e continuar eletrificando com a Luz de Minas ou Minas-Luz, como se quiser chamar, dando eletrificação rural e boas estradas. Com isso, nós desafogaremos a pressão na periferia das grandes cidades e daremos às pessoas condições dignas, pois, se lá não é mar de rosas, essa população, com certeza, terá alimentação e abrigo, já que a mão-de-obra lá é grandemente desqualificada.

Então, a proposta é: investir em agrovilas, melhorar o acesso aos nossos distritos e continuar eletrificando a zona rural, como uma maneira de desobstruir a periferia das grandes cidades.

O pedido que faço ao Secretário da Segurança e ao Comandante-Geral de Polícia é que os senhores me orientem, para que possamos construir essas três casas. Só temos a mão-de-obra para oferecer e precisamos do material de construção, para resolver esse grave problema.

Estamos aqui com vários Presidentes de associações de moradores, e o que se quis dizer com "a Polícia chega depois" é que, na zona rural, só depois que se mata, que se rouba o gado ou que há brigas é que a Polícia chega. Hoje, na zona rural, onde nasci e onde vivo - apesar de ser Presidente da Câmara Municipal de Santos Dumont, moro na zona rural -, não temos mais a paz que queremos nem a segurança que almejamos. Então, é necessário que se invista ali; para isso, preciso do Governo do Estado, e é por isso que estou aqui. Muito obrigado.

O Cel. Mauro Ribeiro Lopes - Gostaria de parabenizá-lo por essa sugestão. Já tive uma experiência como essa, quando no DNER. Quando inauguramos a Belém-Brasília, foram criadas as agrovilas e a agrópole, o que foi feito pelo INCRA. Nada adianta esse modelo de reforma agrária pelo qual se dá a terra ao homem, levando-o para a miséria, porque lá não há nada. É preciso que se dê também a infra-estrutura, para que ele possa se acomodar na terra. Isso já foi feito na Belém-Brasília, e, hoje, aquelas agrovilas já se transformaram em pequenas cidades, e a agrópole, que era o "Brasil Novo", já é uma grande cidade.

Quer dizer, o Governo tem um projeto maravilhoso, que o senhor poderá pegar no INCRA, e esse projeto já foi implantado na Belém-Brasília, com muito sucesso. Com isso, você vai tirar essas pessoas miseráveis, que saem do interior, vêm morar debaixo de viadutos e passam fome nos grandes centros. Isso é muito importante, e o senhor está de parabéns.

O Sr. Presidente - A Sra. Terezinha dos Santos, representando os idosos do Sanatório Santa Isabel, dirige a seguinte pergunta ao Cel. Mauro Lúcio Gontijo: "Por que os moradores do Sanatório Santa Isabel não têm direito à proteção da Polícia Militar? Os leprosos, pacientes idosos, estão sendo espancados, e não temos a quem recorrer por socorro".

O Cel. Mauro Lúcio Gontijo - Pelo amor de Deus, não diga uma coisa dessas. É claro que merecem toda a segurança e todo o apreço, e vamos verificar a situação, pois somente agora estamos tomando conhecimento dessa consideração que a senhora está fazendo. Já fiz o registro de suas considerações, para que possamos solicitar informações do Comandante daquela região.

Com relação à construção das casas, gostaria de dizer que, infelizmente, não temos recursos na Polícia Militar destinados a essa edificação, mas, assim que as casas estiverem construídas, cumpriremos nosso papel de ali colocar o policial militar para fazer o trabalho. E gostaria de fazer outra consideração: para que instalemos um policiamento em um distrito ou lugarejo, precisamos fazer um estudo da situação, que é o levantamento de dados, pelos quais vamos verificar quantas ocorrências temos naquele lugar, qual a modalidade de delito mais usual e coisas dessa natureza. Não podemos simplesmente colocar o policial militar, de repente, em um lugarejo onde não haja necessidade efetiva de sua presença. Portanto, assim que terminar a construção, aguardamos que, por fineza, V. Exa. entre em contato conosco.

A Sra. Maria José Pereira - Em primeiro lugar, fico muito satisfeita em estar novamente na Assembléia Legislativa. Nesta oportunidade, falamos aqui de duas coisas: segurança pública e prevenção. A prevenção é algo muito importante para que a Polícia tenha um bom trabalho. Mas como vamos fazer essa prevenção? Estamos hoje na presença do Deputado, graças a Deus, e creio que poderemos usar a minha idéia para melhorar a situação de Minas Gerais, pelo menos. Então, para a prevenção, é preciso legalizar a

documentação do povo que é roubado nas ruas e fica sem documento - até sem a carteira de identidade, cuja segunda via é caríssima. Há outra situação ainda mais séria: a das pessoas desempregadas e a dificuldade para arrumar emprego. Nós, parentes de cegos ou Diretores de entidades de cegos, organizamos uma turma para arrumar emprego, mas sempre ouvimos em resposta que é preciso ter experiência de um ou dois anos. E o cego tem que trabalhar para sustentar a família. Outra coisa que acontece em minha região é a falta de condições de trabalho para os policiais. Um policial chegou a suicidar-se, porque não tinha como trabalhar na delegacia: não tinha telefone, não tinha nada. Ora, o policial tem de trabalhar com segurança, pois é um ser humano como nós. O policial não tem de sofrer, como dizem; nem o policial nem o cidadão brasileiro.

Então, vamos lutar: vamos organizar a documentação do povo e tirar essa exigência de experiência, que está fazendo de todo o mundo ladrão. Não adianta arrumar mais cadeias, porque teremos mais gente para roubar, pois a população está aumentando por segundo, não mais por ano. Então, vamos acabar com tudo isso. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Parabéns pela participação. O Dr. Reinaldo Magalhães, Presidente do Sindicato de Delegados de Polícia, fez uma quantidade de perguntas bem compatível com seu grande interesse pelo assunto; portanto, muitas. Como não temos tempo para colocar todas elas, com sua vênua, vou fazer a leitura de uma, representando as demais, dirigida ao Dr. Márcio Decat, Procurador-Geral de Justiça: "Há 40 anos elaborou-se a Constituição mineira que criou, em seus arts. 133 e 134, o Conselho de Defesa Social, composto com a participação, entre outras pessoas, do Comandante da PMMG, do Chefe da Polícia Civil e de representante do Ministério Público. Por que não se trata da questão de segurança pública de forma profissional, e não amadora, como tem sido feito atualmente?".

O Sr. Márcio Decat de Moura - É evidente. E, o que estou vendo aqui é justamente isso: os órgãos representativos da Secretaria de Segurança e da Polícia Civil estão tratando desse assunto de uma forma profissional. Acho que esse Conselho de Defesa Social já deveria ter saído e que nós já o deveríamos ter implantado, para que o povo tivesse mais segurança. Devemos ouvir realmente as pessoas que entendem de segurança pública, que são aquelas que compõem a Secretaria da Segurança Pública e a PMMG.

O Sr. Presidente - Muito bem. Pedimos a opinião do Dr. José Roberto, da Ouvidoria de Polícia, para o comentário colocado pelo Marco Aurélio, daqui, da Assembléia: "Informo a esta Mesa que se os Governantes se preocupassem em investir em educação, saúde física e psíquica e alimentação não haveria margem para que os infratores formassem um Estado isolado na periferia e nos grandes centros urbanos". É isso mesmo, Dr. José Roberto?

O Sr. José Roberto Gonçalves de Rezende - Eu concordo plenamente. Até porque essa questão está muito bem colocada para o tema. Foi muito bem falado: não adianta construir cadeia. Podem construir cadeias à vontade. A Polícia sozinha não dá conta de combater a criminalidade. Precisamos de uma política social adequada ao crescimento populacional brasileiro, da internacionalização dessa economia em que vivemos e do preparo da polícia, não resta a menor dúvida. A criminalidade organizada usa técnica internacional e a polícia brasileira não pode ser uma polícia tupiniquim. Ela também tem que buscar fontes de aprendizado lá fora. Tenho batalhado em meu relatório pela reciclagem constante das Polícias, pelo seu preparo técnico, por salários e pela integração da sociedade com a atividade de segurança pública. Sem isso, não iremos a lugar algum. Muito obrigada.

O Sr. Carlos Victor Muzzi - A importância do debate é o próprio debate. Espero que essa preocupação com a segurança pública não fique apenas neste episódio, mas que frutifique, com o envolvimento maior da sociedade civil organizada e dos órgãos estatais. Quero ainda dizer que segurança pública é apenas um aspecto de um todo maior que se chama poder de polícia, ou seja, é o poder que o Estado democrático de direito tem de intervir na vida das pessoas, regulando suas atividades. A própria polícia ostensiva representa apenas um aspecto desse poder de polícia do Estado. Só o Estado pode fazer isso. Somente ele pode restringir a liberdade das pessoas, impor normas de observância obrigatória e punir os que infringem essas regras.

Portanto, quando se trata de discutir a segurança pública, o papel do jurista é preponderante. Essa é uma questão puramente jurídica. Gostaria apenas de externar a minha satisfação com a realização deste debate e de sugerir que, de alguma forma, isso continue de uma maneira mais profunda. Não pretendemos discutir aqui a ordem pública como um todo - podemos até fazê-lo -, mas, no momento, estou muito preocupado, explícita e especificamente, com a segurança pública, porque sem ela não há direito à vida, não há direito à liberdade, nem há direito à integridade física das pessoas. Obrigado.

O Sr. Presidente - Em nome desta Casa, agradecemos penhoradamente ao Sr. Carlos Victor Muzzi, que aqui representa a gloriosa Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, pela sua participação. Com a palavra, o Cel. Mauro Lúcio Gontijo, Comandante-Geral da Polícia Militar, para suas observações finais.

O Cel. Mauro Lúcio Gontijo - Para encerrar, gostaria de lembrar que, infelizmente, a Polícia Militar perdeu, na semana passada, um Cabo que foi baleado em serviço, ao ser chamado para intervir em uma ocorrência em localidade próxima a uma casa lotérica, onde dois cidadãos ocupavam uma moto sem placa, em atitude suspeita. Antes que a abordagem fosse feita, o policial foi alvejado com dois disparos, e nós o perdemos.

Então, quero mostrar que nós também somos sensíveis à violência existente no País. Pediria também à comunidade e a todos que aplaudissem as atitudes corretas e as boas intervenções da Polícia Militar, uma vez que temos recebido poucos cumprimentos, apesar de saber que a nossa obrigação é trabalhar corretamente. Mas é como se fosse aquela couve plantada próximo ao tanque: qualquer gota de água que recebe faz com que se torne mais bonita e viçosa. Nós também queremos isso.

Por fim, quero cumprimentar a Assembléia, na pessoa do nosso Presidente, Deputado Luiz Tadeu Leite, pela brilhante iniciativa, assim como a todos os integrantes da Mesa, pelas considerações que fizeram. Agradeço, ainda, a essa ilustre platéia pela paciência que teve em nos ouvir. É só, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Nós também agradecemos ao Cel. Mauro Lúcio Gontijo por sua participação neste debate, assim como pela efetiva e brilhante participação da Polícia Militar no dia-a-dia da segurança de nosso Estado. Com a palavra, o Sr. Mauro Lopes, Secretário da Segurança Pública.

O Secretário Mauro Ribeiro Lopes - Senhoras e senhores, eu quero dizer que estamos colaborando na discussão do tema "A Segurança que Temos e a Segurança que Queremos". Sou Deputado Federal e a minha vinda para a Secretaria se deu com a melhor das intenções. Quero também dizer que, para que tenhamos a segurança que queremos, precisamos modernizar nosso sistema. No que se refere à Polícia Civil, quero dizer que ela é incumbida do trabalho de investigação sobre infrações penais. Nesse quadro conceitual, ela tem uma tradição de múltiplos esforços, uma lista profícua de serviços prestados à sociedade, tanto é que ela se governa pela lei orgânica, em caráter complementar à Constituição Estadual, além de se valer de outras normas, sobretudo resoluções da Secretaria.

Entretanto, é necessário perceber que essa lei, sendo de 1969, está defasada no tempo e no espaço. A Polícia Civil precisa de um novo perfil que a requalifique como responsável pelo ramo de contenção da delinquência, que é o serviço de investigação. Para isso, quero contar com a Polícia Civil, com as instituições e associações de classe, em todos os níveis, e com o sindicato dos policiais, na pessoa do Sr. Reinaldo. Que venham todos nos visitar para trocarmos idéias sobre o que fazer por essa Polícia que é tão importante para a sociedade mineira.

A vontade do Governador é exatamente fazer o melhor. Estou como Secretário, não sou da carreira, mas quero fazer o possível por essa entidade tão laboriosa e pelos profissionais da Polícia Civil, que, por vezes, entregam a própria vida para a manutenção da ordem pública.

Sr. Luiz Tadeu, pedimos que leve ao Presidente da Casa nossos cumprimentos pela iniciativa desse debate. Agradeço o trabalho dos Deputados que aqui estão e reconhecem ser o tema relevante para a sociedade que representam. Precisamos trocar idéias e conversar mais, para atingir nosso objetivo: o melhor em segurança pública para o Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Aproveitamos o ensejo para agradecer ao Sr. Mauro Ribeiro Lopes sua paciente presença durante o debate e à Polícia Civil por tudo que tem feito para garantir a segurança em nosso Estado.

O Sr. Márcio Decat de Moura - O tormentoso tema segurança pública foi exaustivamente debatido. Tenho certeza de que muitas idéias irão iluminar o caminho que nos aproximará do ideal.

Segurança pública não é uma questão fácil. Sabemos que a Polícia Civil e a Polícia Militar são valorosas e fazem bom trabalho, e temos que aperfeiçoar essas instituições.

Assistimos ao esforço hercúleo dos Comandantes da Polícia Militar e do Secretário da Segurança Pública para dotar Minas Gerais de uma política mais eficiente. Isso há de passar pela modernização e pela reeducação constante dos policiais no atendimento da população e pela reeducação constante da população em relação à ação da polícia.

Não é fácil exercer a segurança, e temos, em nossa sociedade, alguns dogmas que precisam ser combatidos. Um deles é que o povo mineiro tem o sentimento de que o outro está errado até prova em contrário. Em qualquer país do mundo, o cidadão está certo até prova em contrário. A ordem de valor está inversa no Brasil.

Temos que trabalhar esses conceitos, para que a população venha a ter um sentimento de respeito e de admiração para com a polícia e para que a polícia tenha também mais respeito pela sociedade.

Pelos componentes das polícias, pela seriedade do atual Comandante e do atual Secretário, tenho certeza de que esse equilíbrio se fará, de modo a propiciar à sociedade mineira um sistema de segurança cada vez mais confiável.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Márcio Decat pela participação neste debate e cumprimentamos a participação do Ministério Público, dos Promotores de Justiça e dos Procuradores do Estado na busca de uma segurança pública mais efetiva em Minas Gerais.

O Desembargador Murilo José Pereira - Senhores e senhoras, um grande estadista que o Brasil teve e está na memória de todos, Getúlio Vargas, dizia que era preciso modificar, já na Revolução de 30, o modo como o homem público tratava as coisas do Estado.

Ele dizia que, àquela época, muitos homens públicos tratavam os interesses do Brasil com critérios pessoais, meramente seus, da cozinha de casa, quando, ao contrário, deveriam tratar os problemas de interesses sociais e públicos baseados em critérios públicos.

A Assembléia Legislativa é a casa do povo, a representante legítima do cidadão, pois traduz o conceito de liberdade. Assim foi ela definida por Eptácio Pessoa em suas campanhas cívicas pelo País. Esta Casa, que representa a população, demonstra, com a realização deste debate do qual nos orgulhamos de ter participado, que o povo mineiro está tratando o interesse público como deve ser, e não meramente baseado em critérios pessoais.

O Tribunal de Minas sente-se honrado e envaidecido por ter sido convidado a participar deste debate e afirma que estamos sempre na vanguarda da luta pela liberdade do povo brasileiro.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação do Desembargador Murilo Pereira, que aqui representou o Tribunal de Justiça, assim como a do Poder Judiciário, na busca da efetiva segurança para o povo mineiro.

A Sra. Valdete da Silva Cordeiro - Gostaria de agradecer por ter sido convidada a participar desta reunião. Espero que não acabe aqui essa discussão, que continue não só na Assembléia Legislativa, mas também nos bairros e periferias. Essa discussão é importante para encontrarmos solução para o problema da segurança pública. Parabéns ao Presidente Anderson Aauto e a todos os presentes.

Esperamos que as críticas feitas sirvam de objeto para o aprofundamento dessa discussão. A crítica construtiva faz crescer qualquer projeto em nossas vidas. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Queremos parabenizar a Sra. Valdete Cordeiro por sua participação tão autêntica e essencial. Uma senhora que vem debater os altos interesses de Minas Gerais, na alta tribuna desta Casa, bem representa o espírito popular e aberto deste Legislativo em relação ao povo e aos seus interesses. Muito obrigado.

O Sr. José Roberto Gonçalves de Rezende - Gostaria de cumprimentar a Assembléia Legislativa pela realização deste evento e a V. Exa. pela condução dos trabalhos. Devo dizer que participei do grupo que organizou este debate.

Na verdade, a nossa proposta inicial era fazer um seminário de dois dias, para que os temas pudessem ser mais esmiuçados. Infelizmente, essa proposta não deu certo, mas este encontro foi realizado. Será difícil reunirmos, nesta Assembléia Legislativa, pessoas tão qualificadas para a discussão desse tema.

A minha proposta é a de que façamos aqui, no ano 2000, um seminário, nos moldes do seminário dos direitos humanos, realizado por esta Casa, no ano passado, que contou com a participação ampla da sociedade. Para se discutir a reforma social e o conceito de segurança, é necessário sair dos gabinetes acarpetados. A polícia tem de discutir a sua lei orgânica, não só pela direção; os praças devem participar da discussão das reformas impostas pela Polícia Militar.

Quem sabe, com a discussão da unificação das polícias e dos comandos, no próximo milênio, consigamos efetivar algumas conquistas. Isso não deve ser feito ao sabor da nossa vontade e das nossas emoções. Deve ser fruto de reflexão da sociedade civil organizada, das próprias polícias e de vários organismos de toda a sociedade. Segurança pública não é propriedade das polícias, segurança pública é uma necessidade da sociedade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Para finalizar, queremos apresentar o nosso agradecimento aos que aqui compareceram, às entidades representadas, às autoridades e àqueles que nos acompanharam em casa, através da excelente programação da TV Assembléia.

O assunto segurança foi debatido, e aprendemos muito. Parece ser consenso, porque não foi discutido de forma contrária, que a segurança em Minas é boa, mas pode melhorar. Mais do que pode, deve melhorar com o esforço não só das corporações civil e militar, mas também de toda a sociedade, de todas as lideranças e desta Casa.

É unânime o anseio de que a segurança pública melhore cada vez mais. Que entremos no novo milênio com a certeza de que vamos melhorar cada vez mais os padrões de segurança em nosso Estado.

Lembro-me de um conceito que tem sido esposado pelo Ministro da Justiça - peço vênia ao Desembargador Murilo Pereira, para deslindar - que é o direito penal mínimo. É preciso que se imagine que a cadeia, a prisão é uma coisa pavorosa para o cidadão comum. Só aqueles que são ameaça à sociedade, só aqueles que constituem potencial ameaça ao povo e à sociedade é que devem ficar presos.

Há, de fato, crimes graves que têm conotação no próprio Código Penal. Mas seria interessante que houvesse a aplicação de pena privativa de liberdade e de penas alternativas a ela.

Muitos Juizes do interior ainda colocam na cadeia cidadãos por certos tipos de crimes, até mesmo pela prática de ação na área civil, como, por exemplo, o depositário infiel, ou, especialmente, o inadimplente de pensão alimentícia, junto com traficantes e bandidos.

Poderia haver o entendimento da aplicação do direito penal mínimo para colocar atrás das grades aqueles que realmente são ameaça à sociedade. Evidentemente, não se pode depositar a responsabilidade apenas no Judiciário, porque isso seria passível de mudança de lei. Para cumprir a lei ao pé da letra, o Juiz tem de praticar sentenças fora do próprio entendimento, muitas vezes, porque terá de cumprir a lei.

Havendo vontade política do Governo Federal, com a mudança da legislação federal, poderá haver um direito penal mínimo, em que penas alternativas sejam colocadas em prática, além da privação da liberdade.

Aprendemos que há algumas leis que precisam ser aplicadas, como a lei da transferência de presos aplicados, como, por exemplo, a lei da transferência de presos da Secretaria da Segurança Pública para a Secretaria da Justiça. Eu, que já defendia isso quando era Secretário, fico à vontade para fazer isso, porque já não estou na Secretaria, mas continuo pensando da mesma forma. Essa transferência tem que ser feita de uma forma gradual, mesmo que demore alguns anos. É preciso que a Secretaria da Segurança Pública passe a cuidar da investigação criminal, em vez de criar funções ligadas à carceragem e outras que eu diria até que são menores do que a nobre função do policial civil.

Também existem leis que precisam ser modificadas. Isso não foi falado aqui, mas precisamos urgentemente de modificar alguns artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, não pensando na redução da maioridade penal, porque não podemos concordar que, no afã de resolver o problema da violência nas grandes cidades, venhamos a pensar como alguns Deputados Federais, que, infelizmente, já estão propondo a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Isso seria um equívoco porque não vamos resolver o problema assim. O que podemos fazer é alterar algumas normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, como, por exemplo, aquela que prevê uma pena máxima de três anos para qualquer espécie de crime que o menor cometa. Ora, existe um tipo de delito, de ato infracional gravíssimo, que parece ser muito leve que seja apenado com apenas três anos. Também não se pode deixar que o Juiz, ao seu livre alvedrio, defina o que é um ato infracional grave. Não existe explicação no Estatuto para o que seja um ato infracional grave. Um Juiz pode achar que isso seja roubar roupas no varal; outro já acha que um ato infracional grave deveria ser uma coisa muito mais grave. E os dois acabam se encontrando na mesma falta de condições para colocar em liberdade aquele menor. Por isso, acontecem os problemas de superpopulação, como o que aconteceu recentemente, em Sete Lagoas.

Recebemos a orientação da OAB, por meio de seu representante, Sr. Carlos Victor Muzzi, que disse que esse problema é de responsabilidade do Estado, e não de toda a sociedade. O Estado tem que assumir a sua responsabilidade e a sua parcela. É claro que a sociedade precisa ter consciência de que o problema da segurança não será resolvido somente nos gabinetes. A sociedade, como aqui se viu, precisa participar um pouco mais e oferecer sugestões. Mais do que sugestões, precisa oferecer ajuda. Mais do que ajuda, precisa participar efetivamente, para que sejam reduzidos os índices de violência. A violência, hoje, começa na família, porque, muitas vezes, a droga e o vício começam nos lares. Nenhum pai de família julga-se responsável quando um filho envereda pelo caminho da droga pesada. Mas quantas vezes aquele pai ou aquela mãe não achou bonito quando colocou no dedo de uma criança um cigarro. E aquela criança de 5 anos fumou, e o pai bateu palmas. E quantas vezes o pai acha que não tem nenhuma responsabilidade pelo caminho das drogas que o filho está trilhando, no entanto esse filho foi incentivado quando bebeu o primeiro gole de cerveja ou de uísque, pelo pai ou pela família, que acharam bonito e pensaram que o menino estava demonstrando que era macho, quando, tão criança, já estava bebendo cerveja.

Então, toda a sociedade é responsável, porque, lá atrás, quando a droga ainda é inocente, o pai ou a mãe não apareceram para impedir que o filho caminhasse nesse rumo. Aprendemos aqui, Sr. Carlos, que os órgãos de segurança têm que agir no dia-a-dia. O crime não espera. Estamos debatendo a violência agora, e não é impossível que, neste momento, esteja acontecendo algum crime nas vielas das favelas da periferia. Portanto, a atenção tem que ser permanente.

Verificamos que surgiu uma sugestão por parte de Deputados desta Casa, neste debate: que seja criada uma Comissão Permanente de Defesa Social. Os assuntos da segurança não são para amadores. São assuntos profissionais, assim como a medicina é feita por médicos, a engenharia, por engenheiros e o direito, por advogados, juizes e promotores. "Mutatis mutandis", também a segurança se faz por quem entende do assunto. E temos também o local adequado para discutir e debater os assuntos ligados à segurança nesta Casa. Parece-me que uma comissão permanente de defesa social abarcaria todas as atividades relacionadas com a segurança, para debater num foro mais apropriado, de Deputados mais afinados com as questões e lides da segurança. Vamos caminhar nessa direção, colegas Deputados, para propor a criação da Comissão de Defesa Social.

Encerro minhas palavras fazendo duas homenagens: primeiro, a essa senhora, D. Valdete, que eu nunca tinha visto antes; raras vezes ouvi, da boca de pessoas que parecem ser simples, palavras tão profundas. Não é aquela crítica azeda, radical, para colocar sem graça as autoridades presentes. Foi quase um conselho de avó. Não sei se ela já o é, mas foi o conselho de uma pessoa que tem uma longa experiência; de cor, mulher e rica, rica de sabedoria e de princípios, porque sofre na carne os problemas da falta de segurança. O povo veio aqui falar representado por essa senhora que, espero, continue lutando. Em vez de estar em casa com seu tricô, cuidando de seus netos, está aqui demonstrando a participação da comunidade. Isso é muito importante e faço aqui uma homenagem à senhora, D. Valdete. Espero que a senhora continue representando o povo, que seja a voz do povo em debates como este.

Para finalizar, quero fazer outra homenagem quando falamos em segurança pública. Não vamos homenagear os Comandantes, porque eles já recebem homenagens todo dia. Não vamos homenagear os graduados, que já foram lembrados. Vamos homenagear os soldados da Polícia Militar, os homens da Polícia Civil e os soldados do Corpo de Bombeiros, mas o soldado raso, aquele que sai de casa pela manhã e vai combater o crime, enfrentando as intempéries, que ninguém sabe se volta ou se volta com vida. Esse policial civil, esse policial militar, esse policial bombeiro, todos são essenciais para a execução, perpetração e garantia dos padrões de segurança de Minas Gerais. Estou convencido disso e acho que esse é um consenso desta reunião: os policiais de Minas Gerais não recebem remuneração compatível com o risco que correm no exercício da atividade de segurança.

É verdade que existem graves problemas financeiros no Estado. Todos temos que nos render a essas corporações e prestar-lhes homenagens. No dia-a-dia, na rotina, longe da imprensa, a segurança pública de Minas é feita pela força, pela fibra, pelo caráter do policial civil, do militar e do bombeiro. Muitas vezes, como aqui lembrou o Comandante, o policial sai de casa pela manhã, beija sua mulher e filhos e não sabe se volta num caixão de defunto para ser velado. E muitas vezes, não recebe nem uma visita de nenhuma consideração das autoridades, nenhum abraço amigo.

A nossa homenagem final neste encontro sobre segurança é para aqueles que, efetivamente, fazem a segurança em Minas Gerais no anonimato, nas esquinas, no interior do Estado, exercendo, com firmeza, o papel de matenedor da segurança. Evidentemente, pode haver excessos, mas, de um modo geral, há uma grande compreensão do soldado cidadão, daquele soldado que está pronto para servir e até morrer pelo seu povo. Esse é o soldado que merece a nossa homenagem porque, muitas vezes, ele paga com a vida a garantia da boa segurança que temos em Minas Gerais. Muito obrigado. (- Palmas.)

A Presidência agradece aos ilustres debatedores, às demais autoridades e participantes, bem como ao público em geral por terem acompanhado pela TV Assembléia este debate.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de logo mais, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 60ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 10/12/99

Presidência do Deputado Anderson Adatao

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Apresentação da Frente Parlamentar Jorge Hannas contra a Privatização de Fumas - Palavras do Deputado Alberto Pinto Coelho - Palavras do Deputado Federal Sérgio Miranda - Palavras do Sr. Carlos Calazans - Palavras do Sr. Aureliano Chaves - Palavras do Sr. Ataíde Vilela - Palavras do Sr. Leonel Brizola - Palavras do Deputado Federal José Genoíno - Palavras do Sr. Fernando Máximo - Palavras do Sr. José Dalton Barbosa - Palavras do Senador José Alencar - Palavras do Deputado Federal Vivaldo Barbosa - Palavras da Deputada Federal Luiza Erundina - Leitura de carta - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Adatao - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Adelino de Carvalho - Adeldo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rômulo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Às 15h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## Ata

- O Deputado Adelmo Carneiro Leão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Sávio Souza Cruz, Secretário de Administração, representando o Governador do Estado, Itamar Franco; Leonel Brizola, Presidente Nacional do PDT; Aureliano Chaves, ex-Governador do Estado de Minas Gerais; Senador José Alencar, Presidente do PMDB de Minas Gerais; Célio de Castro, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Frente Parlamentar Jorge Hannas contra a Privatização de Furnas; Deputado Federal José Genoíno, Líder do PT na Câmara dos Deputados; Deputada Federal Luiza Erundina, Líder do PSB na Câmara dos Deputados; Deputada Federal Maria do Carmo Lara, Presidente do PT de Minas Gerais; Deputado Federal Olímpio Pires, Presidente do PDT de Minas Gerais; Deputado Federal Sérgio Miranda; Deputado Federal Virgílio Guimarães; Carlos Calazans, representante do Fórum Nacional de Lutas; e Vivaldo Barbosa, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Brasil do Congresso Nacional.

## Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário das Sras. Cleonice Silva Hannas e Geórgia Silva Hannas, respectivamente, viúva e filha do ex-Deputado Jorge Hannas. Registra, também, a presença de representantes dos seguintes municípios: Muzambinho, Florestal, Conceição da Aparecida, Monte Belo, Nova Resende, Doresópolis, Poços de Caldas, Illicínea, Campo do Meio, Alfênas, Campos Gerais, Fronteira, Planura, Betim, Nova Lima, Pirapora, Montes Claros, Santa Luzia, Lagoa Santa, São João del-Rei, Diogo de Vasconcelos, Machado, Varginha, Guapé, Boa Esperança, Juatuba, Alfênas, Pouso Alegre, Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Contagem, Alpinópolis, Três Pontas, Paraguaçu, Poço Fundo, Carmo do Rio Claro, Cabo Verde, Machado, Esmeraldas, Água Boa, Juiz de Fora, Vespasiano, Várzea da Palma e Divinópolis.

## Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização de ato público em defesa dos recursos hídricos brasileiros e solenidade de lançamento da Frente Parlamentar Jorge Hannas contra a Privatização de Furnas.

## Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

## Apresentação da Frente Parlamentar Jorge Hannas contra a Privatização de Furnas

O locutor - A Frente Parlamentar Jorge Hannas é composta por 71 Deputados Estaduais mineiros, representantes de todos os matizes políticos presentes nesta Casa e de todas as regiões do Estado. De caráter suprapartidário, foi formada com o objetivo de defender o controle governamental sobre a Usina Hidrelétrica de Furnas, na qual é gerada grande parte da energia consumida no País. Na defesa desse patrimônio, não apenas de Minas, mas de todo o Brasil, e na luta pela preservação dos interesses nacionais, essa Frente Parlamentar inspirou-se nos princípios que orientavam a atuação do Deputado Jorge Hannas, constituindo-se, assim, em uma homenagem desta Casa à memória do saudoso parlamentar.

## Palavras do Deputado Alberto Pinto Coelho

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Sr. Presidente, autoridades presentes que compõem a Mesa dos trabalhos desta reunião, meus nobres pares nesta Casa, ressaltamos que 71 dos 77 parlamentares que compõem esta Assembléia já são signatários da Frente Parlamentar Jorge Hannas contra a Privatização de Furnas. (- Palmas.) Minhas senhoras, meus senhores, melhor dizendo, brasileiros, aqui estamos reunidos num ato de resistência cívica. Diria mais: num ato de consciência cívica, com o nome do saudoso e nobre colega de Assembléia Legislativa, Deputado Jorge Hannas, que se faz representar por seus ilustres familiares: a Sra. Cleonice Silva Hannas, sua filha, Geórgia Silva Hannas; e seu genro, Múcio Leão Pessoa de Castro. Esta Frente Parlamentar e as lideranças mais expressivas de Minas Gerais dizem não, mais uma vez, à privatização de Furnas, com a certeza plena de que este grande empreendimento nacional é estratégico para os interesses presentes e futuros de nossa Nação.

Assim o foi no passado, há mais de 40 anos. Na antevisão do Presidente Juscelino Kubitschek, Furnas nasceu para servir ao Brasil. Como já dissemos em reunião anterior, naquele momento histórico, o capital privado não respondia às necessidades do desenvolvimento brasileiro no campo hidrelétrico. Não realizava investimentos necessários à industrialização do País. Prestava serviços precários e caros.

A União, com recursos públicos, enfrentou esse desafio e formou, em nosso País continental, uma das maiores infra-estruturas de energia elétrica do mundo; em tamanho, em qualidade, em capacidade de competição.

De repente, este mesmo Estado brasileiro, nas ondas de um neoliberalismo mal-interpretado e ainda mais mal-aplicado, vem abrindo mão de recursos estratégicos que pertencem, de forma inalienável, à Nação brasileira.

Felizmente, a essa altura, uma reação política promove-se com vigor e coragem para dizer um "basta" a esse processo vertiginoso de entrega dos instrumentos de promoção e sustentação do desenvolvimento nacional.

Com a autoridade moral e política que lhe confere sua trajetória de homem público honrado e inatacável, o Governador Itamar Franco vem contribuindo, sem dúvida, para dar nova dimensão à questão da política energética e de recursos hídricos do País.

Furnas é símbolo e exemplo dessa luta contra a alienação dos bens e dos patrimônios conquistados pela sociedade brasileira ao longo de décadas, nas telecomunicações, na siderurgia, na eletricidade, e assim por diante.

O mais grave de tudo isso, senhoras e senhores, é que o Brasil, pelo Governo Federal, trafega na contramão da história. A utilização das águas e dos recursos hídricos, em qualquer âmbito de atividade econômica, é, considerada, hoje, em diferentes países, um patrimônio público a ser gerido pelos seus respectivos governos.

Tenho em mãos, por exemplo, a correspondência do eminente catedrático de Direito Administrativo na Espanha, Prof. Antônio Embid Irujo, em que afirma textualmente: "Estimado senhor: na Espanha, os rios e os lagos estão sob estrito controle estatal, enquanto suas águas são consideradas de domínio público, conforme o determina a Lei nº 29, promulgada em 2/8/85, cuja rigorosa aplicação está a cargo do Conselho Nacional de Águas".

Também tenho em meu poder o texto da lei francesa da água, promulgada em 16/12/64 e aperfeiçoada na política oficial das águas, aprovada em 3/1/92, pela Assembléia Nacional da França. Diz ela: "A água faz parte do patrimônio da Nação. Sua proteção, seu uso e sua exploração pertencem ao interesse geral, e sua gestão está sob comando do estado francês".

E o próprio Presidente da França, Jacques Chirac, em pronunciamento perante a Assembléia-Geral da ONU, em 25/3/98, propôs um plano global para a administração da água no mundo, com a participação de todos os países membros da ONU. Disse, então: "A água é fonte da vida. É uma obrigação e um dever histórico de todos os povos da Terra o de lutarem pela sua preservação, pela sua conservação e pelo seu uso social, não apenas com discursos e resoluções, mas também com a determinação e a vontade política dos governos nacionais de cada país". "Não se trata" - acrescentou o Presidente da França - "de uma questão de nacionalização ou privatização. O que está em causa é um bem essencial para o próprio futuro da humanidade, e assim merece e deve ser tratado".

Por sua vez, o Ministro do Meio Ambiente do Canadá, Rejan Langlois, defende uma política também global para a gestão da água no mundo, com a intervenção dos governos nacionais em um plano ordenado e coordenado pela própria ONU, assegurando em seu país, o Canadá, o controle e a gestão da água pelo próprio Ministério do Meio Ambiente.

O que justifica, então, diante de posições tão claras dos governantes do hemisfério norte - onde aparentemente está a ordem da privatização ampla, geral e irrestrita - a política brasileira de abdicação dos direitos sobre este bem público e patrimônio da sociedade? Que interesses movem os cordéis dessa corrida privatista, que aponta tantos fracassos e inconvenientes de toda a ordem? Ou estariam os Governos da França, do Canadá, da Espanha, nos exemplos aqui citados, totalmente equivocados, enquanto os burocratas de Brasília sentem-se iluminados por uma luz estranha, que, certamente, não será a luz clara, forte e potente das Centrais Elétricas de Furnas.

Os Estados Unidos estão às voltas com aquele que é considerado um dos maiores desafios do país norte-americano para o século XXI: a questão da água em seu velho oeste. Já não é a corrida do ouro do século XVIII, é a corrida para assegurar a permanência de um bem essencial à vida, que é a água. E tudo isso se faz com a presença e a intervenção direta do governo americano e dos respectivos governos estaduais do Oeste e Meio-Oeste dos Estados Unidos. Portanto, a permanência de Furnas sob controle estrito da sociedade brasileira é um imperativo da hora nacional. O controle soberano de nossas águas, de nossos rios, de nossos lagos, é um mandato da consciência política nacional.

A voz de Minas se une, hoje, à consciência cívica do povo brasileiro, na formulação de um projeto nacional que respeite os recursos com que a natureza dotou esta Nação, não apenas para proveito de uns poucos, mas, sim, como um direito e um bem para todos os brasileiros, hoje e sempre. A história mostrará a nossa razão! Muito obrigado!

Palavras do Deputado Federal Sérgio Miranda

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Federal Sérgio Miranda.

O Deputado Federal Sérgio Miranda - Sr. Presidente, Deputado Anderson Adatao, Governador Brizola, Governador Aureliano Chaves, presentes em todas as grandes batalhas históricas em defesa da Nação, Prefeito Célio de Castro, minha líder, Luiza Erundina, do PSB, Deputado José Genoíno, do PT, caros colegas Deputados, povo presente, minha homenagem aos familiares do Deputado Jorge Hannas. Este ato realiza-se no momento em que a sociedade brasileira denuncia, com veemência, o fracasso do processo de privatização. A privatização das empresas públicas do Brasil, se, inicialmente, deu-se apenas através de uma transferência de bens públicos para determinados setores privados, enriquecendo grupos econômicos, a partir de 1997 se transformou-se numa forma de obtenção de dólares, de resolver os problemas da nossa balança de transações correntes. Para se comprar empresas públicas, era condição ser empresa estrangeira. Assistimos, assim, à decomposição do sistema TELEBRÁS. Avolumam-se as denúncias, os favorecimentos descabíveis. O BNDES, Banco financiado pelo dinheiro do trabalhador, hoje é o principal financiador de empresas, na compra de empresas públicas. Ele foi denunciado, recentemente, no caso da privatização de uma geradora do sistema CESP. Os benefícios tributários, absurdos, imorais. As empresas que compraram o sistema de telecomunicação, através de uma medida provisória, podem descontar a diferença entre o valor patrimonial e o ágio, em 60 meses, escolhendo os meses que der lucro, durante dez anos. Meus amigos, e a crise que atinge o povo! O absurdo de termos preços de serviços monopolistas indexados à inflação. O salário do brasileiro não é indexado. O produtor não tem seus preços indexados, mas as tarifas públicas de serviços monopolizados, como telecomunicação, energia elétrica, são indexados à inflação, benefício absurdo para dar garantia ao investidor estrangeiro. Chegamos, sem dúvida nenhuma, ao limite. A questão de Furnas vai além da privatização. Aparece como uma imposição do acordo com o FMI. E eu digo que é mais grave do que apenas a privatização, porque atinge um bem que todos dizem ser a riqueza do século XXI: as águas. Privatizar, dentro desse modelo, a geradora de energia elétrica é privatizar os reservatórios, é privatizar o fluxo da água, é, enfim, privatizar as águas do São Francisco, do rio Grande, da Amazônia. Chamo a atenção para o fato de o Governo, apesar da crise, apesar das denúncias, manter-se firme nesse projeto que está tramitando no Congresso Nacional, chamado Projeto da Agência Nacional de Águas, que, para viabilizar e dar segurança ao investidor estrangeiro, confrontando-se com todo o debate que houve na Câmara dos Deputados, que aprovou uma lei de recursos hídricos, volta a centralizar, nas mãos da União, todos os reservatórios das empresas geradoras que compõem o Sistema Nacional Interligado. E isso para dar garantias e segurança aos compradores estrangeiros porque o Governo está determinado a vender Furnas, a CHESF, a ELETRONORTE, para os estrangeiros.

Meus amigos, é o limite. Esse ato tem esse simbolismo: não mais agüentamos o desmonte da Nação, a desestruturação do Estado, a miséria do povo brasileiro. Urge que as pessoas de bem deste País, independente da sua posição política, as pessoas que amam esta terra, se unam solidamente para dizer um basta a Fernando Henrique Cardoso; um basta a esse entreguismo descarado. Em defesa do Brasil, da Nação, do povo desta terra, resistiremos à privatização de Furnas. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Carlos Calazans

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Carlos Calazans.

O Sr. Carlos Calazans - Cumprimento o Presidente da Casa, Deputado Anderson Adatao, o Prefeito Célio de Castro, o Sr. Leonel Brizola e a todos os componentes da Mesa. Estão aqui conosco várias entidades, e é importante somar esforços à luta desta Casa, deste Governo, deste Estado, contra a privatização de Furnas.

Estão conosco a frente contra a destruição do serviço público, os companheiros do serviço público, a quem peço uma salva de palmas, os companheiros estudantes, juntos conosco nessa luta contra a privatização de Furnas; estão conosco os companheiros da CGT, os companheiros do Sindicato dos Comerciantes de Belo Horizonte, que, juntamente com a CUT e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, integram essa luta e essa ação política. Gostaria de dizer que, nesses últimos dias, várias pessoas desta Casa lutaram, perseguiram esse ato, para sensibilizar e tentar nacionalizar essa discussão, que não é só dos mineiros, não é só dos Deputados Estaduais nem Federais, é de todo o povo, de toda dona de casa, de todo o trabalhador e de todo estudante contra a privatização de Furnas.

Hoje, nesta mesa, vêm um copo e dentro dele um dos bens mais preciosos deste planeta, que é a água. Sem ela, não existiria vida em nosso planeta. No entanto, alguns liberais querem que esse bem natural, que nasce das montanhas do mundo, das montanhas de Minas, seja entregue ao capital internacional, às empresas privadas. E nós, no futuro, ficaremos à mercê dessa ganância. Não se trata, como disse o companheiro Sérgio Miranda, de estarmos somando voz àqueles que lutaram contra todo o processo de privatização no Brasil, porque nesta Mesa estiveram aqueles patriotas nacionalistas, que lutaram contra a venda da Vale do Rio Doce, contra a destruição do Brasil. No entanto, os homens que cercam o Palácio do Planalto, o Governo Federal, já não ouvem a voz dos estudantes, já não ouvem a voz das fábricas e das ruas, do povo brasileiro. Amamos este País, lutaremos para defendê-lo, assim como as nossas empresas. Mas parece que o Governo Federal, que FHC ouve muito bem o chamado Consenso de Washington, ouve as empresas multinacionais, os monopólios e oligopólios, que querem colocar a mão no País.

Quero terminar dizendo que, por esse bem dentro deste copo, que é a água, todos nós, neste País, ousaremos lutar, somando a voz de todo o nosso povo para defender nosso País. Não arredaremos pé da nossa luta, somando-nos à voz de todos aqueles que acreditam no País. No fundo, queremos que este Governo FHC seja colocado no canto da parede. Basta de FHC! Basta de Fernando Henrique!

Quero dizer, companheiras e companheiros, que hoje conseguimos trazer várias personalidades a esta Casa. O dia 22 de março é o Dia Mundial das Águas. Vários atos haverá pelo mundo afora: na Europa, nos Estados Unidos, em Israel, na Palestina e na Ásia. Vários povos, em vários países, preparam jornadas internacionais em defesa da água, em defesa do recurso natural. E nós, do Brasil? E nós, mineiros? Marcharemos, no mês de março, para proteger e defender os mananciais hídricos deste País, do nosso povo.

Quero dizer, companheiros, para encerrar nossa fala, que este é o primeiro passo. Estamos lançando, aqui, um chamado nacional. Nacionalizaremos a luta em defesa de Furnas, em defesa dos nossos rios, em defesa do nosso povo e contra Fernando Henrique. Um abraço a todos e uma salva de palmas para todas as entidades, para os Deputados Estaduais e

Federais e para todo homem e mulher que ousam lutar pelo bem público, que é esta Nação chamada Brasil.

Palavras do Sr. Aureliano Chaves

Sr. Deputado Anderson Aduato, Presidente desta Assembléia Legislativa e Presidente da Mesa; Sr. Senador José de Alencar; Sr. Governador Leonel Brizola; Sr. Prefeito Célio de Castro; Sra. Prefeita Luíza Erundina; Sr. Deputado José Genoíno, Líder do PT na Câmara dos Deputados; Sr. Deputado Sérgio Miranda; Sr. Secretário Sávio Souza Cruz; demais ilustres Secretários de Estado aqui presentes, especialmente o Secretário de Minas e Energia, Paulino Cicero de Vasconcelos; Sr. Líder do Governo na Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Sra. Presidenta do PT; Sr. Calazans, líder sindical, demais eminentes figuras que compõem a Mesa; senhores membros de delegações de municípios que compõem a bacia de Furnas; senhores líderes classistas e sindicais; Srs. Deputados Estaduais; minhas senhoras e meus senhores; quando o grande Presidente Franklin Delano Roosevelt assumiu o comando da nação americana, em um período difícil da vida desse país, concebeu um programa criativo para estabelecer novos rumos à economia americana. O New Deal, como foi chamado, representava um passo inovador, para buscar novos rumos à nação americana. De acordo com o New Deal, quando o Presidente Roosevelt lembrou de modificar a fisionomia do Estado da Califórnia, que, naquela época, era um Estado paupérrimo, criou o Tennessee Valley Authority. Não chamou a pujante iniciativa privada americana a assumir a responsabilidade de tal iniciativa, mas o fez por meio do poder público, ou seja, do Governo Federal, e criou, repito, o Tennessee Valley Authority.

Acusado pelos Senadores republicanos, conservadores empedernidos, de estar contrariando o sentimento médio da nação americana e de ser, no dizer desses mesmos Senadores, um socializante - naquele tempo não havia a palavra estatizante -, respondeu, com a tranquilidade e a segurança que lhe eram peculiares: "Socializante, não, até porque sou americano". Ocorre que a chamada economia de mercado só tem sentido quando os concorrentes estão nivelados. A economia de mercado em uma sociedade desnivelada é lei do mais forte. Misturar painéis de barro com painéis de ferro, no pressuposto de que, transportadas aos solavancos, nenhuma se quebrará, só passa na cabeça dos neoliberais brasileiros.

Estou acabando de ler um livro, que considero uma obra-prima, sobre a realidade do mundo contemporâneo; "A Armadilha da Globalização", de dois cientistas políticos alemães, Hans Peter Martin e Harald Schumann. Filhos de uma nação rica, dizem eles, com propriedade, que essa globalização, nos termos em que está posta, é, sem dúvida alguma, sinônimo de antidemocracia e antibem-estar social.

Ora, neste momento é preciso que todos os brasileiros que amam este País - e o amamos porque cultuamos os mesmos valores e reverenciamos a mesma cultura - se unam. Fico satisfeito em ver que essa Frente tem por patrono um Deputado que honrou esta Assembléia Legislativa: o Deputado Jorge Hannas. É preciso unirmo-nos todos, independentemente de nossas origens e de nossas filosofias políticas, mas apenas porque temos um denominador comum em nossos sentimentos, que também deve ser um denominador comum para nossas ações: o amor a este País que Deus fez grande e que nós, brasileiros, não podemos fazer pequeno.

Omitir-se em momentos como esse é, antes qualquer coisa, alienar valores e sentimentos. Vamos juntos, de mãos dadas e de sentimentos afinados, dizer "não". E que o Governo Federal tome no devido valor o que é dizer "não". É "não" a suas intenções e aos seus métodos, que, até agora, não vieram ao encontro dos interesses nacionais, mas têm vindo de encontro a esses interesses. Vamos, assim, dizer ao Presidente da República que o caminho que ele escolheu não é o que convém ao Brasil. E que nós, brasileiros, com o nosso sentimento de brasilidade, estamos sempre afinados na defesa dos valores maiores de nossa Pátria, em particular de sua soberania. Estamos aqui, juntos, neste encontro da Assembléia Legislativa, para dizer "não" a seu Governo e levar esse "não" às últimas conseqüências. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Ataíde Vilela

Boa-tarde a todos. Gostaríamos de cumprimentar o Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduato, e as demais autoridades presentes. Colocarei para todos alguns pontos da maior relevância. Quando se ouve falar em privatização, poucas pessoas sabem realmente o que se encontra por trás desse processo. Com relação à venda das empresas geradoras, foi citado pelo Deputado Sérgio Miranda o caso da CESP-Tietê, que, hoje, deve gerar em torno de 1.200.000kW. Se fosse vendida pelo mesmo preço que o Banco Mundial financia a construção desse tipo de usina, deveria atingir o preço mínimo de US\$1.200.000.000,00. Considerando-se que o câmbio está fechando em torno de R\$2,00, a CESP-Tietê deveria ter, então, o preço mínimo de R\$2.400.000.000,00, mas foi vendida por R\$690.000.000,00, ou seja, quase 1/4 de seu valor real, que foram financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT -, para desempregar os trabalhadores dessa mesma empresa. E o que é mais grave: há uma carência de 5 anos para se iniciar o pagamento, financiamento de 20 anos, e juros a 5%, enquanto, no mercado internacional, está-se emprestando a 15%. Assim, gostaria de deixar registrado nesta Casa, neste ato que entendo ser da maior grandiosidade e expressão em sua essência, pelas lideranças presentes e pela qualidade dos participantes, que é impossível continuarmos admitindo que isso ocorra sem que a sociedade se manifeste. Não posso entender e causa-me surpresa o fato de a mídia divulgar que a empresa foi vendida com o ágio de 29%. Ora, ágio sobre nada não representa nada. Parece-me que a mídia nacional está comprometida com esse processo, ganhando algo com ele. Quero excluir a de Minas dessa afirmação, pois ela nos tem dado apoio e revelado os fatos como são. Devemos esclarecer isso.

Gostaria, também, de colocar a questão das agências reguladoras criadas. No setor elétrico, temos a ONS, a ANEEL e o MAE. A Operadora Nacional do Sistema Elétrico - ONS - opera o sistema em todo o País, controla o nível dos reservatórios, dos grandes lagos e dos principais rios brasileiros. Em nossa região, temos 34 municípios, além dos grandes municípios da região das águas, totalizando 142 municípios. A população da região está vivendo um caos em suas atividades. A Lei nº 9.433, que estabeleceu a política nacional de recursos hídricos, determina - a exemplo dos países desenvolvidos, como a França, Espanha, Canadá e Estados Unidos - as prioridades para o uso da água. Em primeiro lugar, o abastecimento da população; em segundo, a dessedentação dos animais, vindo a seguir o turismo, a pesca, a irrigação e, em último lugar, como última prioridade, a geração de energia elétrica. O que o Governo Federal está fazendo? Está, a toque de caixa, querendo criar mais uma agência, a Agência Nacional das Águas. Para que isso? Para dar mais segurança, além da que já têm os investidores estrangeiros que vêm aqui, a preços vis, tomar conta do nosso patrimônio público, para que façam o uso da água da melhor forma que entendam. Na nossa região, temos donos de pequenas pousadas, de restaurantes, de hotéis, de complexos turísticos, como Cambuí, em Campo Belo, Escarpas do Lago, em Capitólio. Essa região, que já foi sacrificada na época da construção do grande lago, hoje, será novamente penalizada, porque a ONS faz o jogo que o Governo quer que seja feito, ou seja, o jogo dos estrangeiros. Portanto, essas populações ribeirinhas ficam a ver navios. Hoje, estamos numa situação de caos, de falta completa de água, vários municípios captam as águas daquele reservatório para o seu abastecimento. No entanto, a ONS opera, de modo virtual, do Rio de Janeiro, sem saber o que está acontecendo na região. Furnas, como empresa estatal, sempre teve sensibilidade, sempre administrou esse processo com os municípios. Mas hoje isso não ocorre. Essa agência, que foi criada para dar guarida aos estrangeiros, faz o que bem entende com relação a esse volume de água armazenado.

Gostaria de transmitir a vocês nossas preocupações, deixando mais uma última mensagem, ou seja, que vocês expliquem para seus familiares, seus amigos, todas as pessoas de sua convivência o que representa a privatização. É importante que as pessoas saibam o que isso representa: aumento substancial nas tarifas e perda na qualidade dos serviços prestados. Hoje, todos já estão percebendo - ao receber suas continhas ao final do mês - para onde estão indo seus recursos. Há poucos dias, a própria "Folha de S. Paulo" noticiou que a ANEEL fez reajustes acima da inflação para todas as empresas que foram privatizadas. Quem está pagando isso? É o povo. Nós estamos pagando. Então, esse é mais um dos grandes motivos para dizermos "não" a esse processo.

Além do patrimônio público que é levado para fora, existem também os recursos dos serviços. Quando se privatizam serviços, há um aumento substancial dos custos, porque isso não é exportado. Então, é mais uma conta a ser paga pelo consumidor comum.

Exponho de forma mais simples para que as pessoas entendam o que representa a privatização, porque assim fica mais fácil para o entendimento do povo, em geral.

Agradeço ao Presidente desta Casa, às lideranças nacionais aqui presentes e gostaria de parabenizar esta Casa e todos os Deputados Estaduais que compõem essa frente por essa tomada de posição, bem como o nosso Governador Itamar Franco, o nosso Prefeito Célio de Castro e, principalmente, os nossos municípios mineiros da ALAGO, onde começamos em 1994, fazendo o primeiro encontro dos municípios atingidos pelos lagos. Hoje percebemos que esse movimento cresce de forma significativa, com bastante qualidade e num momento em que o Presidente da República atravessa um de seus piores momentos de popularidade.

Finalizando, gostaria de dizer que, na França, quando acabou a 2ª Guerra Mundial, Charles de Gaulle chamou aquelas pessoas que colaboraram com a invasão dos alemães, os chamados colaboracionistas, e os mandou aos tribunais para serem julgados. Entendo que há de chegar o dia em que levaremos todos esses entregadores às barras dos tribunais para responder pelo que fizeram com o patrimônio público e com essa Nação. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Leonel Brizola

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Leonel Brizola.

O Sr. Leonel Brizola - Minha saudação especial ao Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduato, a cujo chamamento procurei acorrer, como todos que aqui se encontram. Saúdo o Senador Alencar, o Prefeito Célio de Castro, a Deputada Erundina, o Deputado Genoíno, todos os integrantes desta Mesa, o meu companheiro Vivaldo Barbosa, os representantes de todos os partidos que integram essa frente, as entidades populares, os trabalhadores, as entidades empresariais, enfim, as nossas autoridades do interior, todos quanto pessoalmente, ou em delegações comparecem, a esse encontro.

Quero dizer a todos que de toda parte deste País há um pensamento voltado para Minas. A história é estranha, como nos dizia há pouco o Dr. Aureliano. A história é insondável e às vezes não nos damos conta de que está convivendo conosco e que nós, num dado momento, estamos contribuindo para ela.

Estou seguro de que, a esta altura, o povo mineiro já pressentiu, mas, quem sabe, ainda há pouco a generalidade das pessoas aqui não havia se dado conta do que estão fazendo: escrevendo uma página que vai ficar como página de bronze na história brasileira, como outras que os filhos de Minas escreveram. O tom da história é assim, quando menos verificamos, está ao nosso redor.

Creio que há, neste momento, um processo que se localizou aqui em Minas, do qual faz parte toda a Nação brasileira. E com ele comungam muitos povos do Terceiro Mundo. E muitos milhões de homens e mulheres, embora lá no Primeiro Mundo, pensam como nós.

Há quantos anos estamos buscando uma saída para esse quadro que está aí! E não chegamos a compreender como é que se estabeleceu. Mas a história é assim. Com outros povos isso tem ocorrido. Tão insólito, tão surpreendente, tão insensato, tão absurdo, é tudo isso que vem ocorrendo no nosso País. Como tem sido difícil para o nosso povo, e também para nós, entender o que vem ocorrendo com o nosso País, admitir que essas decisões venham sendo tomadas pelos nossos governantes. Vários governos se passaram, sucessivas legislaturas, nossos Deputados, nossos Senadores. Quando invoco essa realidade, estou invocando também as exceções, porque tem sido difícil. No decorrer da nossa história nunca vivemos uma situação como essa, porque os nossos governantes - uns melhores, outros piores - jamais enveredaram por um caminho com tantos absurdos, com tantas decisões para as quais não temos outra qualificação senão a de "vende-pátria", de entrega do patrimônio público, de traição nacional, de enganação do povo brasileiro, de desinformação de tudo aquilo que, no uso da nossa razão, não conhecíamos, pois não fazia parte da tradição brasileira.

Agora, esse processo está tomando clareza. A "Folha de S. Paulo", que é um jornal responsável, de grande tradição, publicou, como manchete principal, um balanço das privatizações, demonstrando que o Brasil está ensejando mais recursos a esses grupos internacionais que estão assumindo serviços públicos da maior importância, ensejando mais recursos do que conseguiu arrecadar com todas as vendas que executou até agora. Não quero dizer outra coisa para quem queira interpretar. A "Folha de S. Paulo", um órgão privatista e, por conseguinte, insuspeito, está reconhecendo que tudo isso foi um grande engano, que tudo foi uma grande leviandade, que tudo foi uma grande irresponsabilidade. E, por que não dizer, com gente tão preparada como essa que tem ascendido a postos de administração, que tudo isso não passou de atos de vende-pátria, de vende-interesse público, de vende o futuro do nosso povo? Por que não dizer, também, que tudo foi uma onda de corrupção que não conseguíamos jamais conceber na nossa imaginação? Porque atrás dessas decisões assodadas, decisões sem um mínimo de preparação, como tem sido da tradição brasileira, excluindo praticamente o Poder Judiciário de tudo, o que é isso, senão coisas obscuras que não representam senão atividades corruptoras, atividades que não se sustentam à luz do dia. Nosso País, hoje, não é o mesmo de 10 ou 12 anos atrás, tal a gravidade das decisões tomadas. Quero dizer que estou plenamente de acordo. Apoio a referência feita aqui, há pouco, desta tribuna. Nós, povo brasileiro, há de chegar o dia em que vamos levar às barras dos tribunais, ao banco dos réus, toda essa gente que não tinha o direito de fazer isso com o nosso povo, sacrificando o futuro de nossos filhos e de nossos netos.

Mas minha presença aqui, perante vocês, meus compatriotas, é para expressar nossa solidariedade com o povo mineiro, com seus governantes, com seus dirigentes de todos os setores e de todas as instituições. Para nós, de outros Estados, a impressão que temos é a de que o povo mineiro já está unido. Há uma união, senão expressa por todas as partes, implícita em Minas Gerais. E quando o povo mineiro se une é o prenúncio de que algo de importante está para acontecer. Quando se une como uma só pessoa qualquer dos Estados da nossa Federação, também há o prenúncio de uma questão importante a acontecer. Mas, no caso de Minas, pela sua carga histórica, pela massa histórica que está sobre os ombros dos mineiros de todas as gerações dos tempos que vivemos, é de se prever que algo de importante está para acontecer. Venho para dizer, não só em nome dos meus companheiros, meus camaradas de partido de Minas, nossos Deputados Estaduais, dirigentes regionais e municipais do nosso partido, nossos Vereadores, nossos Prefeitos, nosso representante federal, como também em nome de toda a nossa bancada federal, unanimemente, tanto na Câmara quanto no Senado.

E quando digo isso digo também em nome do partido, nacionalmente. Se houver uma voz discordante, que haja. Serve para confirmar a regra. Estamos com vocês, mineiros, que representam, neste momento, todos nós, que sentimos que neste solo sagrado, onde se sonhou este País, esta Nação, a nossa independência, o nosso futuro, em tempos idos, recentemente surge alguma coisa insondável, mas que, para nós, é uma luz que começa a cintilar no fundo de toda essa escuridão. E o povo brasileiro vê tudo isso como uma esperança. Estava sendo muito difícil não só entender esse quadro de insensatez, mas também sair dele. Todos esses interesses que foram se estabelecendo aqui, sob o controle internacional, cada dia vão criando uma situação mais complicada e mais difícil para o nosso País, porque atrás deles estão as nações desses interesses, que dão cobertura, abertamente, à atuação dessas corporações. Quando jovem ainda, governei o meu Estado natal, o Rio Grande do Sul. Tive de enfrentar uma situação normal para um governante que quer proporcionar energia para as atividades econômicas e para sua população. Comunicação através do desenvolvimento do sistema de comunicações telefônicas, ou qualquer outro campo, quando enfrenta situações embaraçosas, bloqueios, desenvolvimento, não tem outra coisa a fazer a não ser enfrentar essas dificuldades. Podia ser uma empresa nacional, podia ser sul-americana, européia, americana ou o que fosse. Não vacilei em aplicar a legislação brasileira de que dispunha. Não tinha outro caminho, por não conseguir cooperação. Tudo era privado, e não consegui fazer com que investissem, com que desenvolvessem, e lá ficavam e não queriam entregar nada. Não tive outro caminho senão expropriar e retomar aqueles serviços públicos que pertenciam ao Estado, especialmente a energia e a telefonia, quando vi gigantescas corporações, precisamente aquela no campo da telefonia, que depois derrubou o Presidente Allende, no Chile. Não me dava conta, porque atuava de coração limpo, em nome da lei, em nome daquilo que era justo. Mas para esses interesses não há justiça. Marquei o meu destino com aqueles dois atos. Imaginem que eram empresas que tinham sucatas. Uma rede telefônica não valia nada para grande parte da população, que a colocava para poder ter uma comunicação precária. Assim também a rede de energia elétrica e as fontes de energia que possuíamos com base no carvão. Mas para eles, não. Era uma espécie de propriedade da qual não queriam abrir mão.

Não é o caso de aqui relatar, mas não imaginam o que passei para poder consolidar aquela decisão. Pude contar com a presença do Poder Judiciário, mas quero dizer também que se a situação fosse como agora, se tivessem criado as manipulações que podem desenvolver sobre o Poder Judiciário neste momento, não teria conseguido rigorosamente nada. Porque teriam cassado as liminares e as decisões que os Juizes singulares da base do Poder Judiciário, de forma independente, haviam concedido ao Estado para defender a população.

Recentemente, assistimos a um escândalo relacionado a isso - a cassação em massa das liminares concedidas pelo Brasil afora contra esses crimes que praticaram contra a Nação. Por conseguinte, vivemos uma situação de anormalidade, porque a nossa Nação está ameaçada. Todos os seus índices são precários, críticos e ameaçadores. Os fatores de sacrifício e de decadência que recaem sobre o nosso povo estão aí, à vista. Nos penalizamos e sofremos quando vemos que o futuro das nossas crianças, das novas gerações, a cada dia vai se estreitando mais.

Povo mineiro, quero mais uma vez insistir, o destino está colocando em suas mãos a oportunidade do desencadeamento de uma reação nacional, de uma resistência nacional que só os insensatos, os negociatas, os corruptos, os aproveitadores desses tempos que vivemos, aqui de dentro, contra as forças que estão lá fora, não têm idéia do quanto vale. Por conseguinte, Sr. Presidente, nossas congratulações por sua iniciativa; congratulações, Srs. Deputados, pela formação dessa frente.

Essa frente é muito maior do que a que estamos vendo com as assinaturas que criaram esse manifesto. Essa frente está sendo ampliada pelo apoio que vai ter do povo brasileiro, por toda parte. Isso vai frutificar, desenvolver-se e vai levantar uma solidariedade em torno do povo de Minas, que, não tenho dúvida em afirmar, vai ser o fim desse nefando neoliberalismo que caiu ingratamente sobre o povo brasileiro.

Povo mineiro, enfrente. Vocês já marcaram os destinos desta Nação. Quis Deus que fossem vocês os depositários de um contexto, de um processo que recaiu sobre este Estado glorioso e querido da Federação brasileira. Vamos resistir. Há pouco, em rápido diálogo, ainda lembrávamos que o que temos a fazer neste momento é resistir. O estado de anormalidade são eles, os poderes indevidos que estão fazendo recair sobre nós, quando teimam em nos impor ônus desse tipo, que contrariam os direitos inarredáveis do povo brasileiro, como esse de não querer a entrega de suas águas, essa riqueza básica para a vida. Eles teimam em nos oprimir. Devemos responder-lhes com a resistência. Se amanhã tiver que se transformar num movimento de desobediência civil a atos insensatos, povo de Minas, siga em frente, em nome da nossa história e de nossos antepassados. Verão, como em nenhum momento de suas trajetórias, a solidariedade que terão de todo o povo brasileiro. Essa solidariedade vai ser o fim desse período infame que caiu sobre nós. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Federal José Genoíno

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Federal José Genoíno.

O Deputado Federal José Genoíno - Sr. Presidente, Deputado Anderson Adatao, ex-Governador Leonel Brizola, ex-Governador Aureliano Chaves, Prefeito Célio de Castro, meus colegas parlamentares, minha senhoras, meus senhores, estou aqui com a tarefa de falar em nome do Presidente Nacional do PT, José Dirceu, que enviou uma carta ao Presidente da Assembléia Legislativa manifestando o apoio do PT a este ato. Em nome da minha colega de bancada, Deputada Maria do Carmo, Presidente do PT de Minas Gerais, quero transmitir, através dos Deputados da Assembléia Legislativa, a saudação do PT e o apoio à decisão firme do Governador Itamar Franco de resistir à privatização de Furnas. Há uma coincidência no dia de hoje. Estamos realizando um ato que tem como objetivo resistir e impedir a privatização de Furnas. Estamos colocando para o debate o controle público sobre um bem que é essencial à preservação da vida humana. Hoje é o Dia Mundial da Declaração dos Direitos da Pessoa Humana. Essas duas datas estão relacionadas, para nós, que queremos defender aqui o público, com a finalidade de garantir a cidadania, a qualidade de vida, a permanência de um bem, a fim de que a existência humana se realize. Não podemos aceitar que a "financeirização" possa controlar o poder decisório do País, um bem como o sistema TELEBRÁS e algumas empresas siderúrgicas. Esse controle não pode tirar a capacidade decisória do País, daquilo que é essencial à existência do povo. Os defensores da ordem neoliberal não pensam o País a partir de sua história, da cara do seu povo, mas pelos números das bolsas, pelas cifras do mercado financeiro, criando a lógica de que o mercado, as bolsas e os números constituem uma verdade absoluta. Para nós, da esquerda, o sonho, a utopia, é construir uma sociedade livre, democrática e justa, de gente de carne e osso, que tem nome, cara, identidade e história.

E é por isso que nos orgulhamos do povo brasileiro. É por isso que nos orgulhamos deste País, da sua história, dos seus dilemas, dos seus desafios. É por isso que queremos construir uma identidade. E um país não tem identidade se perde o poder decisório sobre aquilo que é essencial para a sua gente. Não estou aqui apenas condenando o escândalo de fazer consórcios borocoxôs ou montar "telegangs" para financiar, com o dinheiro do BNDES, a privatização do sistema TELEBRÁS. Não estou aqui apenas falando do ágio, anunciado pelo Governo como extraprivatização. E esse ágio, hoje, é descontado na forma de incentivos fiscais. Não estou falando do financiamento do BNDES para empresas privatizadas. Estou falando, companheiros e companheiras, de um valor que não tem quantificação, de um valor que não tem uma cifra, de um valor que não tem um número. E o que é isso? É aquilo que constitui a identidade, a unidade nacional, o nosso território. É por isso que a privatização do setor elétrico é mais grave do que todas as privatizações que ocorreram até agora, porque quebra o poder decisório sobre algo essencial para a nossa capacidade de decidir. Vocês viram, agora, em Seattle, na Conferência da Rodada do Milênio, as manifestações dos países ricos, dizendo que não podiam abrir suas economias comprometendo o emprego e a qualidade de vida. E este País abriu a sua economia de maneira irresponsável e sem critério. Este País queimou seu patrimônio através, não de uma privatização, de transferência patrimonial da pior espécie. Este País comprometeu setores produtivos sadios com a abertura indiscriminada, porque transformou a entrada na globalização como se fosse um valor em si. Sabemos que a globalização é um movimento de mão dupla. E o Brasil foi paciente; não foi ator, não soube defender seus interesses, porque perdeu empresas importantes como a EMBRATEL, a Vale do Rio Doce, empresas multinacionais e globalizadas no processo de negociação.

Ontem, Governador Aureliano Chaves, um Ministro do Fernando Henrique Cardoso falou que nas relações internacionais não podemos ser babacas, e sim negociantes. Essa é a lição dura que os interesses dos países ricos estão dando para a agricultura brasileira, para a indústria, para o calçado, para os tecidos, para a soja. Estamos vivendo uma disputa de interesses. E o Brasil está perdendo a sua capacidade de colocar na mesa os seus interesses, os seus objetivos. É por isso que esse projeto de privatização é um projeto de doação, de transferência patrimonial. Não é um projeto de parceria com o setor privado, em que o Estado mantém o controle público. Não é um projeto de investir na capacidade do setor privado, desde que o Estado não perca o controle público. Assistimos a uma relação promíscua entre a esfera pública e a esfera privada. Não sabemos onde termina a esfera pública e onde começa a esfera privada. É no Banco Central, é na ANEEL, é na ANATEL. E querem levar isso para a Agência Nacional de Águas, uma promiscuidade, sem separar o que é público do que é privado. E, se isso acontecer, é o nosso território, é a nossa identidade territorial, é esse bem que, ao longo dos séculos, foi garantindo uma unidade nacional a duras penas. Não podemos aceitar que esse processo de privatização comprometa esse valor essencial para que possamos pensar, no final deste milênio, um país que a um só tempo seja soberano, democrático e justo, porque não somos um país justo para com o nosso povo.

O nosso povo vive o "apartheid" social, o desemprego, a quebra-de-cabeça, a fome e a violência. E, nessa lógica do "salve-se quem puder", vocês estão vendo o que está acontecendo nas diversas esferas do Estado, em que a impunidade, a corrupção e a negociata transformam o poder público em propriedade do mais esperto e do mais forte. Temos que construir um projeto de país, que não é de isolamento do mundo, não é um projeto de fazer do Brasil uma autarquia, não é um projeto que possa isolar a nossa dimensão geopolítica. O Brasil não cabe dentro dessa ordem neoliberal, pelo nosso tamanho, pela nossa diversidade e pela nossa potencialidade. Temos que construir uma identidade política, econômica e social. Dai, a não-privatização de Furnas é essencial. A privatização de Furnas, com consequência sobre o domínio dos rios, lagos e mananciais, e a extensão desse projeto para outras empresas significa que o Brasil terá apenas a formalidade do seu processo decisório, porque é uma formalidade "faz de conta", pois, na hora de decidir, não temos autonomia para negociar, para querer, temos autonomia apenas para baixar a cabeça e dizer "sim, senhor".

Por isso, companheiros e companheiras, essa é uma luta nacional. Essa luta não é de Minas, apesar de Minas estar na sua vanguarda, essa é uma luta que temos que levar para dentro do Congresso Nacional, para outras cidades e Estados, dizendo que o que está em jogo não é apenas uma empresa chamada Furnas ou, amanhã, CHESF ou qualquer outro nome, o que está em jogo é o modelo de um país que seja soberano economicamente e que se volte para a construção da felicidade social, econômica, política e material do seu povo.

Por isso, Presidente Anderson Adatao, receba nossos abraços, em nome do companheiro José Dirceu, do companheiro Lula e da Bancada do PT na Câmara Federal. Nosso compromisso militante é fazer dessa luta um grande debate nacional. Vamos colocar os números na mesa, vamos ver a pesquisa que, hoje, os jornais noticiam, segundo a qual 76% da população reprovam a qualidade do serviço privatizado de telefonia. Com toda aquela propaganda e manipulação, a população está vendo, hoje, que a qualidade, a universalidade e o controle não existem. Imaginem acontecer isso no setor elétrico, nos rios, nos nossos mananciais... Essa não é uma luta pequena, não é uma luta regional, de categorias, mas uma luta para um projeto de país. Um grande abraço. Muito obrigado. Contem com nosso apoio.

Palavras do Sr. Fernando Máximo

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Fernando Máximo, Presidente da União Estadual de Estudantes, que falará em nome da UNE e da UEE.

O Sr. Fernando Máximo - Quero saudar o Presidente, Deputado Anderson Adatao, o Prefeito Célio de Castro e os demais integrantes da Mesa. Quero saudar, também, todos os companheiros universitários, estudantes, todas as universidades e escolas de Minas Gerais que estão presentes a este ato. Quero dizer que a luta dos estudantes não é só de resistência, no que diz respeito ao patrimônio deste País.

Estava presente o Governador Leonel Brizola, que agora se ausentou e que poderia falar mais sobre isso. Estivemos na luta e na campanha O Petróleo é Nosso, quando a UNE colocou os estudantes nas ruas para construir o patrimônio deste País. Estivemos nas ruas, também, na primeira privatização deste País, do famigerado Collor de Melo, e colocamos esse Presidente para fora do Governo. Agora, companheiros, estávamos também na guerra, denunciando a privatização da TELEBRÁS, quando fomos massacrados pela polícia. Todos pudemos observar o que isso gerou: um sistema de comunicação aniquilado neste País. Estávamos nas ruas, também, manifestando-nos contra a privatização da Vale do Rio Doce, mas agora a reserva mineral deste País foi privatizada. Sr. Presidente, Srs. Deputados, o próprio FHC, em seu discurso, apesar de já ser considerado o maior entreguista deste País, quer entregar as águas de Minas Gerais. Não vamos deixar que faça isso. Como bem dizia o Deputado Federal Sérgio Miranda, o recurso hídrico é considerado o maior bem deste século. E o Fernando Henrique, com a metodologia subversiva do FMI, quer privatizar também as águas e a educação, mas nós, estudantes, trabalhadores e operários, não deixaremos isso acontecer. Invadiremos todas as ruas, durante o tempo que for necessário. Precisamos do apoio dessa bancada aqui, hoje. Sr. Deputado, gostaria de parabenizar essa frente, junto ao Fórum Nacional de Multas, e todas as entidades presentes, inclusive todos os partidos políticos, pela luta intransigente contra a privatização de Furnas. Vamos às ruas, porque a luta, companheiros, só termina nas ruas, com muita garra e dedicação. Muito obrigado.

Palavras do Sr. José Dalton Barbosa

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. José Dalton Barbosa, Prefeito Municipal de Guapé, representando todos os municípios da região de Furnas.

O Sr. José Dalton Barbosa - Vamos tomar água, antes que ela vá para os estrangeiros. Mesmo sabendo que a bola está com o galo, gostaria de cumprimentar essas grandes raposas da política nacional que compõem essa Mesa da Casa do povo.

Minha gente, represento uma das 34 cidades do Sul de Minas, onde se formou o grande lago da represa de Furnas. O meu Município de Guapé, pela sua localização na confluência do rio Grande com o rio Sapucaí, foi o mais prejudicado. Das melhores terras, 206km<sup>2</sup> foram invadidos. Toda a cidade, naquele 9/1/63, pouco a pouco, foi sendo consumida pela fúria das águas, que corriam para cima, contrariando a lei da gravidade. Assistimos a isso mansa e pacificamente, por se tratar de uma obra em nome do desenvolvimento do Brasil, que foi construída pelo maior mineiro, Juscelino Kubitschek, que, simplesmente, representa o Brasil. Naquela época, o Ministério Público pouco atuava. Não havia as entidades ambientais que hoje trabalham em prol da natureza. Agora, enquanto não salvam o último calango ou a última perereca, não fecham um lago mais. Naquela época, simplesmente mandavam água para cima das pessoas, como se nada representassem.

Fomos tocados de nossas casas, porque, em três dias, nossa cidade de Guapé desaparecia sob a fúria das águas. Hoje estamos presenciando uma situação pior do que aquela. Hoje os homens têm inteligência e têm a televisão, a mídia, para alardear o que se passa, coisa que não havia naquela época.

O grande Governador Itamar Franco levantou a bola, falou alto, levantou a voz de Minas. Agora, cumpre-nos unir a fala ao grito desse homem e lutar contra a privatização de Furnas, que é algo pior do que a inundação da época de 1963 e que não podemos permitir jamais. O que se passa nesta Casa, hoje, é simplesmente o semear da semente contra a privatização. Porque não é nesse ambiente de ar-condicionado, de água mineral e cafezinho que vamos resistir à privatização de Furnas. Por quê? Porque o rolo compressor de D. Fernando II não pára. D. Fernando II está comprometido, porque, hoje, os homens públicos não estão mais ligados pela inteligência ou pelo ideal. Nós, mineiros, ainda temos homens dignos para lutar contra essas privatizações. Então, estou dizendo que não é nesse ambiente que faremos isso. O grande Governador Itamar Franco já levou as tropas para a região de Furnas e Capitólio, já fez demonstrações, e a Polícia Militar está sabendo do que se passa na região. Precisamos, neste Estado, cheio de montanhas, nos entrincheirar, como disse o Governador, e lutar com unhas e dentes, para resistir a esse rolo compressor que vem de Brasília, ditado pelo FMI. Temos de resistir e resistir, porque, do contrário, se ficarmos só nesse blabláblá, só nessa conversa, vão privatizar, porque desconhecem o que estamos falando aqui. Temos de lutar com unhas e dentes, ir para as trincheiras e não permitir que isso aconteça. Temos de nos juntar a Itamar Franco, arrombar o dique em Capitólio e desviar as águas para o São Francisco, se preciso for. Quero ver essa "gringalhada" levar o nosso lucro. Quê? Vamos mudar as águas e direcionar esse curso de rio, porque só assim daremos um basta nessa frescura internacional, que leva nosso dinheiro. Como diz o ditado, o homem sem dinheiro pisa de mansinho e fala sem coragem. E estamos perdendo a nossa dignidade; não somos mais um povo digno, porque não temos mais nossas riquezas. Somos colônia dos Estados Unidos e da Europa. Vamos dar um basta! Estamos fazendo isso no Sul de Minas e queremos vocês, da Grande BH e de todas as regiões de Minas - dessa Minas que são várias -, para que lutemos, ao lado de nosso Governador, para que não haja essa privatização. Muito obrigado.

#### Palavras do Senador José Alencar

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Senador José Alencar.

O Senador José Alencar - Presidente Anderson Adauto; ex-Vice-Presidente Aureliano Chaves; ilustre Secretário Souza Cruz, aqui representando o Governador Itamar Franco; ilustre Deputado Alberto Pinto Coelho, responsável por esse encontro; ilustre ex-Prefeita Luiza Erundina; meu amigo Deputado Vivaldo Barbosa; ilustre Prefeito Municipal de Belo Horizonte, grande homem público, Dr. Célio de Castro; Dr. Sérgio, Deputado Federal; lideranças sindicais; Deputados Estaduais; minhas senhoras e meus senhores, estamos assistindo ao início de uma grande mobilização nacional. De onde estava sentado pude ler aquela faixa: "Povo que não se mobiliza é povo morto, não tem raízes, não tem cultura e não tem história". Aqui, hoje, estamos todos de parabéns, pois deslocaram-se para Minas Gerais lideranças como Leonel Brizola, José Genoíno e Luiza Erundina. Está conosco essa grande liderança e homem público, com quem aprendemos a cultivar o sentimento nacional, o ex-Vice-Presidente Aureliano Chaves, e, também, a ilustre Deputada Maria do Carmo, Presidente do PT de Minas Gerais. Há, reunidos nesse movimento, que leva o nome do saudoso amigo Jorge Hannas, 71 dos 77 Deputados da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o que significa mais de 90% dos Deputados. Portanto, todos os matizes políticos estão representados. Isso nos faz lembrar a grande metáfora do estadista chinês Deng Xiao Ping: "Não importa a cor do gato, importa é que ele cace o rato", ou seja, não importa a coloração partidária, o que importa é que alcancemos o bem comum.

Meus amigos, hoje já não há mais a preocupação político-partidária, porque está em jogo o interesse nacional. Quando falamos de recursos hídricos no Brasil, temos que nos lembrar da exuberância da bacia Amazônica, formada pela união dos rios Negro, Solimões, Tapajós, Purus e Tocantins ao Amazonas. É uma das maiores, senão a maior bacia hidrográfica do mundo. A seu lado, estão os recursos hídricos das bacias dos rios São Francisco, Doce, Parnaíba e Grande, que, além da própria usina de Furnas, têm tantas outras. Nesse microfone esteve um representante sindical que nos apresentou o valor que foi pago na privatização de uma usina de São Paulo, ou seja, 1/4 do valor gasto para o seu financiamento por Bancos internacionais. Entretanto, esqueceu-se de que, nos custos de instalação, montagem e funcionamento de uma usina hidrelétrica, não está incluído o seu valor principal: o da água, sem o que não haveria condições de existência da usina. Esse recurso hídrico foi-nos dado por Deus, e não temos o direito de vendê-lo. Nem nos Estados Unidos da América, país que prima pela iniciativa privada, privatizam-se as hidrelétricas, que são fator de segurança nacional, sendo, portanto, estatais.

Até as usinas nucleares daquele país são privatizadas, mas não as hidrelétricas, porque são cômicos da importância dos recursos hídricos. Estamos vendo a maior transferência de renda de que se tem notícia na história republicana brasileira, renda do trabalho e da produção nacionais, em benefício do sistema financeiro internacional. As taxas de juros praticadas e com base nas quais é rolada a nossa dívida pública são onzenárias e absolutamente insuportáveis e não permitem para que o País recupere aquele tempo em que gerava oportunidades de trabalho para os jovens e para os pais de família.

Meus amigos, estamos sofrendo muito. O Brasil, há cinco anos, quando o Presidente Itamar Franco terminou seu mandato, crescia à taxa de, aproximadamente, 6% ao ano. Naquela época, a dívida pública interna correspondia a 1/8 da dívida pública interna de hoje. Naquele período, o nosso País empobrecer muito. Ao empobrecer o nosso País, estamos agravando o quadro social. Basta lembrar as taxas de desemprego com as quais estamos convivendo. Naquele momento, em que Itamar Franco saiu do Governo - com o mais alto índice de aplauso e de aprovação de toda a história republicana brasileira -, além do crescimento de quase 6%, verificávamos um exemplo de probidade no trato da coisa pública. Pois bem. Naquele período, de menos de cinco anos, multiplicamos por oito a nossa dívida. Ao mesmo tempo, entregamos o nosso patrimônio. Um exemplo simples é a Vale do Rio Doce, que foi criada por iniciativa de Getúlio Vargas, no Estado Novo. Essa empresa é um país; ninguém sabe, ninguém pode avaliar o preço de uma companhia como aquela. Foi vendida por três bilhões e qualquer coisa.

Naquele tempo, fizemos o cálculo e mostramos que esse valor foi suficiente para o pagamento de 17 dias de juros da dívida pública interna. Isso não é uma falácia. Qualquer um pode fazer o cálculo. Juntamente com a privatização dos sistemas telefônico, siderúrgico, petroquímico e até de estradas importantes - cujo pedágio que se cobra hoje pode ser até motivo de inquietação nacional, tendo em vista a irresponsabilidade das taxas cobradas -, estamos vendo o empobrecimento, porque tudo que foi apurado com as privatizações não é suficiente para o pagamento dos juros de janeiro a junho deste ano. Nos primeiros seis meses de 1999, pagamos mais de R\$80.000.000.000 de juros. Foi quanto se apurou com todas as privatizações que foram feitas.

Então, a solução não é privatizar. A solução é trabalhar, acreditar no Brasil, valorizar o seu povo, voltar a crescer, gerar oportunidades de trabalho para os jovens e pais de família. Não há nada mais cruel do que o desemprego, porque destrói a personalidade do cidadão perante a mulher, os filhos, e não podemos continuar convivendo com esse quadro. É preciso reagir. E a forma de reação é esta, é democrática, é o que estamos fazendo. Graças a Deus, temos o direito de pensar, falar, manifestar-nos e mobilizar-nos em defesa do interesse nacional. Não podemos, de forma alguma, abrir mão da nossa condição de cidadão brasileiro.

Por isso, meus amigos, o PMDB de Minas está presente não só pela sua Presidência, que tenho a honra de ocupar, mas também por outros companheiros Deputados e pelo próprio Presidente da Assembléia Legislativa, os quais estão encabeçando esse movimento, participando dele, que há de ser vitorioso, porque não podemos permitir que continuemos entregando a coisa pública brasileira. Temos que reagir, Presidente Anderson Adauto. Parabéns, Deputado Alberto Pinto Coelho, meus parabéns à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 71 Deputados. Vamos trazer os outros 6 que ainda não estão conosco, porque a causa é nacional. Muito obrigado.

#### Palavras do Deputado Federal Vivaldo Barbosa

Presidente Anderson Adauto, saúdo em V. Exa. todos os Deputados Estaduais desta Assembléia Legislativa, que organizaram essa frente, que, sem dúvida, há de marcar uma época expressiva nas lutas sociais e patrióticas do povo brasileiro. Grande personalidade da vida nacional, Sr. Aureliano Chaves, cuja estima e respeito batem muito forte em nosso peito; Prefeito Célio de Castro; Senador José Alencar; ex-Prefeita e líder Luiza Erundina e todos os demais companheiros desta Mesa; este ato é mais do que a instituição da Frente em Defesa de Furnas, é mais do que um ato na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, é mais do que um ato do povo mineiro, é mais do que a defesa de Furnas, é mais do que um ato contra a privatização de Furnas - é um ato em defesa das águas, como patrimônio da nacionalidade. É um ato em defesa da nacionalidade brasileira. E temos que somar a este muitos outros e temos que somar a este encontro muitos outros e temos que nos encontrar em muitas partes do País. A Nação está ameaçada. A Pátria está ameaçada, e daqui, de Minas, partiu um grito de muita expressão, que vai ficar marcado na história deste País. O Governador Itamar Franco, há pouco tempo, proclamou que as águas são nossas. Há muito nesse País despossuído, esse povo despossuído, o País sem senso de propriedade e patrimônio, os governantes entregando o País sem o mínimo respeito a si mesmos, entregando o patrimônio, e nós sem o senso e o sentido de nossas coisas. Foi importante o Governador Itamar Franco ter proclamado que as águas são nossas, constituem nosso patrimônio.

Exatamente aqui, nesta configuração geográfica de Minas, produzem-se as águas que caminham para o Norte, para o São Francisco, e vão ser a bênção do povo do Nordeste e do Norte de Minas como fonte energética, como água para todos os usos.

E é para aqui também, onde essas águas são geradas e caminham para o Sul como grande fonte de energia para o desenvolvimento e a industrialização de todos os Estados do Sul, sem dúvida alguma, como proclamou aqui o Governador Leonel Brizola, sobre um Estado como este, com essas condições físicas, e um povo com as tradições e a carga histórica que carrega, que todos nós, do Brasil inteiro, estamos voltados.

A nossa presença aqui, hoje, é em nome da Frente Parlamentar em Defesa do Brasil que articulamos no Congresso Nacional, ao longo deste ano, e que recém-instituímos, integrada pelo Virgílio Guimarães, nosso dirigente; pelo Senador José Alencar, também nosso dirigente; pela Luiza Erundina, pela Maria do Carmo, por todos os integrantes aqui presentes.

Queremos expressar não apenas a nossa solidariedade, mas, mais do que isso, a nossa integração nessa luta. Queremos dizer que, para nós, Deputados Federais, Senadores da República, 132 parlamentares que somos, integrantes dessa Frente, de todos os partidos com assento no Congresso Nacional, estamos integrados nessa luta, que é a defesa das águas, patrimônio do povo brasileiro. É a nossa luta maior neste instante. E sabemos que estamos com os olhos voltados para Minas, para a sua história, para a sua tradição e, acima de tudo, para os seus homens públicos: Deputados Estaduais e Federais, Secretários, Governador, as personalidades presentes na luta nacional. Estamos de olhos voltados para Minas. Vamos que, de Minas, podemos reencontrar uma luta de libertação deste País, uma luta de busca do sentimento de brasilidade, uma luta em busca da defesa do que é nosso, do nosso patrimônio, com o que podemos construir uma sociedade mais justa, porque temos território, natureza benéfica, riqueza suficiente e um povo laborioso, que, se um dia for dignificado, se um dia for reconhecido, há de construir uma Nação digna de si e do respeito do mundo. Vamos todos a essa tarefa. Muito obrigado.

Palavras da Deputada Federal Luiza Erundina

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Deputada Federal Luiza Erundina, que falará, também, em nome do Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Sr. Célio de Castro.

A Deputada Federal Luiza Erundina - Sr. Presidente, Deputado Anderson Adauto, queria dizer da minha honra e do privilégio que é falar, neste ato, em nome do PSB, que tem na sua direção essa figura emblemática da luta pela democracia no Brasil, que é o Governador Miguel Arraes. Ele, certamente, teria muito prazer em aqui estar, e nós temos a honra e o privilégio de representá-lo. Honra, também, privilégio e responsabilidade de falar em nome dessa figura extraordinária do Prefeito de Belo Horizonte, que é o companheiro Célio de Castro. E me atribuo também a tarefa e a responsabilidade de falar em nome das mulheres, já que fui a única voz feminina a se ouvir neste Ato. E as mulheres, Sr. Presidente, têm muito que dizer. As mulheres têm muito que contribuir numa luta como esta, porque somos mais da metade da sociedade, somos mais da metade dos eleitores, somos as maiores vítimas, junto com as crianças e os adolescentes, pelos efeitos perversos dessa política neoliberal que está a punir os trabalhadores, o povo brasileiro.

Sr. Presidente, enquanto ouvia os oradores, lembrava-me de outros atos. Há anos, nesta mesma Casa, com a presença de muitos dos que aqui estiveram, como o ex-Vice-Presidente Aureliano Chaves, como o ex-Governador Leonel Brizola e tantos outros que aqui estiveram fazendo um ato semelhante em defesa da USIMINAS, que lamentavelmente não conseguiu ser salva porque não houve mobilização suficiente para se dar um basta à sanha assassina e criminosa desse Governo brasileiro que não preserva os nossos interesses, e que vende a Nação brasileira aos interesses do capital internacional.

Falar por último, Sr. Presidente, tem a desvantagem de ter pouco a acrescentar aos discursos competentes, aos argumentos convincentes, aos dados técnicos objetivos, capazes de convencer a quem pensa a partir da sua inteligência e da sua razão quanto de irracional tem essa política privatista do Governo Fernando Henrique Cardoso. Falar por último também tem a desvantagem de já encontrar um público cansado. Temos a responsabilidade de apontar caminhos e saídas a partir desse ato, porque não podemos ficar nos espaços fechados dos parlamentos. Não podemos ficar entre quatro paredes, por mais convincentes que sejam os discursos que façamos. Se não sairmos daqui com uma pauta de luta, com capacidade de mobilização da sociedade brasileira em torno dessas questões, não teremos eficácia com relação a atos e iniciativas como esta.

Mas queria saudar essa iniciativa porque é um ponto de partida, uma indicação de saída, um instrumento de luta a serviço da salvação de Furnas, a serviço da salvação de CHESF, a serviço da salvação do Brasil, que é lutar contra a privatização dessas estatais.

Ninguém, talvez como eu, tem a sensibilidade em torno desta causa. Sou nordestina, sou filha de camponeses sem terra, de uma família que migrou várias vezes por causa da seca, sei o que é não ter água para beber, sei o que é não ter alimento para comer, sei o que vale o rio São Francisco para o Nordeste. Imaginar, mesmo em uma remota perspectiva, colocar este patrimônio público, este bem natural, este monopólio natural, que são as águas nos nossos rios submetidos à lógica do mercado, subordinados à lógica do lucro é algo inadmissível, Sr. Presidente. Certamente essa frente parlamentar é o primeiro grito para sairmos às ruas e darmos um basta a essa sanha assassina do Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, autoridades, colegas parlamentares, jovens, mulheres, crianças, adultos presentes a este ato, recebi a convocação para este ato como um grito.

E quando Minas lança o seu grito de guerra, o País escuta, o País adere e o País é justo. Esse é um grito de guerra que Minas lança à consciência nacional.

Vou pedir ao Secretário Sávio Souza Cruz, que o representa neste ato, que leve a Itamar Franco o meu testemunho do quanto o povo sofrido deste País, a periferia pobre das grandes cidades, o trabalhador rural do campo entende o discurso, a fala, o alerta do Governador Itamar Franco. Sabemos o que esse homem está fazendo, o que representa nesta conjuntura. Ele não está isolado. O povo está com ele. Ele é que está mais sintonizado com as questões essenciais e estratégicas nesse momento do País. Nós é que somos gratos a Itamar Franco, somos gratos a Minas, a esse povo generoso, que esteve na origem da luta pela independência deste País. Tiradentes é um símbolo de Minas e do Brasil. É sempre um apelo e um alerta e é, sobretudo, um apelo forte dentro de cada um de nós, das nossa consciência, em defesa da nacionalidade, da pátria e da soberania nacional. E é em Minas que temos de beber essa inspiração, força, garra, determinação, para lutar e vencer quanto à sanha assassina desse Governo Fernando Henrique Cardoso. Não podemos ficar apenas nas constatações. Temos de ir além dos discursos inflamados. Temos de sair às ruas. Temos de falar numa linguagem que o povo entenda. Os nossos discursos nem sempre conseguem chegar ao coração e à consciência do povo. Temos de desmistificar a nossa fala. Temos de falar para o coração da gente. E este povo, quando toma consciência e, sobretudo, consciência de seus direitos, de suas forças, e se organiza para lutar por esses direitos, sai da frente, que ninguém consegue deter a vontade heróica desse povo para lutar por sua soberania, por seus direitos, por sua cidadania. Pois bem, Sr. Presidente, autoridades, colegas parlamentares, meu povo de Minas, queria, como fala final, deixar sugestões de continuidade. Estamos, desde abril, tentando instalar uma CPI no Congresso Nacional, com o apoio dos parlamentares que aqui estiveram e de muitos outros que estão lá. Mas, lamentavelmente, não tivemos número suficiente para instalar a CPI, proposta desde abril, para apurar as irregularidades do programa de privatização deste País. E aqui vem o apelo: que saíamos fazendo assinaturas, abaixo-assinados pelas ruas, pelas praças, pelas periferias, pedindo uma CPI para verificar como se deram essas privatizações. Talvez isso seja um instrumento a mais para deter a privatização de Furnas, para deter a privatização da CHESP, da PETROBRÁS, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, que é o que nos resta. É o que resta do patrimônio que o povo construiu com muita dor, com muito trabalho, com muito sofrimento e muita luta. É hora de lutar, Minas, e vocês estão nos chamando para isso. Contem conosco, ajudem-nos no Congresso, nas ruas, nas praças, no Nordeste, no Sul, onde for, para salvarmos o Brasil. Salvemos Furnas! Salvemos o Brasil!

Leitura de Carta

O Sr. Presidente - A Presidência gostaria de fazer a leitura de uma carta do Presidente Nacional do PT, José Dirceu. Trata-se de uma nota contra a privatização de Furnas. (- Lê:)

"O Governo Federal tem anunciado que irá privatizar a empresa Furnas Centrais Elétricas. Aos 42 anos de existência, Furnas gera atualmente 40% de toda a energia consumida no Brasil, beneficiando 90 milhões de brasileiros. São mais de 8.000MW de potência própria instalada. Juntamente com a Itaipu Binacional, Furnas responde por 34% da energia elétrica consumida em Minas Gerais, 88% daquela consumida no Rio de Janeiro, 95% da consumida em Brasília e 45% da consumida em São Paulo. Alienar esse patrimônio é um crime contra os interesses da Nação e do povo brasileiro e significa colocar nas mãos da iniciativa privada um setor estratégico para o País.

O Governo Fernando Henrique mente quando diz que os recursos arrecadados com a privatização serão investidos no campo social. A venda de empresas siderúrgicas, de telefonia, de transporte ferroviário e de outros setores não provocou qualquer aumento, ao contrário do que prometeu o Governo, nos investimentos em saúde, educação e outros serviços públicos. Nada indica que com Furnas será diferente. A privatização dessa empresa atende única e exclusivamente aos interesses do capital internacional, já que os recursos obtidos serão destinados ao pagamento de juros da dívida externa.

Por esses motivos, o PT é radicalmente contra a privatização da Furnas Centrais Elétricas. O PT também se solidariza com o Governador Itamar Franco, que é contrário à venda da empresa, e com o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Anderson Adauto, representando todos os parlamentares que compoem a Frente Parlamentar Jorge Hannas contra a Privatização de Furnas.

O PT participa deste ato, através de várias lideranças locais e nacionais, e soma-se aos esforços do povo mineiro, através de seus legítimos representantes, na defesa das bacias hidrográficas de Minas, que se confunde com a defesa do seu povo, seu presente e seu futuro. Brasília, 10 de dezembro de 1999. José Dirceu, Presidente Nacional do PT".

Meus amigos, acredito que, depois de tudo o que ouvimos, não temos dúvida em afirmar que somos o fermento. É com a responsabilidade de sermos fermento que temos de aumentar essa massa de consciência, essa massa de conscientização, de nacionalidade, de brasilidade. Na condição de fermento, temos de fazer com que aumente o respeito a tudo aquilo que é nosso, fazer com que aumente o sentimento de que nós, única e exclusivamente, nós, brasileiros, temos a responsabilidade de lutar e defender aquilo que é nosso.

A Presidência manifesta seus agradecimentos, em nome da Frente Parlamentar Jorge Hannas, em nome de todos os Deputados que compõem esta Casa, às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença. Agradece, ainda, a presença da família do nosso saudoso ex-Deputado Jorge Hannas.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de segunda-feira, dia 13, às 14 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 10/12/99

Presidência dos Deputados Anderson Aduino, Antônio Júlio e Olinto Godinho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Durval Ângelo; aprovação da ata - Questões de ordem; discurso do Deputado João Leite - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Discursos dos Deputados Durval Ângelo e Adelman Carneiro Leão - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 181/99; requerimento do Deputado Hely Tarquínio; deferimento; votação do projeto, salvo emendas e destaque; aprovação; votação das Emendas nºs 1 e 2, salvo destaque; aprovação; leitura da Emenda nº 3; votação; rejeição; leitura da Emenda nº 4; votação; rejeição; leitura da Emenda nº 5; votação; rejeição; leitura da Emenda nº 6; votação; aprovação; verificação de votação; rejeição; leitura da Emenda nº 7; votação; aprovação; leitura da Emenda nº 8; votação; aprovação; leitura da Emenda nº 9; votação; aprovação; votação da Emenda nº 2; discurso do Deputado Antônio Carlos Andrada; rejeição; ratificação da rejeição; declaração de voto - Questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião - Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 166/99; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 373/99; requerimento do Deputado João Leite; deferimento; discurso da Deputada Maria Tereza Lara; votação do projeto, salvo emendas e destaque; aprovação; votação das Emendas nºs 5 e 6 e das subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 1 e 3, salvo destaque; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 4 e 7; votação da Emenda nº 6; rejeição - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 396/99; votação do Substitutivo nº 2; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 499/99; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 3 e 5; votação das Emendas nºs 1, 2 e 4; rejeição - Votação, em 1º turno, do projeto de Lei nº 678/99; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 51/99; discurso do Deputado Sebastião Navarro Vieira; requerimento do Deputado Rêmolo Aloise; deferimento; votação do projeto, salvo emendas e destaque; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 3, salvo destaque; aprovação; votação das Emendas nºs 4 a 19; aprovação; votação da Emenda nº 1; rejeição; declarações de voto - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 484/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 16/99; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Rêmolo Aloise; aprovação do requerimento - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 700/99; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 267/99; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 a 5 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 503/99; aprovação com as Emendas nºs 1 a 3 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 512/99; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 78/99; designação de relator; utilização do prazo regimental para a emissão de parecer - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 117/99; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 170/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 209 e 350/99; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 363/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 374/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 410/99; apresentação das Emendas nºs 5 a 9; prejudicialidade do inciso IX da Emenda nº 6; não recebimento de emenda do Deputado Paulo Piau; questões de ordem; suspensão e reabertura da reunião; prorrogação da reunião; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Andrada e Dinis Pinheiro; deferimento; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 4; aprovação; votação da Emenda nº 6; aprovação; votação da Emenda nº 7; aprovação; verificação de votação; inexistência de "quorum" para votação; anulação da votação; questão de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de "quorum" para votação; renovação da votação da Emenda nº 7; aprovação; votação da Emenda nº 8; aprovação; declaração de voto - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 444/99; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; declaração de voto - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 533/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno, declarações de voto - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 665/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Adelman Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Márcio Cunha, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho oportuna a leitura dessa ata, no dia 10 de dezembro, porque hoje é o dia em que o mundo comemora mais um aniversário da Declaração dos Direitos Humanos. Portanto, hoje é considerado o Dia Universal dos Direitos Humanos.

No momento de discussão da ata lida hoje, dia 10, gostaria de fazer uma breve reflexão, que deverá constar na próxima ata. Nunca vimos, no mundo, falar-se tanto em direitos humanos como hoje. Fala-se em direitos individuais, direitos coletivos, direitos sociais, mas, contraditoriamente, nunca se desrespeitaram tanto os direitos humanos como em nossos dias.

Quero que fique registrado, Sr. Presidente, que a raiz de todo esse desrespeito está na impunidade. Se realmente as autoridades, policiais ou não, fossem responsabilizadas pela violação dos direitos humanos, no seu âmbito de atuação; se realmente os Governos respeitassem e cumprissem os direitos fundamentais, os direitos sociais, como são garantidos, a saúde, a educação, a moradia, a segurança pública, muita coisa poderia ser diferente.

O Dia Internacional dos Direitos Humanos não pode passar em branco nesta Assembléia Legislativa. Temos de realizar uma reunião extraordinária, numa sexta-feira, num dia em que geralmente não há atividade nesta Casa, lembrando-nos da questão do desrespeito aos direitos humanos neste País e neste Estado.

Num momento de crise social, em que se agravam o processo de exclusão e as contradições sociais, em que temos 13 milhões de desempregados e temos que conviver, nesse final de década e, poderíamos dizer, de século, com um dos maiores índices de não-investimento em saúde, educação e áreas sociais, acho que temos uma responsabilidade.

E, neste dia, devemos fazer uma reflexão nesta Casa. A responsabilidade de discutir direitos humanos não pode ser algo restrito só a uma comissão. A comissão traz a debate as grandes questões de desrespeito aos direitos humanos, mas toda a Casa, todas as comissões, todo o trabalho deste Poder Legislativo tem de ser para denunciar e propor soluções para que caminhemos, neste final de milênio, rumo a uma sociedade em que direitos humanos não seja uma expressão vã, um simples mote para debates ou um "slogan" adotado por alguém em campanha, por um Governo ou por alguma pessoa que acha que o tema é interessante de ser ouvido pela maioria da sociedade.

É importante que façamos essa reflexão neste Dia Internacional dos Direitos Humanos e que saibamos qual é a nossa responsabilidade. Eu gostaria também de fazer um registro e um convite. Na próxima segunda-feira, dia 13/12/99, às 13 horas, três dias após a comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, estará sendo ouvido, no fórum de Belo Horizonte, o policial que agrediu e matou, no Aeroporto da Pampulha, há um ano, o vidraceiro e jovem trabalhador paulista Marcelo. Estaremos lá, junto com diversas entidades, e estamos fazendo o convite para pedir justiça diante do fórum. É um absurdo que, ao comemorar mais um aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda aconteçam crimes bárbaros, como o ocorrido contra o Marcelo. Então, fazemos esse convite a todos os Deputados e à Comissão de Direitos Humanos. Que, neste Dia Internacional dos Direitos Humanos, façamos essa reflexão, e que o caso do Marcelo seja um símbolo dessa luta em favor dos direitos humanos e em defesa da vida, a fim de que tenhamos uma sociedade mais justa e que a expressão direitos humanos seja valorizada e seja uma prática constante nesta sociedade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há retificação a ser feita; está aprovada a ata.

#### Questões de Ordem

O Deputado Dinis Pinheiro - Sr. Presidente, gostaria de saber em que artigo o senhor se baseou para retirar o Projeto de Lei nº 89/99 da pauta.

O Sr. Presidente - O art. 82, inciso VII, do Regimento Interno é bastante claro: "Compete ao Presidente da Assembléia, além de outras atribuições, organizar e anunciar a ordem do dia, podendo ouvir as Lideranças". Tínhamos um acordo firmado ontem pela maioria dos Líderes desta Casa, e esperamos que ele prevaleça também no dia de hoje. Nessa linha de raciocínio, com os Líderes compreendendo a necessidade de buscarmos a votação do maior número de projetos, é fundamental, para que isso possa acontecer, que sejam colocados na pauta aqueles projetos que são acordados entre as várias Lideranças desta Casa ou pelo menos entre a maioria absoluta delas. O mesmo não aconteceu com relação ao projeto de V. Exa. Eu, particularmente, nem estava em Plenário ontem - tive de ir a uma audiência com o Governador -, mas acredito que V. Exa. estava e percebeu que, de todos os projetos colocados em pauta, o único que não obteve o consenso preestabelecido pelas Lideranças foi exatamente aquele cuja retirada V. Exa. questiona. Então, se a Presidência não o incluiu hoje, é exatamente porque estamos num processo de excepcionalidade, trabalhando numa sexta-feira, numa reunião extraordinária, com o objetivo de fazer a votação do maior número de projetos, e não foi possível incluir o projeto do interesse de V. Exa. na pauta.

O Deputado Dinis Pinheiro - Sr. Presidente, entendo que organizar os trabalhos seja, acima de tudo, respeitar o Regimento. E eu não vi, não passou pelas minhas mãos esse acordo de Líderes. Não vi o Líder do meu partido testemunhar ou assinar esse acordo. Também não vi o Líder do PFL participando desse acordo. Então, entendo que essa atitude é arbitrária, anti-regimental, ilegal, incorreta, leviana e precipitada por parte do Sr. Presidente. E vou além: no dia de ontem, tivemos aqui diversos pronunciamentos. Mas prefiro entender que os pronunciamentos do Deputado Adelmo Carneiro Leão, do Deputado Durval Ângelo e do Deputado João Leite não sejam tendenciosos nem parciais. Prefiro acreditar na ingenuidade, no desconhecimento, na falta de saber jurídico e de acompanhamento dos trabalhos por parte desses Deputados, principalmente desses três Deputados, que estiveram aqui na legislatura passada e que, pelo visto, desconhecem uma lei que eles próprios aprovaram, que é a Lei nº 12.919.

Para esclarecer aos Srs. Deputados, é necessário um estudo detalhado, correto e mais cauteloso com a assessoria para comprovar que qualquer titular que se habilitar ao concurso terá, sim, condições de atingir 20 pontos, se tiverem percorrido uma caminhada difícil, que consiste em 10, 15, 20 anos, em títulos e mais títulos, enfim, uma maratona recheada de adversidades. Portanto, não há nenhuma novidade no projeto apresentado pelo Deputado Miguel Martini. O que existe, isso, sim, é uma redistribuição dos pontos. E estou fazendo esse esclarecimento, aqui, aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas, ao Presidente e à imprensa para que não paire dúvida alguma sobre a honradez e hombridade dos senhores parlamentares que ontem manifestaram, quase que por unanimidade, sua vontade de aprovar esse projeto.

Por outro lado, estamos também colocando alguns critérios e normas que consideramos justos, como a de que nenhum parente de titular de cartório esteja na comissão examinadora. Acho esse critério muito justo. Entendemos também que as provas deveriam ser aplicadas em todo o Estado de Minas Gerais. Por que essas provas não poderão ser feitas em Valadares, em Manhuaçu, em Manhumirim? Por que essa discriminação?

Portanto, os pronunciamentos a que assistimos aqui, ontem, foram pautados pela levandade, pela precipitação, pela falta de conhecimento jurídico. É necessário que esses Deputados estudem mais os projetos que tramitam na Casa, para que não externem opiniões infundadas como a que ontem tivemos oportunidade de ouvir. Talvez isso tenha acontecido pela vaidade e pela vontade de aparecer na mídia, percorrendo esse caminho triste que mostra o despreparo desses Deputados, mais apegados à mídia que ao próprio papel do legislador, que é o de fiscalizar e de elaborar leis para ajudar aqueles que precisam.

Então, é com muita tranqüilidade que estou defendendo aqui os titulares de cartórios. Se existem 10, 15 ou 20 titulares de cartório ganhando muito dinheiro aqui, em Belo Horizonte, que seja apresentado um projeto para acabar com essa distorção. Mas defendo com alegria e determinação aqueles que estão no interior (...)

O Sr. Presidente - O tempo de V. Exa. já se esgotou.

O Deputado Dinis Pinheiro - Eu quero terminar, Sr. Presidente, já que o senhor está cumprindo o Regimento, solicitando que seja também benevolente e generoso, deixando...

O Sr. Presidente - O tempo de V. Exa. está esgotado.

O Deputado Dinis Pinheiro - Ficam aqui, então, as minhas palavras de repúdio à insensatez, ao desequilíbrio dos Deputados João Leite, Durval Ângelo e Adelmo Carneiro Leão, que presenciaram e participaram da aprovação da Lei nº 12.919. Queremos, sim, o concurso, mas um concurso justo, correto e que possa atender aqueles que mais precisam.

O Deputado Sebastião Costa - A minha questão de ordem é uma questão que sei que não pode ser respondida agora, mas tenho a certeza de que a assessoria de V. Exa. poderá fazê-lo, oportunamente.

Gostaria de saber quais os critérios adotados para os convênios da interiorização da TV Assembléia. Gostaria de saber como foram elaborados e se neles figura a possível participação da Oposição, e se não pode, por quê? São as considerações que gostaria que V. Exa. pedisse à assessoria que nos respondesse, oportunamente, mesmo porque, como parlamentar, devo satisfação aos municípios onde fui votado. Tenho a certeza de que muitos deles foram atendidos, até mesmo sem que eu tivesse conhecimento.

O Sr. Presidente - A Presidência responderá, oportunamente, a questão de ordem formulada por V. Exa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Não gostaria de polemizar, mas a falta de conhecimentos jurídicos de minha parte, ou dos Deputados Durval Ângelo e Adelmo Carneiro Leão, não é a falta de saber jurídico do Presidente da OAB, que se manifesta, nesse projeto, totalmente contrário a esse substitutivo que tenta facilitar a permanência das

peessoas que ocupam os cartórios.

Então, gostaria de dizer que acompanho o parecer da OAB e do Supremo Tribunal Federal, que já se manifestaram em relação a esse tema. Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Fase da 2ª Parte da reunião, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase da ordem do dia.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que o Governador do Estado vai encaminhar a esta Casa projeto de lei que cria o Instituto de Terras de Minas Gerais e projeto de lei que dispõe sobre a concessão de benefício securitário aos policiais civis e militares, aos militares do Corpo de Bombeiros e aos agentes penitenciários do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, fui citado pelo Deputado Dinis Pinheiro. Penso que não só eu, mas também toda a Bancada do PT, sempre tivemos muita transparência na questão do projeto dos cartórios. Não é uma matéria nova que chegou a esta Casa. É uma matéria que já estamos apreciando pela quarta vez. Então, haja insistência de quem está defendendo essa sistemática para efetivação dos titulares de cartório, a título precário, e também coerência dos que sempre foram contra esse projeto e a forma como foi apresentado.

Fica parecendo que a intervenção do Deputado Dinis Pinheiro, chamando de insensato a mim, ao Deputado Adelmo Carneiro Leão e ao Deputado João Leite, não é uma colocação correta. Penso que, muito pelo contrário, defendemos, nesse projeto, a sensatez. E a sensatez fundamentada, primeiro, num princípio legal. A Constituição garante que todos são iguais perante a lei. Ninguém é mais do que o outro. Todos têm de ter acesso ao cartório. E a possibilidade de acesso tem de ser igual para todos. Aí vem a grande questão. Esse projeto peca, fundamentalmente, por isso, porque atribui à prova prática 70% e à prova escrita, 30%.

Então, não vamos ter titulares, mas os práticos de cartório. É evidente: alguém que está num cartório, hoje, acostumado com aquelas funções, tendo controle da sua atividade, numa prova prática, será privilegiado.

Também é duvidosa a forma como será aplicada essa prova prática. Há dificuldade em se avaliar uma prova prática. Por isso, hoje, em muitos lugares, ela já foi excluída. É muito subjetiva. Ao mesmo tempo, nas universidades onde ainda se mantém essa sistemática da prova prática, o peso é 100 para uma e 100 para a outra, sendo o resultado a média entre as duas.

E a prova não pode levar, como está expresso no projeto, a prática em um determinado cartório. Prova prática é uma aula geral, que independe do tempo de serviço do profissional que está concorrendo àquela vaga. Então, aí, há uma distorção: 70% da prova prática e 30% de conhecimento.

Além disso, existe um "plus". No parlamento, as pessoas gostam muito disso. Com esse "plus", a pessoa pode chegar a ter de 5% a 40% de pontos extras por tempo de serviço naquele cartório. Então, além dessa distorção de 70% e 30%, há um limite de 40% nesse "plus".

Imaginemos o seguinte: um cidadão comum, um bacharel em direito que concorrer a uma vaga num cartório de imóveis de Belo Horizonte, que é o filé "mignon", que é um dos que estão no 401 - o de notas e de títulos de Belo Horizonte também é um dos que estão no 461 -, estaria concorrendo a 100 pontos numa prova em que alguém já poderia entrar com 70% e disputar 30%, e ainda já tendo um extra por tempo de serviço de até 40%.

Ora, esse é um jogo de cartas marcadas. Não há concurso, não há disputa. Então, Deputado, acho que essa posição é de sensatez. Insensatos são aqueles que acham que podem criar um mostrengo, um "frankstein", um filme de horror, e achar que é correto. Esse projeto terá da Bancada do PT uma posição contrária, firme, radicalmente contrária, porque achamos que não estamos ajudando a ninguém.

E esperamos também que o Tribunal de Justiça, que se omitiu durante todos esses anos, agora se manifeste. Sabemos que um dos Desembargadores nomeados ontem, por honestidade, vai pedir para se manifestar, porque seu filho ocupa um cargo em cartório a título precário. Atitude bonita desse Desembargador. Também será hoje nomeado um novo relator do processo. Então, vocês vêem porque o Tribunal de Justiça demorou tanto a fazer esse concurso. Não precisaria de uma manifestação da Assembléia para isso.

Assim, Deputado, acho que a posição do Deputado João Leite, do Deputado Adelmo e deste Deputado é, antes de tudo, mais que sensata.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Em razão das reflexões do Deputado Dinis Pinheiro, primeiramente, gostaria de lhe dizer que reconheço perfeitamente que não sou depositário de conhecimento jurídico. Não sou formado nessa área, mas tenho bom-senso. E por ter falta de conhecimento na área, consulto pessoas especialistas. As pessoas especialistas que consultei, Deputado, disseram-me que seu projeto é absolutamente inadequado, inconstitucional e até imoral. Se pudermos fazer um julgamento de valores, perceberemos que agride o princípio da isonomia, da igualdade de oportunidades para todos. É essa a questão.

Insensato - se pudermos reportar ao Evangelho - é aquele que constrói o seu castelo sobre areia. A aprovação desse projeto, se eventualmente sua votação ocorrer, será uma atitude de construção de castelo sobre areia, porque virão os ventos, as tempestades, que o farão ir água abaixo. E a primeira será uma ação de inconstitucionalidade que iremos encaminhar ao Supremo Tribunal. Verá, Sr. Deputado, que o caminho é outro.

Assim, quero apenas deixar registrado que os termos, as afirmações feitas pelo nobre Deputado, apesar de competente, conhecedor dos mais diversos e profundos caminhos jurídicos, não têm consistência. Por isso não podemos admitir, definitivamente, que esse projeto prospere nesta Casa.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 181/99, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a Justiça de Paz. Está em regime de urgência. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. O projeto recebeu emendas no decorrer da discussão, que serão votadas independentemente de parecer nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno. Sua leitura será feita no momento oportuno. Vem à mesa, requerimento do Deputado Hely Tarquínio, que solicita a votação destacada da Emenda nº 2. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII art. 232, do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas e destaque. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2, que receberam parecer pela aprovação, salvo destaque. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. A Presidência solicita ao Sr. Secretário, que proceda à leitura da Emenda nº 3.

O Sr. Secretário (Deputado Antônio Carlos Andrada) - (- Lê a Emenda nº 3 ao Projeto de Lei nº 181/99, publicada na edição de 11/12/99.)

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 3, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. A Presidência solicita ao Sr.

Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 4.

O Sr. Secretário - (- Lê a Emenda nº 4 ao Projeto de Lei nº 181/99, publicada na edição de 11/12/99.)

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 4, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 5.

O Sr. Secretário - (- Lê a Emenda nº 5 ao Projeto de Lei nº 181/99, publicada na edição de 11/12/99.)

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 5, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 6.

O Sr. Secretário - (- Lê a Emenda nº 6 ao Projeto de Lei nº 181/99, publicada na edição de 11/12/99.)

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 6, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

O Deputado Márcio Cunha - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação. Para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votou "sim" um Deputado, votaram "não" 40 Deputados, não houve nenhum voto em branco. Está, portanto, rejeitada a Emenda nº 6. Com a palavra, o Sr. Secretário, para a leitura da Emenda nº 7.

O Sr. Secretário - (- Lê a Emenda nº 7 ao Projeto de Lei nº 181/99, publicada na edição de 11/12/99.)

O Sr. Presidente - A Presidência vai colocar em votação a Emenda nº 7, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Com a palavra, o Sr. Secretário, para a leitura da Emenda nº 8, sem parecer.

O Sr. Secretário - (- Lê a Emenda nº 8 ao Projeto de Lei nº 181/99, publicada na edição de 11/12/99.)

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 8, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda a leitura da Emenda nº 9.

O Sr. Secretário - (- Lê a Emenda nº 9 ao Projeto de Lei nº 181/99, publicada na edição de 11/12/99.)

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 9, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 2, destacada, que recebeu parecer pela aprovação. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Antônio Carlos Andrada.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezada assistência, embora essa emenda tenha recebido parecer pela aprovação, faço encaminhamento contrário, por entender que talvez tenha passado despercebida a importância do que se pretende tirar como competência do Juiz de Paz.

Juiz de Paz, o próprio nome já diz, é aquele que está presente para pacificar a comunidade, para participar e interferir nas pequenas questões do dia-a-dia, fazendo com que problemas corriqueiros sejam resolvidos sem necessidade de burocracia, formalismos e processos.

Está-se votando uma lei complexa. Está-se organizando, criando e regulamentando uma função e também o seu salário. É preciso que as competências do Juiz de Paz, que agora começam a ser regulamentadas, sejam válidas e tenham força perante a comunidade.

É preciso destacar, também, que o Juiz de Paz estará presente na grande maioria de distritos longínquos, onde os organismos estaduais não existem. Para facilitar a vida comunitária desses distritos é que o Juiz de Paz precisa ter o mínimo de função e de poder para fazer valer suas atividades.

Entre as competências previstas para o Juiz de Paz e que com essa emenda pretende-se sejam retiradas, estão as seguintes: "arrecadar bens de ausentes ou vagos, até que intervenha a autoridade competente"; muitas vezes, a autoridade competente, dada a distância do distrito, não consegue estar presente; "processar auto de corpo de delito em caso de ausência ou omissão da autoridade policial"; "prestar assistência ao empregado, quando não houver os órgãos previstos pela CLT"; zelar pela defesa do meio ambiente, vigilância ecológica de matas, rios e fontes, tomando as providências necessárias", ou seja, encaminhando o fato às autoridades; "intermediar acordo para a solução de pequenas demandas e ocorrências corriqueiras de trânsito", muitas vezes, é preciso viajar 30km ou 40km para procurar o Delegado de Trânsito, a fim de resolver um problema que, com uma simples intermediação do Juiz de Paz, poderia ser resolvido; "funcionar como perito em processos e exercer outras atividades judiciárias não previstas em lei, em comum acordo com o Juiz da Comarca", o Juiz é quem vai delegar essa função ao Juiz de Paz. São funções importantes que o Juiz de Paz precisa ter e que precisam ser mantidas. Por essa razão, peço a derrubada da emenda destacada.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 2, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação. Para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 14 Deputados, votaram "não" 22 Deputados, não houve voto em branco. Há seis Deputados nas Comissões, perfazendo o total de 42 parlamentares. Está, portanto, ratificada a rejeição da emenda. Está aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 181/99 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 7 a 9. A Comissão de Redação.

#### Declaração de Voto

A Deputada Maria José Hauelsen - Sr. Presidente, Srs. Deputados quero esclarecer o engano que cometi na votação da Emenda nº 6, a respeito da eleição do Juiz de Paz. A minha

intenção era votar "sim". Por engano, apertei a tecla "não".

Felizmente, o meu voto não alterou o resultado que desejava que acontecesse. Era o que tinha a dizer.

#### Questão de Ordem

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Sr. Presidente, eu solicitaria a V. Exa. a interrupção da reunião por 15 ou 20 minutos, para que pudessemos buscar entendimentos com a Oposição acerca de projetos que estão na pauta.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência suspende a reunião por 15 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a matéria a ser apreciada. Estão suspensos nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos nossos trabalhos.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 166/99, do Deputado Gil Pereira, que aprova acordo celebrado entre os Municípios de Januária e de Chapada Gaúcha, para modificação de limite territorial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Resolução nº 166/99 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Assuntos Municipais.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 373/99, do Deputado João Leite, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos policiais e carcerários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Direitos Humanos e de Administração Pública opinaram por sua aprovação. Emendado em plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação da Subemenda nº 1, que apresenta, às Emendas nºs 1 e 3, e pela aprovação das Emendas nºs 5 e 6, ficando prejudicadas as Emendas nºs 2, 4 e 7. Vem à mesa requerimento do Deputado João Leite, solicitando a votação destacada da Emenda nº 6. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII, do art. 232, do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, gostaria de dizer que também concordamos com o destaque da Emenda nº 6. Já conversamos com o autor da emenda, que concorda com a sua retirada. Como o autor não está aqui, propomos que ela seja derrubada, de acordo com o próprio autor.

Como foi dito pelo Deputado Durval Ângelo, estamos fazendo o 51º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos. Hoje à noite, às 18h30min, na Igreja São José, Dom Serafim celebrará uma missa em comemoração aos 20 anos da Comissão Pastoral dos Direitos Humanos.

É o momento oportuno para aprovarmos esse projeto do Deputado João Leite. Fomos relatora do projeto na Comissão de Direitos Humanos, e também a Comissão de Administração Pública discutiu a questão em profundidade. É um projeto de grande alcance social, porque estabelece o controle social das políticas públicas no sistema penitenciário. Sabemos que vamos contar com o apoio desta Casa para esse projeto. E, mais uma vez, quero dizer da importância de a Emenda nº 6 ser derrubada, porque o próprio autor, com quem conversamos há poucos minutos, está de acordo. Como ele não se encontra em Plenário para retirá-la, vamos propor a derrubada da Emenda nº 6 e a aprovação do substitutivo apresentado pela Comissão de Administração Pública.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas e destaque. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nº 5 e 6 e as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nº 1 e 3, que receberam parecer pela aprovação, salvo destaque. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 3, ficam prejudicadas as Emendas nº 2, 3, 4 e 7. Em votação, a Emenda nº 6, destacada, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 373/99 com a Emenda nº 5 e as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 1 e 3. À Comissão de Administração Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 396/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui, no âmbito da administração pública estadual, o Programa Estadual de Reciclagem de Papel. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1 e pela aprovação do Substitutivo nº 2, que apresenta. Nos termos do inciso IV do art. 279 do Regimento Interno, o Substitutivo nº 2 terá preferência na votação. Em votação, o Substitutivo nº 2. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 396/99 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Administração Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 499/99, da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Ivo José, que dispõe sobre a distribuição da quota estadual do salário-educação entre o Estado e os municípios. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça, e a Emenda nº 5, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 4, ficando prejudicadas as Emendas nºs 3 e 5. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Educação, para emitir parecer sobre a Emenda nº 6. A Emenda nº 6 foi retirada pelo autor na reunião ordinária de 2/12/99. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 3 e 5. Em votação, a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, que recebeu da Comissão de Fiscalização Financeira pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 2, da Comissão de Justiça, que recebeu, da Comissão de Fiscalização Financeira, pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 4, da Comissão de Justiça, que recebeu parecer da Comissão de Fiscalização Financeira parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 499/99 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 678/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a organização da Auditoria-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Administração Pública.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 51/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que institui o Código de Defesa do Contribuinte do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3 ao vencido em 1º turno. No decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto 16 emendas do Deputado Rêmolo Aloise, que receberam os nºs. 4 a 19. Nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, a Presidência vai submeter as emendas a votação, independentemente de parecer. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao encaminhar a votação, quero cumprimentar V. Exa., que abriu todo o espaço da Assembléia Legislativa e deu todas as facilidades necessárias para que esse projeto pudesse ser discutido com a sociedade.

Quero cumprimentar o Secretário da Fazenda, Sr. Trófia Reis, pelo seu espírito de compreensão, espírito público, com quem acabamos de ter um encontro, juntamente com o Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho.

Queremos esclarecer à Casa que foi feito um acordo com a Liderança do Governo e com o Sr. Secretário da Fazenda para que votemos o Código de Defesa do Contribuinte na sua inteireza, votando a favor das emendas apresentadas, com exceção da Emenda nº 1, que deverá ser rejeitada. Todas as demais devem ser aprovadas, assim como o projeto como um todo. Foi o que acertamos com o Líder do Governo e com o Secretário da Fazenda, que demonstrou, em nossa conversa, alto espírito público.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rêmoló Aloise solicitando a votação destacada da Emenda nº 1. A Presidência defere o requerimento, nos termos do inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas e destaque. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3, que receberam parecer pela aprovação, salvo destaque. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em votação, a Emenda nº 4, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 5, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 6, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 7, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 8, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 9, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 10, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 11, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 12, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 13, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 14, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 15, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 16, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 17, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 18, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 19, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 1, destacada, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado em 2º turno o Projeto de Lei nº 51/99 na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 2 a 19. À Comissão de Redação.

#### Declarações de voto

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, votamos favoravelmente ao projeto do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que institui o Código do Contribuinte do Estado de Minas Gerais, com exceção da Emenda nº 1, do Deputado Rêmoló Aloise, que apresentou 18 emendas. O Deputado Sebastião Navarro Vieira é dos mais brilhantes e atuantes parlamentares desta Casa, além de meu vizinho de região e meu amigo pessoal. Quero parabenizá-lo, nobre Deputado, pela exaustiva discussão que V. Exa. conseguiu imprimir em todo o Estado de Minas Gerais. De início, houve resistência da Secretaria de Estado da Fazenda e de associações de fiscais de Minas Gerais. Nós próprios tínhamos dúvidas sobre alguns pontos do projeto de V. Exa., os quais foram ampla e exaustivamente discutidos em todo o Estado, incluindo o Governo, agora na reta de chegada.

É um projeto inédito, que ganhou a simpatia de setores da Câmara Federal, que vieram conhecê-lo. Portanto, estão de parabéns o Deputado Sebastião Navarro Vieira e a Assembléia Legislativa, porque o projeto se reveste de algo peculiar que direcionou a atenção para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa votação é algo muito especial para esta Casa. Pudemos acompanhar todo o processo pelas audiências públicas realizadas em diversos municípios de Minas. Quero ressaltar, Sr. Presidente, o seu apoio, desde o início colocando a estrutura da Assembléia Legislativa à disposição, para que as audiências públicas fossem bem-sucedidas.

Quero parabenizar o Deputado Sebastião Navarro Vieira não só pela sua idéia, mas pela sua dedicação a esse projeto, a qual fez com que percorresse todas as audiências públicas, abrindo esse processo de ampla discussão democrática às partes interessadas. Essas discussões foram difíceis em diversos momentos, mas, graças à tenacidade do Deputado Sebastião Navarro Vieira, graças ao seu empenho, pudemos hoje chegar a esse entendimento, fazendo com que esse projeto fosse votado nesta Casa.

A Assembléia Legislativa cresce com esse projeto, um projeto inédito, que será, sem dúvida alguma, um modelo para outras Assembléias e até para o Congresso Nacional. Esta é uma manha de glória para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome da Bancada do PFL, gostaria de parabenizar o esforço do Deputado Sebastião Navarro Vieira e da Assembléia Legislativa, pelo seu Sr. Presidente. Vimos o esforço que fez para apoiar esse projeto, sobretudo as audiências públicas que foram realizadas no interior. Parabenizo também as instituições que ajudaram a discutir esse projeto no interior do Estado.

Para as pessoas que se manifestaram nas galerias, posso dizer que esse projeto foi exaustivamente discutido com toda a sociedade de Minas Gerais, dando oportunidade à comunidade mineira de opinar. Portanto, as vaias que ouvimos devem provir de pessoas que não quiseram participar, porque a oportunidade lhes foi dada.

Para finalizar, em nome da Bancada do PFL, quero parabenizar o nosso Líder, Deputado Sebastião Navarro Vieira, porque esse projeto, para quem não o acompanhou de perto, quebra o comportamento arcaico, tradicional, ditador da Secretaria da Fazenda e traz democracia para a relação entre o contribuinte e o Fisco. Isso é bom, evolutivo, e tenho a certeza de que Minas Gerais vai ganhar. Parabéns a todos os que se empenharam por essa aprovação! Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, gostaria não necessariamente de fazer declaração de voto, mas de dizer do meu reconhecimento a toda esta Casa; a V. Exa., que deu ampla abertura para que o projeto pudesse ser um projeto de Minas Gerais; ao Líder do Governo; aos Líderes de todos os partidos e a cada um dos Deputados; aos funcionários das comissões técnicas; aos funcionários que prestaram assessoria às audiências públicas para que, realmente, pudéssemos construir um projeto consentâneo com a vontade e com a aspiração do povo mineiro, consentâneo com o tempo novo em que vivemos no limiar do século XXI, quando procuramos aprimorar a democracia e resgatar a cidadania.

Sr. Presidente, agradecendo à V. Exa., agradeço a toda esta Casa por seus membros, por seus funcionários, e a toda a sociedade mineira, que conseguiu, junto comigo, fazer um bom projeto que valoriza Minas Gerais e que, tenho a certeza, vai fazer escola, vai se difundir por outras Assembléias Legislativas do nosso Brasil.

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 484/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 3º da Resolução nº 5.186, de 13/7/99, que dispõe sobre a garantia em operação de crédito entre o Estado e empresas públicas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos, encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 484/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 16/99, do Deputado Anderson Aauto, que dispõe sobre a reforma de militar por incapacidade física. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, solicitando o adiamento da votação. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aauto) - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 700/99, do Governador do Estado, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a criar a Medalha Coronel José Vargas da Silva e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 267/99, dos Deputados Rogério Correia e Márcio Cunha, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Social, criado pelo art. 134 da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda nº 33, de 18/3/98, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 5, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as

aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 267/99 na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 a 5. À Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 503/99, do Deputado Ermano Batista, que institui a obrigatoriedade de manutenção de departamento médico e de ambulância para atendimento do público que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 503/99 com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 512/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui a Defensoria da Pessoa Idosa. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 78/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, que limita o valor da multa de mora decorrente do inadimplemento da obrigação do pagamento pelo serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto da COPASA-MG. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer. Em função da ausência do Deputado Bené Guedes, que foi indicado relator em Plenário, a Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa novo relator o Deputado Wanderley Ávila. Indaga a V. Exa. se está em condições de emitir o seu parecer ou se fará uso do prazo regimental.

O Deputado Wanderley Ávila - Sr. Presidente, farei uso do prazo regimental.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 117/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que altera a Lei nº 10.360, de 28/12/90, que dispõe sobre a transferência para o Arquivo Público Mineiro dos documentos que menciona e dá outras providências. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 117/99 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 170/99, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel de sua propriedade ao Município de Santa Margarida. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º tuno, o Projeto de Lei nº 170/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 209/99, do Deputado Álvaro Antônio, que reconhece como estância hidromineral a localidade denominada Bom Jardim - Fazenda Esperança, no Município de Mário Campos. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 350/99, do Deputado Durval Ângelo, que autoriza o Poder Executivo a fazer reversão de imóvel de propriedade do Estado à Mitra Diocesana de Mariana. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 363/99, do Deputado Luiz Fernando Faria, que dispõe sobre o atendimento odontológico preventivo nas escolas estaduais. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 363/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 374/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que define o conceito de pessoa portadora de deficiência para fins de concessão de benefício, prioridade e equiparação de oportunidades sociais no âmbito do Estado, conforme especifica. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 374/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 410/99, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transporte - FUNTRANS. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

#### EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 410/99

##### EMENDA Nº 5

Dê-se ao § 1º do art. 7º a seguinte redação e acrescente-se o seguinte § 3º:

"Art. 7º - .....

§ 1º - O Presidente do Grupo Coordenador será eleito entre seus membros.

§ 2º - .....

§ 3º - As decisões do Grupo Coordenador só poderão ser tomadas pela maioria de seus membros.".

Sala das Comissões, de novembro de 1999.

Antônio Carlos Andrada

Justificação: Não se vêem razões para que a lei já determine que o Presidente do Grupo Coordenador seja o membro representante do gestor. Entendo ser matéria que deve ser combatida em nome da democracia. Por esta razão, o Presidente deverá ser eleito. Pelas mesmas razões, as decisões do Grupo Coordenador devem ser tomadas pela maioria dos seus membros.

##### EMENDA Nº 6

Incluam-se, no art. 7º, os seguintes incisos:

"Art. 7º - .....

I - .....

VIII - um representante da Polícia Militar;

IX - um representante da Associação Mineira de Municípios."

Sala das Comissões, de novembro de 1999.

Antônio Carlos Andrada

Justificação: Por razões óbvias, esses órgãos não podem deixar de compor o Grupo Coordenador do Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes, em razão de terem envolvimento operacional e territorial e serem grandes parceiros no sistema viário estadual.

#### EMENDA Nº 7

Inclua-se, no art. 2º, o seguinte inciso:

"Art. 2º - .....

I - .....

VIII - alocar os recursos necessários ao reaparelhamento do órgão policial encarregado da fiscalização e do controle do trânsito rodoviário e de socorrimento, em caso de acidente."

Sala das Comissões, de novembro de 1999.

Antônio Carlos Andrada

Justificação: É preciso que haja preocupação com o reaparelhamento do órgão encarregado da fiscalização e do controle do trânsito rodoviário; caso contrário, não poderá ele desenvolver suas atividades, com prejuízo para a conservação e recuperação das rodovias e a segurança das pessoas. Da mesma forma, o órgão deverá estar preparado para a prestação de socorro imediato e de urgência, em caso de acidente.

#### EMENDA Nº 8

Acrescente-se onde convier:

"Art. .... - Homologada a licitação para a obra a ser desenvolvida, caberá ao gestor do Fundo remeter à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

a) cópia do processo licitatório;

b) cronograma físico-financeiro da obra;

c) nominata dos engenheiros responsáveis pela execução e fiscalização da obra.

Parágrafo único - Semestralmente ou ao final de cada obra, o gestor do Fundo remeterá à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa demonstrativo de receitas e despesas com a obra em realização ou realizada, acompanhado de relatório sobre seu nível de execução, com a devida justificativa dos atrasos porventura ocorridos no cronograma físico-financeiro."

Sala das Reuniões, de dezembro de 1999.

Hely Tarquínio

Justificação: A emenda que se propõe tem por objetivo permitir ao povo mineiro, por meio de seus legítimos representantes, constante acompanhamento das obras rodoviárias que haverão de ser desenvolvidas pelo FUNTRANS, conferindo-lhes a desejável transparência.

#### EMENDA Nº 9

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. .... - Acresça-se ao § 1º do art. 8º da Lei nº 11.403, de 1994, o seguinte inciso VII e dê-se nova redação ao inciso I:

"Art. 8º - .....

§ 1º - .....

I - cinco representantes indicados pelo DER-MG;

.....

VII - um representante da Associação das Empresas de Transportes de Passageiros de Minas Gerais - ATEPAS -, indicado por seu Presidente;"

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 1999.

Dinis Pinheiro

Justificação: A emenda visa aumentar o número de integrantes do DER-MG no Conselho e fazer a ATEPAS integrá-lo. Com isto, estaremos ampliando o processo democrático do Conselho.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. No decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto cinco emendas: as do Deputado Antônio Carlos Andrada receberam os nºs 5, 6 e 7; a do Deputado Hely Tarquínio recebeu o nº 8; a do Deputado Dinis Pinheiro recebeu o nº 9.

A Presidência informa que o inciso IX contido na Emenda nº 6, do Deputado Antônio Carlos Andrada, está prejudicado, nos termos do inciso V do art. 284 do Regimento Interno, por conter matéria rejeitada em 1º turno. A Emenda nº 6 está sendo recebida sem esse inciso. A Presidência também deixa de receber, nos termos do inciso V do art. 284 do Regimento Interno, emenda apresentada pelo Deputado Paulo Piau, por conter matéria rejeitada em 1º turno (Emenda nº 7), cujo teor é o seguinte. (- Lê:)

#### EMENDA Nº 7

Acrescentem-se ao art. 7º os seguintes incisos VIII e IX:

"Art. 7º - .....

VIII - um representante da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de Minas Gerais - FETRAM -;

IX - um representante da Federação das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais - FETCEMG."

Sala das Comissões, de de 1999.

Paulo Piau

Justificação: A composição do grupo coordenador deve atender ao mínimo de representação exigida pela Lei Complementar nº 27, de 18/1/93, com as alterações da Lei Complementar nº 36, ou seja, deve conter, pelo menos, quatro membros; contudo, a lei não impõe limite máximo.

Entendemos ser democrática e salutar a participação da sociedade civil organizada, pois ninguém melhor que ela para apontar os problemas enfrentados pelo setor de transportes, propor soluções e acompanhar de perto a política implementada e a aplicação dos recursos públicos.

É importante ressaltar que a FETRAM é uma entidade sindical que congrega seis sindicatos de empresas de transporte de passageiros, representando um universo de 450 empresas, que dispõem de uma frota aproximada de 13 ônibus no Estado.

A FETCEMG é também uma entidade sindical, com atuação em todo o território mineiro, congregando os transportadores de carga do Estado por meio de sindicatos filiados, totalizando cerca de 3 mil empresas. Ambas as entidades participam do Projeto Economizar, que tem por objetivo reduzir o consumo de óleo diesel e a emissão de gases poluentes, gerando melhoria na qualidade do ar.

A FETRAM coordena, ainda, o Programa de Redução de Acidentes nas estradas - PARE -, em parceria com as seguintes entidades e órgãos: DER-MG, DNER, DETRAN-MG, PRF, PMMG, BHTRANS E SEST-SENAT, realizando diversas campanhas educativas para o trânsito.

Os segmentos da sociedade atuam diretamente na área e, com certeza, por terem maior vivência, podem oferecer melhor diagnóstico sobre a situação dos transportes de maneira geral.

Sendo justa e oportuna a medida proposta, esperamos contar com o apoio dos nobres pares à sua aprovação.

O Sr. Presidente - Nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, a Presidência vai submeter as emendas a votação, independentemente de parecer.

#### Questões de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, quero, neste momento, com a recusa dessas emendas, reafirmar que há, nesta Casa, Deputados de primeira, segunda, terceira e quarta. E acho que a posição da Mesa é equalizar a posição de cada Deputado. Não admito, em hipótese nenhuma, que o tratamento seja diferenciado, inclusive, passando por cima do Regimento Interno e acertando a vida de Deputados que são ligados ao Governo ou à Mesa. Fica o meu protesto veemente contra a atitude de V. Exa.

O Sr. Presidente - A Presidência se compromete em responder oportunamente ao Deputado Paulo Piau, com cópias a todos os Deputados, exatamente porque, no meu entendimento, o tratamento que está sendo dado aos Deputados é o mesmo. E a Presidência já solicitou à assessoria que faça os estudos para que o Deputado Paulo Piau possa ter resposta à sua questão de ordem.

O Deputado Rêmolo Aloise - Solicito a V. Exa. que suspenda a reunião por alguns minutos, só para entendimentos.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência suspende a reunião por 5 minutos, para entendimentos entre as Lideranças. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga a reunião por 45 minutos, a partir das 13h15min.

#### Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, sou obrigado a solicitar à V. Exa. a suspensão dos trabalhos por alguns minutos, para entrarmos em entendimento e continuarmos esse esforço concentrado, convocado por V. Exa., para o prosseguimento das votações.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência suspende a reunião por 10 minutos, para entendimentos entre as Lideranças. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos. Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, em que solicita seja retirada de tramitação a Emenda nº 5, de sua autoria, ao Projeto de Lei nº 410/99. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Dinis Pinheiro, em que solicita a retirada da Emenda nº 9 ao Projeto de Lei nº 410/99. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 4, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovadas. Em votação, a Emenda nº 6, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 7, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovada.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A fim de proceder à verificação de votação, a Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 20 Deputados. A Presidência torna sem efeito a votação da Emenda nº 7.

#### Questão de Ordem

O Deputado Antônio Andrade - Sr. Presidente, peço recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Paulo Pettersen) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 41 Deputados. A Presidência vai renovar a votação da Emenda nº 7, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 8, sem parecer. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 410/99 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 4 e 6 a 8. À Comissão de Redação.

#### Declaração de Voto

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, por havermos feito um acordo fechado, cabe informar que minha emenda é boa e interessante para o Governo, porque busca a transparência. Ela visa colocar no Fundo do transporte a sociedade civil. Isso é transparente, bom para o Governo, bom para Minas Gerais. A emenda não será aprovada, mas fica o compromisso de que trabalharemos um projeto, no próximo ano, para colocar a sociedade civil nisso. Sinto que devo dar essa satisfação à galeria. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência confirma as palavras do Deputado Paulo Piau. Houve, efetivamente, compromisso por parte da base de sustentação do Governo Itamar Franco nesta Assembléia, por parte do Líder do Governo e por parte da Presidência, em compromisso pessoal, para fazer com que não apenas esse Conselho, mas também todo recurso que vier a ser utilizado por qualquer órgão tenha a maior participação possível da sociedade civil. Isso garantirá transparência na aplicação dos recursos na prestação dos serviços públicos.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 444/99, do Deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a criação do Memorial de Direitos Humanos. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 444/99 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

#### Declaração de Voto

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, vale dizer que o projeto em pauta é muito importante, e, coincidentemente, há 51 anos, no dia 10 de dezembro, foi assinada a Declaração dos Direitos Humanos. É com alegria que lembramos, neste Plenário, que nosso País já tem um programa nacional de direitos humanos.

Esperamos que, depois de a Assembléia Legislativa retirar 500 propostas, tenhamos também o Programa Estadual de Direitos Humanos, como uma política definitiva para os direitos humanos no Estado de Minas Gerais. Esperamos que o Governador do Estado possa chamar a sociedade e aproveitar o trabalho da Assembléia Legislativa para termos uma política de direitos humanos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 533/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - PRÓ-CONFINS - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 533/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

#### Declarações de Voto

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Não poderia perder a oportunidade de, ao ver aprovado esse projeto que foi de nossa iniciativa e que computamos como sendo um projeto que vai contribuir e muito para o desenvolvimento dos municípios do entorno do Aeroporto de Confins, fazer um agradecimento público a todos os nossos pares que participaram das comissões temáticas para que esse projeto pudesse tramitar com o enriquecimento das contribuições e chegar a esta Casa ainda no encerramento desta legislatura, sendo aprovado em 2º turno. Os nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o êxito desse projeto.

O Deputado Agostinho Patrús - Sr. Presidente, na minha declaração de voto, gostaria de cumprimentar o Deputado Alberto Pinto Coelho pela iniciativa desse projeto, que, na realidade, vai viabilizar o Aeroporto de Confins.

Hoje, o Aeroporto da Pampulha é incapaz de atender ao número de vôos que para lá se transferiram, e o Aeroporto de Confins encontra-se absolutamente subproveitado. Trata-se de um aeroporto internacional, um grande investimento feito, que, agora, através desse projeto do Deputado Alberto Pinto Coelho, poderá trazer desenvolvimento não só para a região próxima ao aeroporto, mas também para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O Deputado Fábio Avelar - Gostaria de dizer que votamos favoravelmente ao projeto e de cumprimentar o Deputado Alberto Pinto Coelho pela iniciativa.

Como disse o Deputado Agostinho Patrús, o Aeroporto Internacional Tancredo Neves representa uma possibilidade de desenvolvimento muito grande para toda aquela região. Como filho de Lagoa Santa, Deputado também votado nessa cidade, queremos fazer coro com o Deputado Alberto Pinto Coelho em sua iniciativa. Não temos dúvida alguma que esse projeto significará um marco no desenvolvimento da região, que se transformará num pólo industrial.

O Deputado Agostinho Silveira - Sr. Presidente, prezados Deputados, em meu nome e em nome do PL, gostaria de cumprimentar o Deputado Alberto Pinto Coelho pela feliz iniciativa de propor uma solução inteligente para a revitalização do Aeroporto de Confins, possibilitando a otimização de toda a região ao redor desse aeroporto. Desejamos, portanto, que esse projeto ora aprovado, de iniciativa do Líder do Governo, possa realmente frutificar e oferecer àquela região o melhor resultado possível, para o bem de Minas e do povo mineiro. Parabéns, Deputado Alberto Pinto Coelho!

O Deputado Marcelo Gonçalves - Quero também, em nome do PDT e em meu nome, parabenizar o Deputado Alberto Pinto Coelho por esse projeto, que trará grande benefício não só para Lagoa Santa, mas para Pedro Leopoldo, São José da Lapa, Confins, Matozinhos e toda a região. Com certeza, esse projeto vai permitir que se melhore, e muito, o Aeroporto Internacional de Confins. Parabéns, Deputado Alberto Pinto Coelho!

O Deputado Marco Régis - Embora o nosso partido já se tenha manifestado, por meio do Deputado Fábio Avelar, queremos cumprimentar pessoalmente o Deputado Alberto Pinto Coelho por esse brilhante projeto de revitalização do Aeroporto Internacional de Confins, porque ele tem um significado especial para Minas e especialmente para Belo Horizonte, no momento em que o Aeroporto da Pampulha passa por dificuldades.

Eu poderia dar um testemunho, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Semana passada, quando regressava de Brasília, não havia teto para o Aeroporto da Pampulha, e a opção para todos os vôos era o Aeroporto Internacional de Confins. Tínhamos lá realmente um aeroporto só de aeronaves da TAM. Havia oito aeronaves no Aeroporto de Confins, demonstrando a sua imensa capacidade.

O importante a se destacar é que Confins tem uma característica que os aeroportos das grandes cidades têm como complicador; lá é uma virtude: o Aeroporto de Confins tem, a seu redor, áreas verdes de preservação e áreas reservadas para equipamentos públicos, o que impede o crescimento da área urbana em torno do aeroporto. Isso é o mais importante, porque todo aeroporto caminha para uma dificuldade, que é o processo de urbanização em seu redor.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 665/99, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a extinguir a Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Minas Gerais - DIMINAS S.A. - e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 665/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria em pauta, a Presidência encerra a reunião, desconvoando a reunião extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 15 horas, e para as reuniões extraordinárias de segunda-feira, dia 13, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 13/12/99

Presidência dos Deputados Anderson Adauto, José Braga e Durval Ângelo

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Sargento Rodrigues; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 228/99; votação do projeto, salvo emendas e subemenda; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 4, 6, 7 e 9 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 8; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 8; votação da Emenda nº 5; rejeição - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 523/99; votação do Substitutivo nº 1, salvo emenda; rejeição; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 532/99; votação do projeto, salvo emendas e subemendas; aprovação; votação das Emendas nºs 1 e 2 e das subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 3 e 4; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 3 e 4 - Existência de "quorum" para discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 20/99; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 239/99; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento do projeto com a emenda à Comissão de Educação - Existência de "quorum" para votação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 16/99; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 20/99; discurso do Deputado Alencar da Silveira Júnior; votação do Substitutivo nº 1; chamada de votação nominal; aprovação; declarações de voto - Questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião - Questão de ordem - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 528/99; aprovação com as Emendas nºs 2 a 4 e com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1; prejudicialidade da Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 620/99; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Eduardo Brandão; deferimento; votação do projeto, salvo emendas e destaques; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 5, salvo destaques; aprovação; votação da Emenda nº 1; rejeição; votação da Emenda nº 2; rejeição; votação da Emenda nº 5; rejeição - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 78/99; emissão de parecer pelo relator; encerramento da discussão; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 90/99; aprovação; declaração de voto - Questão de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Adauto - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elmo Braz - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Rômulo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- A Deputada Maria Tereza Lara, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### Questões de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na última reunião em Plenário, sexta-feira, 10 de dezembro, este Deputado fez o registro do Dia Internacional dos Direitos Humanos. Naquele momento, disse que hoje, segunda-feira, dia 13, seria ouvido em juízo o Soldado PM Renato Pereira da Silva, que assassinou o jovem vidreiro Marcelo, em 11/10/98, no Aeroporto da Pampulha.

Pois bem, Sr. Presidente. Hoje, estive no Fórum Lafayette com entidades de direitos humanos, com a mãe e a tia do jovem Marcelo e com toda a cobertura das imprensas mineira e nacional. Fomos surpreendidos com uma carta assinada pelo Ten.- Cel. Sócrates Edgar dos Anjos, que diz, dirigindo-se ao Juiz sumariante do Tribunal do Júri. (- Lê:)

"Informo a V. Exa. que o Soldado PM Renato Pereira da Silva, desta unidade, requisitado para ser interrogado nos autos do processo diferenciado no dia 13/12/99, às 13h30min, encontra-se no gozo de férias anuais até 30/12/99. Saliento a V. Exa. que foram realizadas diligências para localizar o militar: porém, ele não foi encontrado, devido ao fato de estar viajando. Sócrates Edgar dos Anjos, Ten.- Cel PM."

Quero, aqui, fazer uma denúncia. A imprensa toda noticiou que o policial seria ouvido no dia 13 de dezembro. Ainda em dezembro, o policial foi notificado de que seria ouvido hoje, em juízo. É risível que o Ten.- Cel. informe ao 1º Tribunal do Júri que, depois de diligências, o Soldado não foi encontrado.

Primeiramente, nesse caso, um dos fatos que o marcam é a conivência do Comando na proteção do soldado que matou um jovem no Aeroporto da Pampulha. Vemos aqui os subterfúgios usados pelo Comando do 13º Batalhão para evitar que o policial seja ouvido em juízo. Isso é lamentável. É lamentável que isso ocorra. Isso, a meu ver, é uma gozação com todos os que lutam por direitos humanos e sabem que a raiz de toda a violência contra os direitos humanos está na impunidade.

Esse caso já está na alçada da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, pois para lá foi encaminhado pela família. O Ministro Especial José Gregório estará tomando conhecimento do fato e encaminhando a sua apuração. Ari Morait (...) assumiu, também, como um caso de divulgação internacional, esse bárbaro assassinato ocorrido no Aeroporto da Pampulha. Fiz aqui, Sr. Presidente, no dia 10, um elogio ao fato de ser esse caso exemplo do fim da impunidade na área de direitos humanos, mas, lamentavelmente, retiro tudo o que disse. Hoje, às 16 horas, estarei com o Governador Itamar Franco, pois o Governo tem de agir, até mesmo punindo os oficiais comandantes que estão protegendo o bandido, evitando que a justiça seja feita. Entregaremos o caso ao Governador, que é o Comandante-Chefe da PM, para que se tomem as providências. É lamentável que isso ocorra e que tenha de vir, pela segunda vez, fazer de público essa denúncia. Quero registrar que essa omissão é negativa para o Governo e para o Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupamos esta tribuna para lamentar um fato de que tomamos conhecimento. Devido a uma manobra da Secretaria da Administração, o Projeto de Lei nº 40 não foi a 2ª turno, para atender às justas reivindicações dos ex-funcionários da MinasCaixa. Gostaria de dizer que o impacto na folha de pagamento alegado pela Secretaria da Administração não é real. O Secretário diz que os 4.998 funcionários causariam um impacto de R\$3.000.000,00 na folha de pagamento, mas ele se esquece de que, a partir do momento em que o Governador sancionar o projeto, transformando-o em lei, irá negociar caso a caso. Se conseguir negociar 300 casos por mês, levará um ano e meio para rever os 5 mil casos e, só então, a folha receberá o impacto total. Sendo assim, pedimos, mais uma vez, a sensibilidade do Governo do Estado, para que olhe com carinho esse projeto, podendo atender ao sonho desses ex-funcionários da MinasCaixa. Peço que o projeto caminhe para a segunda votação, utilize o prazo regimental para a aprovação e atinja lentamente o seu objetivo: a renegociação caso a caso. O pagamento dos 5 mil funcionários não ocorrerá a partir do momento em que o projeto for sancionado, pois a renegociação será gradativa.

Volto a apelar para a sensibilidade do Sr. Governador, pois seria a oportunidade de os ex-funcionários terem um Natal mais tranquilo, mais feliz, com seus direitos reconhecidos. No decorrer do próximo ano, gradativamente, cada caso será negociado com o Governador, por intermédio da Secretaria da Administração.

Mais uma vez, quero, desta tribuna, pedir incansavelmente, incessantemente, que recuperemos a dignidade desse povo sofrido, dos ex-funcionários da nossa MinasCaixa. Faço, assim, essa solicitação ao Governador. Conheçamos as dificuldades financeiras do Estado. No entanto, é possível esse atendimento, porque o impacto não será de uma vez, mas ocorrerá ao longo de algum tempo, que pode chegar a até um ano e meio, se forem atendidos, conforme a negociação, 300 casos mensais em média. É uma oportunidade que o Governo tem de restabelecer a justiça, de fazer justiça aos ex-funcionários da MinasCaixa, permitindo que o projeto venha a 2º turno, seja sancionado e o Sr. Secretário tenha todo o tempo para negociar caso a caso, pois esse é o desejo e o sonho de todos, já que essa matéria foi aprovada por unanimidade, com a presença de tantos funcionários, que abrilhantaram esta Casa naquele memorável dia da votação em 1º turno. Muito obrigado.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita a inversão da pauta, de modo que o Projeto de Lei Complementar nº 16/99 seja apreciado em último lugar, entre as matérias em fase de votação. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 228/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que determina que as áreas urbanas ociosas, de propriedade do Estado possam ser ocupadas para o cultivo de hortas comunitárias. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Assuntos Municipais opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas de nº 2 a 5, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça, com as Emendas de nºs 1 a 4, 6, 7 e 9 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 8, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) A Emenda nº 5, apresentada pela Comissão de Assuntos Municipais, emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais, que opina pela aprovação das Emendas nºs 7 e 9 e da Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 8. Em votação, o projeto, salvo emendas e subemenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas de nºs 1 a 4, 6, 7 e 9 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 8, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação da Subemenda nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 8. Em votação, a Emenda nº 5, da Comissão de Assuntos Municipais, que recebeu da Comissão de Fiscalização Financeira parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 228/99 com as Emendas nºs 1 a 4, 6, 7 e 9 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 8. A Comissão de Assuntos Municipais.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 523/99, do Deputado Paulo Pettersen, que altera dispositivos da Lei nº 11.744, de 16/1/95, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1. A Presidência vai colocar em votação o Substitutivo nº 1, salvo emenda, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 523/99 com a Emenda nº 1. A Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 532/99, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre normas a serem observadas na promoção e na fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeios. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Política Agropecuária, que opina pela aprovação das subemendas que receberam o nº 1, que apresenta, às Emendas nºs 3 e 4. Em votação, o projeto, salvo emendas e subemendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2 e as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 3 e 4, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação das subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 3 e 4, ficam prejudicadas as Emendas nºs 3 e 4. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 532/99 com as Emendas nº 1 e 2 e as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nº 3 e 4. A Comissão de Política Agropecuária.

A Presidência verifica, de plano, que não há "quorum" para votação, mas que o há para a discussão das demais matérias da pauta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 20/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que altera os arts. 7º e 21 da Lei Complementar nº 53, de 1º/12/99, que estabeleceu a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de seu Colar Metropolitano. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 239/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que fixa normas para ensino superior no sistema estadual de ensino de Minas Gerais. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

#### EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 239/99

- A Emenda nº 1, do Deputado Edson Rezende, foi publicada na edição de 14/12/99.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. No decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do Deputado Edson Rezende, que recebeu o nº 1. Nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, a Presidência encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Educação, para parecer.

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - A Presidência verifica, de plano, a existência de "quorum" para votação da matéria constante na pauta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 16/99, do Deputado Anderson Adauto, que dispõe sobre reforma de militar por incapacidade física. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Vamos proceder à votação do projeto pela chamada nominal dos Deputados, uma vez que o painel não apresenta condições técnicas para ser utilizado.

O Sr. Secretário (Deputado Carlos Pimenta) - (- Faz a chamada.)

- Respondem "sim" à chamada de votação nominal os seguintes Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Paulo Pettersen - Carlos Pimenta - Antônio Andrade - Hely Tarquínio - Sebastião Navarro Vieira - Djalma Diniz - Olinto Godinho - Rogério Correia - Luiz Fernando Faria - Durval Ângelo - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Cabo Morais - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elmo Braz - Fábio Avelar - João Batista de Oliveira - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Miguel Martini - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Responderam "sim" 45 Deputados; não houve voto contrário. Está portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 16/99. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 20/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que altera os arts. 7º e 21 da Lei Complementar nº 53, de 1º/12/99, que estabeleceu a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de seu Colar Metropolitano. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente e Srs. Deputados, não poderia perder a oportunidade para explicar o projeto. Há dez dias, apresentamos um projeto na Casa que incluía a cidade de Itabirito, em que sou majoritário, na RMBH. Achei que estava fazendo uma boa coisa para a cidade. Eu e os Deputados entendemos que a inclusão de Itabirito na RMBH seria de grande valia para aquela cidade.

Mas, infelizmente, para surpresa minha - deixei para explicar à população de Itabirito nos últimos 30 dias, mas, como estive de licença desta Casa, não pude fazê-lo -, aconteceu uma revolta, por parte da população, devido a essa inclusão.

Prefeito Municipal, candidato que apoiou durante a campanha, o Sr. Manoel da Mota teve a coragem de falar com a população de Itabirito que a tarifa da água ia aumentar, porque Itabirito seria incluída na RMBH; que a taxa de luz também ia aumentar por causa disso; que o número de assaltos ia aumentar; que iriam ser construídas cadeias e presídios.

Assustei-me com isso. Toda a população ficou contra, é lógico, em razão da maneira com que a situação foi colocada pelo Sr. Prefeito, pelos Srs. Secretários, enfim, por toda aquela corriola - vamos dizer assim - do Prefeito Manoel da Mota. No entanto, esse Prefeito também foi convidado para participar de um debate no canal que criei, a TV do Legislativo, mas não se dignou a vir.

Essa oportunidade de Itabirito ingressar na região metropolitana não vai existir novamente. Essa cidade fica distante 54km da região metropolitana. A própria câmara de compensação iria ficar prejudicada, porque a tarifa de Belo Horizonte a Itabirito, ida e volta, de R\$11,00, iria cair imediatamente para R\$5,00. A população estaria pagando 50% mais barato. Por isso, acho, será difícil incluí-la em outra época. Mas somente o futuro poderá mostrar, não só à população de Itabirito mas também ao Prefeito, que foi uma grande perda a sua não-inclusão. Por isso mesmo, de público gostaria de agradecer a compreensão de todos os colegas Deputados, de alguns Vereadores que estiveram do nosso lado e da população de Itabirito. Tenho a certeza absoluta de que, no futuro, estaremos dizendo desta tribuna: população de Itabirito, vocês estão perdendo. Ainda mais agora que foi liberado um recurso para a construção de casas populares na região metropolitana. Itabirito iria recebê-lo, mas, já que o Prefeito Municipal, o Sr. Manoel da Mota, não quer, Itabirito não vai receber.

Assim, fica aqui a justificativa para o projeto entrar. Na semana passada, um Deputado virou-se para mim e falou: "Alencar, começou a chover em Itabirito. Sabe de quem é a culpa? É do projeto que incluía Itabirito na região metropolitana". Todos me conhecem e sabem quanto faço, quanto luto pela cidade de Itabirito. Por isso não posso nem pude aceitar. Estou fazendo a vontade do Sr. Prefeito Manoel da Mota, a quem, no futuro, estaremos fiscalizando.

Agradeço o voto favorável na tramitação desse projeto. Agradeço aos Deputados Dinis Pinheiro, Irani Barbosa, Eduardo Brandão, Agostinho, Antônio Júlio, que fizeram um esforço concentrado para que pudéssemos aprovar e, se Deus quiser, sancionar o projeto, dando ao Prefeito Municipal o que quer.

Itabirito, ao invés de conversar com as grandes, como Belo Horizonte, Betim, Contagem, vai continuar conversando com as pequenas. Até hoje não conseguiu nada na Zona da Mata, mas tenho a certeza de que, na região metropolitana, a minha Itabirito, cidade de que gosto, cidade que amo, estaria muito melhor. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1. Com a palavra, o Sr. Secretário para proceder à chamada de votação nominal.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.).

- Respondem "sim" à chamada de votação nominal os seguintes Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Paulo Pettersen - Carlos Pimenta - Antônio Andrade - Hely Tarquínio - Benê Guedes - Sebastião Navarro Vieira - Djalma Diniz - Olinto Godinho - Luiz Fernando Faria - José Braga - Durval Ângelo - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elmo Braz - Fábio Avelar - Irani Barbosa - João Batista de Oliveira - João Leite - José Henrique - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Miguel Martini - Rêmoló Aloise - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 47 Deputados, não houve voto contrário. Está aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 20/99. À Comissão de Assuntos Municipais.

#### Declarações de Voto

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, quero agradecer a esta Casa e lembrar que foi bom para os dois lados, para o Prefeito, que trabalhou e não entendeu que seria uma grande coisa ter Itabirito na região metropolitana. Quero agradecer ao Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho. O Prefeito de Itabirito quis retirar Itabirito. Taquaraçu queria entrar e conseguiu. Tiramos Itabirito e colocamos Taquaraçu, acertando a situação de Jaboticatubas, que agora também faz parte da região metropolitana. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a V.Exas. por atenderem a um apelo do Prefeito.

Sr. Prefeito Municipal de Itabirito, quando as melhorias de Itabirito não chegarem, o senhor sabe que o culpado principal é o Sr. Manoel da Mota. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Avelar - Quero agradecer aos colegas e ao Deputado Irani Barbosa, que foi o relator dessa matéria. Com a aprovação do projeto do Deputado Alencar da Silveira Júnior, estamos reparando uma injustiça que houve com as cidades de Jaboticatubas e Taquaraçu de Minas. Com uma emenda apresentada por mim e pelo Deputado Agostinho Silveira, conseguimos que esse erro fosse reparado. Conseguimos que, ao aprovarmos esse projeto, fossem incluídas novamente as cidades de Taquaraçu de Minas e de Jaboticatubas na região metropolitana. A aprovação de uma emenda incluía a cidade de Nova União, e, por um erro material, o Substitutivo nº 1, que foi aprovado, incluía essas duas cidades na região metropolitana. Com a aprovação dessa emenda, foram retiradas. Agora estamos exatamente reparando esse erro material, voltando a incluir as cidades de Taquaraçu de Minas e de Jaboticatubas na região metropolitana. Portanto, agradecemos aos nobres colegas que repararam esse erro. Muito obrigado.

#### Questão de Ordem

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, ninguém sabe nem viu o projeto que teria sido encaminhado a esta Casa pelo Governador Itamar Franco para a criação do Instituto de Terras. Alguns dizem que foi lido na reunião de sexta-feira, outros dizem que se encontra na Casa, mas ninguém sabe nem o viu. Nem o Presidente, nem sua assessoria, nem a Secretaria-Geral da Mesa o viram. Como esse projeto faz parte do acordo, solicito a V. Exa. a suspensão dos trabalhos por uns 10 minutos para que seja procurado na Casa, lido e anunciado nesta reunião ainda, para que haja tempo para sua tramitação e para que seja votado este ano.

Gostaria de dizer que esse projeto chegou agora, porque a Sra. Procuradora Misabel Derzi fez o favor de segurá-lo por mais de dois meses. Gostaria ainda que a ilustre Procuradora tivesse dado a esse projeto a importância que dá às badalações, quando tem de defender Furnas e a moratória nos canais de televisão na frente dos repórteres de nossa cidade. Trata-se de um acordo do Governador Itamar Franco com os pobres do Estado, com o MST. Gostaria que a Procuradora tivesse dado a esse projeto a importância que dá às badalações em suas andanças, em palestras e mais palestras, esquecendo-se de que o povo de Minas Gerais está sendo excluído, exclusivamente por sua omissão. Como dizem que o projeto já se encontra na Casa, solicito a V. Exa. a suspensão dos trabalhos por 10 minutos, para que o povo de Minas Gerais saiba se o projeto ainda vai tramitar ou se o povo de Minas Gerais vai ser levado na conversa.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - Em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado João Batista de Oliveira, a Presidência vai suspender os trabalhos por 10 minutos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Estão reabertos os trabalhos.

#### Questão de Ordem

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, gostaria de agradecer à Mesa Diretora pela suspensão dos trabalhos. Finalmente, o projeto apareceu. Ele continua, como sempre, adormecido na Secretaria da Casa Civil. Há um compromisso firmado entre o Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, e o Secretário Adjunto para que o projeto chegue a esta Casa ainda nesta tarde. Reitero as minhas solicitações à Mesa de que seja mantido, pelo setor competente, um plantão, para que ele seja encaminhado, ainda hoje, à Imprensa Oficial, para ser publicado, uma vez que faz parte do acordo de votação da pauta mínima. Caso contrário, poderemos correr o risco de não votar outros projetos, até por falta de "quorum", pois, uma vez rompido o acordo, não podemos garantir outras matérias. Agradeço a V. Exa. e aos colegas que tiveram a paciência de esperar.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 528/99, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre o serviço Disque Denúncia de Agressões ao Meio Ambiente no território do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação com as Emendas nºs 2 a 4, apresentadas pela Comissão de Justiça, e com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas e subemenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 2 a 4 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação da Subemenda nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 528/99 com as Emendas nºs 2 a 4 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. À Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 620/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que dispõe sobre a pensão por morte de contribuinte obrigatório da Caixa Beneficente dos Ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito - CBGC. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça, e 5, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, apresentadas pela Comissão de Justiça, e 5, da Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Eduardo Brandão, solicitando a votação destacada das Emendas nºs 1, 2 e 5. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVIII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas e destaques. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 5, que receberam parecer pela aprovação, salvo destaques. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em votação, a Emenda nº 1, destacada, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 2, destacada, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

Em votação, a Emenda nº 5, destacada, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 620/99 com as Emendas nºs 3 e 4. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 78/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, que limita o valor da multa de mora decorrente do inadimplemento da obrigação do pagamento pelo serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto da COPASA-MG. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer. Designado novo relator em Plenário, o Deputado Wanderley Ávila solicitou o prazo regimental para emitir parecer. A Presidência indaga a S. Exa. se está em condições de emitir o seu parecer.

O Deputado Wanderley Ávila - Estou em condições, de fazê-lo Sr. Presidente.

#### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 78/99

##### Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Marcelo Gonçalves, tem como objetivo limitar o percentual da multa de mora decorrente do inadimplemento do pagamento dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto, prestados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA-MG.

O projeto foi aprovado no 1º turno, com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, e enviado à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer de 2º turno, a qual perdeu o prazo para fazê-lo. Atendendo a requerimento do autor, publicado em 25/11/99, a proposição foi encaminhada ao Plenário para receber parecer de 2º turno, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno.

Cabe-nos, também, elaborar a redação do vencido, que segue anexa e é parte deste parecer.

##### Fundamentação

O projeto original tem por objetivo limitar a multa de mora decorrente do atraso no pagamento da conta mensal de água e esgoto.

A Subemenda nº 1, da Comissão de Defesa do Consumidor, à Emenda nº 1, apresentada em Plenário, objetivou ampliar o alcance do projeto, estabelecendo que o percentual da multa de mora é de 2% para todos os serviços públicos, prestados diretamente ou mediante concessão ou permissão.

Sobre esse aspecto, cabe ressaltar que a multa de mora tem por finalidade desestimular o inadimplemento, num sentido mais educativo, e não incrementar a receita ou o enriquecimento. Portanto, a principal fonte de receita de qualquer empresa ou entidade deve advir de sua atividade operacional, ou seja, da tarifa ou valor pago pelo usuário do serviço.

Podemos também fazer uma analogia com o estabelecido pelo § 1º do art. 52 da Lei Federal nº 9.298, de 1996, que alterou a redação da Lei Federal nº 8.078, de 11/9/90, que contém o Código de Defesa do Consumidor. O citado dispositivo reduziu de 10% para 2% a multa de mora relativa ao "fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor". Tal regra tem sido aplicada também pelos tribunais às relações de consumo e à prestação de serviços públicos.

##### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 78/99 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

##### Redação do Vencido no 1º Turno

##### PROJETO DE LEI Nº 78/99

Limita o pagamento de mora decorrente do inadimplemento da obrigação de pagamento pelo serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA-MG.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A multa de mora decorrente do inadimplemento de obrigação de pagamento dos serviços públicos, prestados diretamente ou mediante concessão ou permissão, não será superior a 2% (dois por cento) do valor do débito.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

O Sr. Presidente - Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 78/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

##### Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 90/99, do Deputado Miguel Martini, que institui o selo de fiscalização dos atos notariais e de registro e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

##### Declaração de Voto

O Deputado Miguel Martini - Queria deixar registrado que tivemos, finalmente, a redação final do Projeto de Lei nº 90, de minha autoria, que institui em Minas Gerais o selo de fiscalização. Em consequência desse projeto, teremos, com toda a certeza, uma maior transparência das coisas públicas, principalmente dos atos cartoriais.

Teremos, certamente, até mesmo um aumento de arrecadação, teremos a viabilização da gratuidade da certidão de nascimento e de óbito, teremos mais segurança em todos os documentos que precisarem de reconhecimento de firma ou que tiverem exigência de passar pelo cartório.

Enfim, Minas Gerais vai fazer escola, com toda a certeza, e o Brasil inteiro querará copiar esse projeto, até porque é uma alternativa, uma solução, para o problema da gratuidade da certidão de nascimento e de óbito.

Gostaria, ainda, de falar sobre o Projeto de Lei nº 89, que também é de minha autoria e que, na semana passada, esteve em votação. Saíram, na imprensa, algumas matérias equivocadas quanto a esse projeto. O meu projeto de lei não é um projeto de cartórios, não é um projeto de "trem da alegria"; é um projeto que simplesmente autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios. É esse o projeto. E, em consequência de ser esse o projeto, foi-lhe apresentado um substitutivo que fala dessa questão que estão chamando de "trem da alegria" e que não é de minha autoria. Estaremos trabalhando pela retirada desse substitutivo ou, possivelmente, até pela sua derrota. O que queremos ressaltar é que esse Projeto nº 89 não é um projeto de "trem da alegria". Vamos dizer assim: os vagões foram nele anexados, mas ele apenas autoriza a celebração de convênios.

Sei que muitos da mídia estão bem informados e estão noticiando dessa maneira, mas algumas matérias saíram equivocadas, nesse sentido. Daí porque estamos dando esses esclarecimentos cabais, e, quando for aprovado ou rejeitado e retirado, isso poderá ser claramente verificado.

O Projeto de Lei nº 90 representou um grande avanço para Minas Gerais e o nº 89 será de grande alcance também. O substitutivo é que tem de ser ou retirado ou melhorado. Da forma como está, também encaminhamos contrário a ele. Não tenho responsabilidade quanto a esse substitutivo, mas apenas com o projeto original. Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### Questão de Ordem

O Deputado Sebastião Costa - Quero apresentar, nesta questão de ordem, um requerimento, que é do seguinte teor: (- Lê:)

"Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado que este subscreve, na forma regimental, considerando:

1 - as inúmeras e acentuadas manifestações de repúdio apresentadas pelo Exmo. Sr. Governador do Estado contra medidas governamentais que redundem em aumento da carga tributária;

2 - as inúmeras e não menos acentuadas promessas de campanha do então candidato e hoje Governador Itamar Franco, no sentido de que a sociedade poderia ficar tranqüila porque, em seu governo, não haveria cobrança de tributos, taxas ou quaisquer outras formas de arrecadação da máquina estatal que atingisse segmentos sociais considerados prioritários para o desenvolvimento do Estado;

3 - a declaração do Exmo. Sr. Governador, dando conta de que não sabia que o projeto remetido à Assembléia continha cobrança de taxas, entre outras, de asilos e similares, banco de olhos, posto de coleta de sangue, bem como não sabia, até mesmo, dos valores apontados pela proposta elaborada pelos técnicos da Secretaria da Fazenda;

4 - a matéria publicada pelo Diário Oficial, edição de sexta-feira, 10 de dezembro passado, sob o título "Cobrança de taxas será revisada - Governador quer debater a reformulação dos projetos", pela qual o próprio Presidente desta Casa informa que "o Governador não tinha conhecimento de algumas distorções na cobrança dessas taxas, principalmente pelas Secretarias de Agricultura, Fazenda e Saúde";

5 - que o Presidente desta Assembléia Legislativa, em passado recente e como Líder do PMDB, sempre acusou a prática useira e vezeira dos governos estaduais que teimam em remeter à análise dos Deputados, no apagar das luzes de uma sessão legislativa e às vésperas de recesso parlamentar, projetos em regime de urgência, cujos conteúdos exigem acurada e percutiente discussão;

6 - que é de se esperar que o Exmo. Sr. Governador, retornando de necessárias e constantes viagens e mais tranqüilo após a azáfama gerada pela distribuição das missões relativas à Embaixada Brasileira em Paris e ao escritório de Representação do Governo do Estado na cidade do Rio de Janeiro, tendo tomado conhecimento das distorções ao projeto feitas pelas Secretarias sob sua direta supervisão, chame a si a responsabilidade de solucionar tal impasse,

Requer,

1 - que a Presidência desta Casa, em coerência com o que sempre defendeu em seus quatro mandatos, solicite ao Exmo. Sr. Governador do Estado que retire de tramitação o Projeto de Lei nº 705/99;

2 - que seja remetida ao Chefe do Poder Executivo cópia de inteiro teor deste requerimento.

Salas das Reuniões, 13 de dezembro de 1999".

Está assinado por mim, Sr. Presidente, este requerimento, que encaminho a V. Exa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao nobre Deputado Sebastião Costa que formalize o seu requerimento.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a extraordinária de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 62ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 13/12/99

Presidência dos Deputados Anderson Aداuto e Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Designação de comissão - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da 1ª Fase - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Arlen Santiago - Palavras do Delegado Agílio Monteiro Filho - Palavras do Sr. Presidente - Entrega de placa - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aداuto - Dilzon Melo - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado João Pinto Ribeiro, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, destinada a homenagear o Delegado Agílio Monteiro Filho.

### Designação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência designa os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Eduardo Daladier para, em comissão, conduzirem ao Plenário o homenageado, as autoridades e os demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

### Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Ariosvaldo Campos Pires, representando o Ministro da Justiça, Sr. José Carlos Dias; Delegado Agílio Monteiro Filho; Deputado Federal Mauro Lopes, Secretário de Estado da Segurança Pública; Francisco de Assis Figueiredo, 1º-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Roberto Camargo Scalise, Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais; Delegado Nilton Ribeiro, Superintendente-Geral da Polícia Civil; Deputado Federal Ronaldo Vasconcelos; e Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Deputado Federal Genésio Bernardino, Diretor-Geral do DNER e ex-Presidente desta Casa.

### Destinação da 1ª Fase

O Sr. Presidente - Destina-se esta fase da reunião a homenagear o Delegado Agílio Monteiro Filho, ex-Superintendente Regional em Minas Gerais e atual Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal em Brasília.

### Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

### Palavras do Deputado Arlen Santiago

Exmo. Sr. Deputado Anderson Aduato, Presidente da Assembléia Legislativa; Exmo. Sr. Dr. Ariosvaldo Campos Pires, representando o Ministro de Estado da Justiça, José Carlos Dias; caro homenageado e amigo Dr. Agílio Monteiro Filho, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal; Exmo. Sr. Deputado Mauro Lopes, Secretário de Estado da Segurança Pública; Exmo. Sr. Francisco de Assis Figueiredo, 1º-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Exmo. Sr. Dr. Roberto Camargo Scalise, Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais; Exmo. Sr. Delegado Nilton Ribeiro, Superintendente Geral da Polícia Civil; Exmo. Sr. Deputado Federal Ronaldo Vasconcelos; Exmo. Sr. Paulo César de Oliveira; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; senhoras e senhores; como representante do povo mineiro neste parlamento, temos tido uma visão crítica com relação à política adotada pelo Palácio do Planalto. Entretanto, por uma questão de justiça, devemos reconhecer que uma decisão emanada de Brasília ganhou aprovação unânime dos brasileiros: a nomeação do Delegado Agílio Monteiro Filho, o nosso homenageado desta noite, para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Não há dúvida de que, dada a importância que representa para a população, a segurança pública, tal como a educação e a saúde, deve ser prioridade de qualquer governo minimamente comprometido com o povo; por isso mesmo, figura na Carta Magna brasileira entre os deveres precípuos do Estado. Com efeito, entre outras atribuições, é à Polícia Federal que cabe, conforme estabelece o art. 144 do texto constitucional vigente, "apurar infrações penais contra a ordem política e social", bem como "prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho". É exatamente para dar curso a esse mandamento da Lei Maior, Dr. Agílio, que lhe renovamos o apelo para que seja instalado um posto da Polícia Federal em Montes Claros. Como têm mostrado as CPIs do Narcotráfico - a federal e a mineira -, é gigantesco o arsenal de que dispõem os que traficam, fazendo-se necessário fustigá-los com pertinácia e determinação.

Não temos dúvidas de que, agora à frente da instituição e consciente da ameaça que paira sobre a população norte-mineira, V. Exa. não poupará esforços para tornar real essa nossa antiga aspiração, pela qual temos lutado renhidamente, desde a época em que éramos Presidente da Associação Mineira dos Municípios da SUDENE.

Estamos convencidos de que só assim haveremos de desbaratar a rede de traficantes e aliciadores de menores para a prostituição infantil a qual se vem alastrando pelo Norte de Minas.

Senhoras e senhores, como todos sabemos, de natureza mais cerebral, a Polícia Federal é uma autêntica central de inteligência, que realiza um trabalho primordialmente voltado para a investigação. Tem, pois, uma função que requer perícia, habilidade política e, sobretudo, discrição - atributos que combinam bem com o jeito de ser da gente das Alterosas e sobejam no perfil de nosso homenageado.

Nascido nesta Capital - no velho Bairro da Concórdia -, o Dr. Monteiro Filho é mais do que "prata da casa": é "diamante sem jaça", que brotou de nossas Minas Gerais - este celeiro inesgotável de pedras preciosas e valores humanos - para brilhar intensamente em todo o Brasil.

Avesso a qualquer tipo de ostentação, como todo bom mineiro, o Dr. Agílio tem como traço marcante a eficiência e a discrição e sempre age sem fazer alarde. Por certo, encaixa-se como uma luva na definição famosa de Alceu Amoroso Lima acerca da gente destas montanhas: "O filho das Alterosas não é homem de superfície nem de aparência. Não é homem de se contentar com enfeites, com adjetivos ou com acessórios. É homem de coisas autênticas, sólidas, profundas. O homem do substantivo. Coisa pouca, mas de lei". Assim é o Dr.

Monteiro: um agente da lei, sóbrio e comedido, que jamais se deixa seduzir pelas luzes multicoloridas dos holofotes. Mineiramente, realiza seu trabalho com seriedade e competência. Entretanto, o nosso homenageado é também homem profundamente ligado ao lar. Há anos militando na carreira, jamais se esqueceu dos que lhe são caros, mesmo agora que está radicado em Brasília. Poucos sabem, como ele, conciliar a função profissional com a de chefe de família. Casado há quase três décadas com Dona Sandra Nelma, esposa extremosa de todas as horas, foi dessa união que nasceram Cássia Juliana, Ana Raquel e Messias Antônio. Este último rebento, que não sem razão tem o nome de Messias - "ungido", em hebraico -, certamente está predestinado a dar continuação ao trabalho do pai e do avô - o velho Agílio Monteiro -, de saudosa memória.

Filho e neto de policiais, o Delegado Agílio, na sua trajetória existencial, chegou a exercer o magistério, durante algum tempo, como professor de Geografia. Acabou preferindo viver, "in loco", a geografia do Brasil, pois, como profissional da Polícia Federal, prestou serviços em vários lugares do território nacional: na Bahia, em Goiás, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Agora é Brasília que o convoca para um desafio maior.

Sua fulgurante carreira iniciou-se exatamente em 1973, quando, por meio de concurso, ingressou na agremiação. Nessa oportunidade, já fazia Direito, curso que contribuiu enormemente para aprimorar e consolidar seus conhecimentos jurídicos, além de aprofundar-lhe o senso inato de justiça e cidadania, requisitos indispensáveis para o exercício pleno da profissão que escolhera.

De lá para cá, tem sido brilhante a escalada desse belo-horizontino que, rápido, galgou postos de relevância dentro da instituição e, por méritos próprios, chegou ao cargo de Superintendente Regional. Sob sua coordenação durante mais de cinco anos, a Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, hoje sob o comando firme e competente do Dr. Roberto Camargo Scalice, alcançou índices de eficiência jamais vistos. E o mais importante: o infatigável Delegado sempre agiu com transparência, em consonância com a lei e respeitando os ditames constitucionais da cláusula pétrea que assegura os direitos intocáveis da pessoa humana. Buscando, com determinação, a paz e a harmonia sociais, esse paladino da legalidade tornou-se modelo de policial comprometido com o bem comum e com a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas.

Em nome da lei, desmantelou redes de prostituição infantil, fustigou traficantes de drogas, reprimiu marginais, desbaratou tramas sórdidas, desvendou crimes do "colarinho-branco" engendrados nos porões labirínticos dos poderosos.

O seu método de trabalho sempre se pautou pela lisura, pela firmeza e pela habilidade. Mesmo lidando com infratores da lei, nunca perdeu a serenidade, o equilíbrio e a postura cortês. Não sem razão, é conhecido por todos como "o diplomata".

Na rica folha de serviços desse eminente mineiro que se fez por seu próprio valor, sobressaem ações marcantes, entre as quais se destaca a apuração da fraude no vestibular da UFMG, em 1980, e o assassinato de índios xacriabás, em Minas, fato esse que ensejou o primeiro júri federal no Estado.

Em meio a tantos trabalhos que marcaram a biografia de nosso homenageado, existe um cuja lembrança faz aflorar nele viva emoção: a passagem de Sua Santidade o Papa João Paulo II por Belo Horizonte, em 1980. Foi o Dr. Monteiro Filho, então Chefe da Delegacia de Ordem Política e Social, o responsável pelo impecável e bem-sucedido planejamento operacional da segurança do Papa em nossa Capital.

A respeito do Delegado Agílio, pode-se dizer, como se costuma falar na gíria policial, que é um autêntico "asa-branca": é um profissional incorruptível, que se pauta pela retidão de caráter, pela honestidade e pela correção.

Sem dúvida, ao ser indicado para o comando da Polícia Federal, foram essas as razões que o levaram a tão alto posto. Ninguém duvida de que é o homem certo no lugar certo, e sua designação constitui um dos poucos acertos da política fisiologista de barganhas e relações incestuosas praticada por Brasília.

Ao curvar-se diante desse mineiro ilustre, que está predestinado a altear mais ainda a gente destas montanhas para além de seus umbrais, esta Casa reconhece o valor de um de seus filhos mais representativos: um homem que faz questão de agir com discrição e sem alarde. Sua grandeza está exatamente nisto: fazer-se pequeno sendo grande.

Parabéns, Dr. Agílio! Ao prestar-lhe esta homenagem, a Assembléia de Minas tem o orgulho de cumprimentá-lo por sua postura ilibada e pelo trabalho eficiente que realizou entre nós.

Agora em Brasília, num universo bem maior, o desafio, por certo, é gigantesco. Não obstante, dada a sua competência, já inteiramente comprovada, não temos dúvidas de que ele será superado.

De qualquer forma, os parlamentares deste Legislativo lhe desejam sorte e o mais belo horizonte na sua caminhada à frente da Polícia Federal. Muito obrigado.

#### Palavras do Delegado Agílio Monteiro Filho

Exmo. Sr. Deputado Anderson Aducci, Presidente da Assembléia Legislativa; Exmo. Sr. Dr. Ariosvaldo de Campos Pires, representante do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça, Dr. José Carlos Dias; Exmo. Sr. Deputado Mauro Lopes, Secretário de Estado da Segurança Pública; Exmo. Sr. Dr. Francisco de Assis Figueiredo, meu ex-professor, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Exmo. Sr. Dr. Roberto Camargo Scalice, meu amigo Superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais; Exmo. Sr. Delegado, também nosso amigo, Dr. Nilton Ribeiro, Superintendente-Geral da Polícia Civil; Exmo. Sr. Deputado Arlen Santiago, caríssimo amigo do Norte de Minas, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Exmo. Sr. Deputado, amigo de caminhada em Brasília, Dr. Ronaldo Vasconcellos; demais Deputados, ilustres convidados, amigos do DPF, meus familiares, todos os que me honram com sua presença, natural desta Capital, ingressei no serviço público como funcionário contratado do DETRAN-MG em 1967 e no Departamento de Polícia Federal, por intermédio de concurso público, em 1973, no cargo de agente de Polícia Federal, tendo como primeira lotação a histórica cidade de Salvador, onde dei meus primeiros passos na carreira e na instituição, com humildade e vibração, certo de estar contribuindo, como cidadão e profissional, com a causa da sociedade brasileira.

Depois de passar por outros Estados da Federação, retornei a Belo Horizonte feliz e ansioso e - por que não dizer? - mais experiente, o que, para mim, não foi apenas um passo na carreira, mas a realização de um sonho. Em 1979, por intermédio de concurso público, galguei o cargo de Delegado de Polícia Federal, tendo como primeira lotação a Delegacia de Prevenção e Repressão a Entorpecentes, em nossa Superintendência em Minas Gerais. Como Delegado, tive o privilégio de trabalhar em diversas delegacias, como a Delegacia de Polícia Fazendária, no Rio de Janeiro, e, em seguida, como Coordenador Policial no Estado de Minas Gerais, até assumir, em 1993, o cargo de Superintendente Regional em Minas Gerais, sendo, este ano, honrado pelo Exmo. Sr. Presidente da República com o convite para assumir a função máxima dentro da instituição: o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal. Nesse novo desafio pude vislumbrar a enorme responsabilidade de dirigir uma instituição composta de mais de 98 unidades centrais e descentralizadas, espalhadas por nosso imenso território, num quadro de complexas atribuições.

Constituí, dentro da atividade-fim do Departamento de Polícia Federal, como meta principal, o combate ao narcotráfico, obtendo uma resposta positiva, praticamente a triplicação da quantidade de drogas apreendidas neste ano, comparativamente a 1998. É dessa forma que o Departamento de Polícia Federal cumpre seu papel, em estreita colaboração com as demais instituições, atuando diretamente no combate ao crime organizado e impedindo que expressivas quantidades de drogas ilícitas se espalhem pelo País, o que aumenta a violência urbana e a criminalidade de modo geral.

Não poderia receber esta homenagem sozinho, gostaria de compartilhar esta honraria com todos os colegas policiais federais que, como eu, labutam em todo o território nacional, fazendo da instituição um instrumento de atuação firme e competente contra o crime organizado. Por medida de justiça e gratidão, registro, nesta oportunidade, que a experiência adquirida neste Estado me capacitou, sem sombra de dúvida, para galgar, entre outros igualmente honrosos cargos, o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Agradeço, muitíssimo sensibilizado, ao Exmo. Sr. Deputado Anderson Aducci, Presidente da Assembléia Legislativa, ao Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento de concessão desta homenagem a mim deferida, bem como aos demais Deputados que aprovaram tamanha distinção e, na condição de policial federal, quero colocar-me ao inteiro dispor de toda a sociedade mineira, pois estou certo de que o futuro da Polícia Federal e das demais instituições públicas será pautado pelos princípios da supremacia da lei e da ordem.

Finalizando, gostaria de informar ao povo mineiro que conseguimos, junto ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça, bem como junto ao Sr. Presidente da República, a criação de mais 21 delegacias no território nacional, sendo certo que 3 dessas delegacias serão instaladas em Minas Gerais. Para adiantar para o autor dessa homenagem, uma delas será em Montes Claros. Muito obrigado.

#### Palavras do Sr. Presidente

Autoridades da Mesa, senhor homenageado, Srs. Deputados, familiares e amigos do homenageado, senhores policiais que também vieram, assim como nós, da Assembléia, prestar uma homenagem ao Diretor-Geral da Polícia Federal, há poucos dias, fizemos realizar nesta Casa um ciclo de debates sobre segurança pública, ocasião em que discutimos os recursos de que hoje dispomos no setor, bem como as demandas de nossa sociedade.

Entre as conclusões a que então chegamos, destaca-se aquela sobre o acerto da norma constitucional vigente, que faz do Estado o responsável pela segurança da população. Concluímos, em conformidade com a Carta Magna, que devemos valorizar os órgãos oficiais existentes, em vez de partir para outras soluções, como os sistemas privados de segurança.

Ocorre que, paralelamente, temos em curso nesta Assembléia a Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, incumbida de averiguar fatos e identificar responsabilidades nesse que é um dos mais graves problemas do atual panorama brasileiro.

O Dr. Agílio disse isso, com muita propriedade. Fico feliz ao ouvir, da tribuna desta Casa, que essa é uma das suas prioridades como Diretor-Geral.

Pois a reunião especial de hoje, em que estamos homenageando o Dr. Agílio Monteiro Filho, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, é uma extensão desse processo: colocamos em prática a valorização preconizada, ao mesmo tempo que atestamos a importância da intervenção policial na solução da matéria objeto da CPI.

Trata-se, na verdade, de um sistema de parceria que o Legislativo mineiro vem estabelecendo com instituições como a Polícia Federal, o qual nos tem possibilitado exercer, com êxito, a representação popular, e com outras entidades e em outras áreas de atuação desse parlamento, no âmbito de CPIs ou não. No caso específico dessa CPI, nossa parceria com o órgão será de fundamental importância para chegarmos aos bons resultados que o povo mineiro exige e espera, quais seja a diminuição do tráfico e de todo o ciclo perverso que dele resulta e que tanto prejudica a nossa sociedade.

Os corpos policiais de elite são a marca registrada das nações modernas. Nomes como o FBI, nos Estados Unidos, a Scotland Yard, na Grã-Bretanha, e a Interpol, na comunidade internacional, já se incorporaram à tradição e ao ideário dos povos. Na mesma linha, e guardadas as proporções da realidade brasileira, temos entre nós o Departamento de Polícia Federal.

Seria redundante listar aqui as atividades do órgão, inclusive os serviços que presta à comunidade. Vamos lembrar, apenas, que vão do controle de empresas de segurança privada ao registro e ao recadastramento de estrangeiros, passando pelo controle de produtos químicos, pelo fornecimento de certidões, pela emissão de passaportes e pela concessão de porte de armas. Por outro lado, entre as suas operações que merecem destaque estão a apreensão de drogas e produtos químicos, bem como a destruição de pistas de pouso clandestinas.

É forçoso reconhecer que a Polícia Federal, a exemplo do País, encontra-se numa encruzilhada. Se a área social brasileira se ressentir da falta de projetos e investimentos em benefício do povo, o órgão sofre com a carência de recursos humanos e materiais para cumprir sua missão. No entanto, é auspicioso verificar que o que falta em número sobra em qualidade na Polícia Federal; prova disso é termos, como seu dirigente máximo, um homem da estatura moral e profissional do Dr. Agílio Monteiro Filho.

Nosso homenageado é mineiro e titular de todas as características de que nos orgulhamos na mineiridade. Policial de carreira, fez dela seu apostolado. Sua folha de serviços o levou a postos sempre mais altos, culminando com a posição que agora detém.

No momento em que nos preparávamos para prestar-lhe esta homenagem, chegou-nos às mãos texto de entrevista dada por ele à revista "Rota Federal", editada pelo órgão que dirige. A par da justeza do posicionamento, chamou-nos a atenção o seguinte trecho, que pedimos vênha para citar. Declarou o Dr. Agílio: "Entendo que é altamente salutar que se tenha uma força-tarefa para o combate ao tráfico. Mas entendo também que, com a mesma intensidade, devem ser criadas forças-tarefas para a prevenção e a recuperação dos viciados. A nosso ver, bastaria tal afirmação para ratificar a competência e o profissionalismo de nosso homenageado. Consciente de que a atividade policial é de natureza complexa, pois lida com matéria delicada, como são os direitos humanos, ele vem enfatizar que a repressão ao crime pode ser legitimada por correspondentes investimentos também na área social. Combater a disseminação das drogas, sim; amparar o usuário e livrá-lo do inferno do vício, também. É o que nos mostra esse homem a quem temos o privilégio de receber na Assembléia Legislativa mineira.

Aliás, aqui mesmo nesta Assembléia, Dr. Agílio, há testemunhas de seu valor, e, de um entre muitos, gostaríamos de citar o caso da ilustre Deputada Maria Olívia, que foi sua colega de faculdade, sua amiga e admiradora desde então. É uma referência simpática que gostaríamos de fazer, pois representa mais um elo de aproximação entre o nosso homenageado e esta Casa. Parabéns, Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que originou essa solenidade! Obrigado, Dr. Agílio Monteiro Filho, pelo trabalho de excelência que executa em prol da Nação. Obrigado, ainda, por permanecer fiel às suas raízes mineiras, não descuidando da modéstia que identifica os homens de valor. Em nome de seus coestaduanos, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais vem prestar-lhe tributo de admiração e de sincero reconhecimento. Muito obrigado.

#### Entrega de Placa

O Sr. Presidente - Em nome de todos os Deputados, a Presidência tem a honra de entregar ao Delegado Agílio Monteiro Filho uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Ao Delegado Agílio Monteiro Filho, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal em Brasília, organismo que cumpre missão estratégica na área da segurança pública e na salvaguarda dos interesses maiores da sociedade brasileira, a homenagem da Assembléia Legislativa pelos relevantes serviços prestados à comunidade mineira, quando do exercício do cargo de Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais. Belo Horizonte, 13 de dezembro de 1999".

A Presidência gostaria de convidar o Deputado Arlen Santiago para que faça, juntamente com a Presidência da Assembléia, a entrega da placa ao nosso homenageado.

- Procede-se à entrega da placa.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta os seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença.

#### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 705/99, por falta de pressupostos processuais para sua apreciação.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Não havendo outras matérias a serem apreciadas, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 14, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição de 14/12/99.). Levanta-se a reunião.

#### MATÉRIA VOTADA

#### MATÉRIA VOTADA NA 67ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 20/12/99

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 755/99, do Governador do Estado, com as Emendas nºs 1 a 8.

Em 2º turno: Projeto de Lei nº 232/99, dos Deputados Hely Tarquínio e Maria Olívia, na forma do vencido em 1º turno.

#### Matéria Votada na 107ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 21/12/99

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em 2º turno: os Projetos de Lei nºs 424/99, da Procuradoria - Geral, na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3; 586/99, do Governador do Estado, na forma do vencido em 1º turno; 755/99, do Governador do Estado, na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 5.

Em redação final: o Projeto de Resolução nº 166/99, do Deputado Gil Pereira; os Projetos de Lei nºs 753/99, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; 340/99, do Deputado Carlos Pimenta; 418/99, do Tribunal de Justiça do Estado; 147/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 228/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 302/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 401/99, da Deputada Maria Olívia; 499/99, dos Deputados Maria Tereza Lara e Ivo José; 678/99, do Governador do Estado; 279/99, do Deputado Doutor Viana.

Foi aprovado o parecer da Comissão Especial concluindo pela aprovação do nome do Sr. José Felipe Motta para Diretor-Geral da CODEVALE.

#### ORDENS DO DIA

#### Ordem do dia DA 108ª reunião ordinária, EM 22/12/99

##### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 581/99, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2000.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

#### Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da CPI do Narcotráfico, a realizar-se às 15 horas do dia 23/12/99

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

Finalidade: discutir assuntos de interesse da Comissão.

## Discussão e votação de proposições da Comissão.

### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### Edital de Convocação

##### Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 10 e as 20 horas do dia 22 de dezembro de 1999, destinadas à discussão e votação de pareceres e à votação de requerimentos; e à apreciação do Projeto de Lei nº 581/99, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2000; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 21 de dezembro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Solene da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca Reunião Solene de Encerramento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 14ª Legislatura para o dia 22 de dezembro de 1999, logo após a apreciação do Projeto de Lei nº 581/99, do Orçamento Anual.

Palácio da Inconfidência, 21 de dezembro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Djalma Diniz, Marco Régis, Maria Olívia e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas nos dias 22 e 23/12/99, às 10, às 15 e às 20 horas, e no dia 24/12/99, às 10 horas, com a finalidade de se discutirem e votarem pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Sala das Comissões, 21 de dezembro de 1999.

**Elmo Braz, Presidente.**

### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 2/12/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86; 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89; 434, de 9/4/90; 845, de 11/3/93; 1.189, de 22/2/95; 1.360, de 17/12/96; 1.389, de 6/2/97; 1.418, de 12/3/97; 1.429, de 23/4/97; 1.522, de 4/3/98; 1.784, de 29/9/99; e 1.821, de 2/12/99, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 21/12/99, Jerônimo Donizete da Silva do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do PPS;

nomeando Luci Lanuci Carneiro para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do PPS.

#### TOMADA DE PREÇOS Nº 18/99

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 6/1/2000, às 10 horas, na R. Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Área de Material e Patrimônio, a abertura dos envelopes da Tomada de Preços nº 18/99, destinada à aquisição de equipamentos e materiais de som.

O edital poderá ser adquirido, no endereço acima, mediante pagamento da importância não reembolsável de R\$10,00.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 1999.

**Pedro Paulo Dias Ladeira, Diretor-Geral.**

### EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

Extratos de Convênio Lei 12.705 de 23/12/97

Termos de Convênio para transferência de recursos financeiros que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas:

Convênio Nº 826/1998 - Valor: R\$43.750,00

Entidade: Setascad - Fundo Estadual De Assistencia Social - Belo Horizonte

Objeto: Implantação de Casa-Lar para idosos portadores de sofrimento mental e aquisição de mobiliário e eletrodomésticos para equipá-la.

Convênio Nº 828/1998 - Valor: R\$1.500,00

Entidade: Associacao Moradores Amigos Bairro Nova Estacao - Cambuquira

Objeto: Aquisição de uma televisão 20", um freezer, um fogão industrial e um vídeo cassete para a sede da Associação.

Convênio Nº 829/1998 - Valor: R\$12.040,00

Entidade: Movimento Donas Casa Consumidores Joao Monlevade - Joao Monlevade

Objeto: Aquisição de um veículo usado com capacidade para oito pessoas, para transporte de pessoas doentes e necessitadas.

Convênio Nº 830/1998 - Valor: R\$5.000,00

Entidade: Conselho Desenv. Tijuco - Esmeraldas

**Objeto: Aquisição de equipamentos médico-odontológico para o Posto de Saúde de Tijuco.**

#### ERRATAS

#### PROJETO DE LEI Nº 753/99

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 15/12/99, na pág. 24, cols. 3 e 4, nos arts. 18 a 20, onde se lê:

"art. 47", leia-se:

"art. 17".

#### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 753/99

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 17/12/99, na pág. 30, col. 1, nos arts. 18 a 20, onde se lê:

"art. 47", leia-se:

"art. 17".